

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS VERNÁCULAS**

ANA LÚCIA DE OLIVEIRA CRUZ RIMES

OS ATOS DE LINGUAGEM INDIRETOS NAS CRÔNICAS JORNALÍSTICAS

(DISSERTAÇÃO DE MESTRADO)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FEVEREIRO - 2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Os atos de linguagem indiretos nas crônicas jornalísticas

Ana Lúcia de Oliveira Cruz Rimes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como quesito para a obtenção do Título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Orientadora: Professora Doutora. Maria Aparecida Lino Pauliukonis

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2008

SINOPSE

Os atos de linguagem indiretos e os efeitos de sentido pretendidos. Análise desses atos nas frases assertivas e interrogativas no gênero crônica jornalística com vistas aos processos discursivo de sedução e convencimento na argumentação do enunciador.

Aos meus meninos, Lucas Lenin e Carlos Lenin:
Inspiração em todas as horas, Amor incondicional.

A meus pais, Adeide de Oliveira Cruz e Leocy Cruz:
Ajudadores fiéis e dedicados.

Agradecimentos

Preciso agradecer a muitos:

Primeiramente a Deus, soberano Pai, fonte de toda sabedoria, meu comovido muito obrigado.

A todos os amigos que contribuíram para que hoje estivesse aqui:

Ao amigo Valmir Miranda de Oliveira, sem o qual não teria ingressado no curso de mestrado.

Às amigas Kátia Emmerick e Vanessa Cândida de Souza, pelos incentivos e amizade, fundamentais para que eu continuasse.

À minha orientadora Profa. Dra. Maria Aparecida Lino Pauliukonis, pela orientação segura, pelo bom-humor.

Aos meus pais, às minhas irmãs e aos sobrinhos por terem acreditado em mim e compartilhado de cada progresso.

Ao meu marido e ao meu filho, que procuraram compreender tantas ausências.

RIMES, Ana Lúcia de Oliveira Cruz. **Os atos de linguagem indiretos nas crônicas jornalísticas**, Rio de Janeiro, UFRJ, 190p., 2008. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa

RESUMO

O presente trabalho fundamenta-se na análise dos processos de argumentação nas crônicas jornalísticas, com ênfase nos atos de linguagem indiretos. Nesse sentido, esta pesquisa propõe-se a comentar os atos de linguagem encontrados nas crônicas e seus efeitos de sentido sobre o leitor e pretendidos pelo enunciador. Procuramos embasar nossos estudos aliando teorias da Lingüística Textual e da Análise do Discurso, dentre elas, conceitos das Teorias da Relevância, dos Atos de Linguagem Indiretos, a noção de leitor cooperativo e a de contrato comunicacional. Também foram importantes os estudos do papel dos operadores argumentativos do grupo da oposição (concessão e restrição). Nosso *corpus* é constituído de 16 crônicas jornalísticas retiradas do jornal carioca *O GLOBO*, publicadas entre os meses de janeiro e maio de 2005 constantes do acervo do Laboratório de Pesquisa CIAD, UFRJ.

Palavras-chave: Texto, discurso, crônicas, atos de linguagem indiretos, operadores argumentativos, relevância.

RIMES, Ana Lúcia de Oliveira Cruz. **Os atos de linguagem indiretos nas crônicas jornalísticas**, Rio de Janeiro, UFRJ, 190p., 2008. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.

ABSTRACT

This present work is found in the analysis of argumentation processes in journalistic chronicles, with emphasis on indirect acts. In this sense, this research intends to comment the speech acts and their meaning effects upon the reader and intended by the sender. We look forward to basing our studies associating theories from Textual Linguistics and Discourse Analysis, among them The Relevance Theory, Indirect Speech Acts, Co-operative Reading and Communicative interaction. Also, it was important to study the roles of argumentative operators in the opposition group (concession and restriction). Our *corpus* is constituted by 16 journalistic chronicles from a newspaper in Rio de Janeiro, O GLOBO, published within January and May, 2005, taken from the assets in the Research Laboratory CIAD, UFRJ.

Key-words: text, discourse, chronicles, indirect speech acts, argumentative operators, relevance.

“Como vocês sabem, algumas vezes
as palavras têm dois sentidos”

“As you know, sometimes
words have two meanings”
(Led Zeppelin)

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. Pressupostos teóricos.....	15
2.1 Formas de leitura de um texto.....	15
2.2 Texto e intertextualidade.....	19
2.3 Texto e discurso.....	21
2.4 O Contrato comunicacional, de Patrick Charaudeau.....	26
2.4.1 O contrato de comunicação midiática.....	31
2.4.2 A imprensa jornalística.....	33
2.5 A crônica como gênero midiático.....	35
2.6 Os operadores argumentativos.....	40
2.7 A teoria dos Atos de linguagem.....	46
2.7.1 Princípios ilocucionais.....	48
2.7.2 Os Atos de linguagem.....	49
2.7.2.1 Locutório, ilocutório, perlocutório.....	50
2.7.2.2 Os atos de linguagem diretos e indiretos.....	52
2.7.3 Atos indiretos e condições de sucesso.....	56
2.8 A teoria da relevância.....	65
2.8.1 O princípio da relevância.....	66
2.8.2 A implicatura conversacional.....	69
3. Tratamento dos dados.....	75
3.1 Constituição do corpus e metodologia.....	75
3.2 Análise do corpus.....	81
4. Considerações finais.....	185
5. Referências Bibliográficas.....	188

1. INTRODUÇÃO

*“Lutar com as palavras é a luta mais vã
Entanto lutamos, mal rompe a manhã”
(Carlos Drummond de Andrade)*

O conhecimento da língua, alicerce sobre o qual se constrói a cidadania, é basilar não só no processo de ensino aprendizagem, mas também na melhoria da recepção e da transmissão diária de informações. É por meio da língua que todo indivíduo se comunica com seus semelhantes, defende ou ataca opiniões, dá e recebe informações, ampliando o conhecimento de si e do mundo em que vive.

O presente trabalho tem como objeto de estudo uma ocorrência lingüístico-discursiva – os atos de linguagem indiretos – bastante freqüente nas crônicas jornalísticas, gênero textual que, considerado híbrido e ambíguo, visa a defender um ponto de vista analítico sobre fatos do cotidiano e captar a opinião do leitor em favor de quem escreve. Busca-se, assim, analisar os princípios argumentativos e persuasivos comuns a esse gênero e que são eficazes na persuasão do leitor.

Parte-se da hipótese de que os atos de linguagem indiretos são um dos mecanismos freqüentemente usados pelo enunciador para sugerir, denunciar, ironizar e, com isso, convencer e persuadir o leitor. Esse mecanismo de persuasão pode estar construído sob diferentes formas lingüísticas: sob a forma de uma frase interrogativa, pode haver uma asserção implícita, bem como sob a forma de uma frase declarativa, veiculam-se outras asserções que realmente interessam ao cronista na defesa de suas teses. Assim, perguntas podem revelar afirmações irônicas, denúncias, constatações e não necessariamente constituem uma solicitação, por exemplo. Asserções podem revelar outras asserções

derivadas ou implícitas, que não as veiculadas pelo sentido primitivo ou literal. Frases que, num primeiro olhar, denotam ordens podem ser conselhos, ameaças ou súplicas. Embora pareça ser o ato de linguagem direto o meio mais comum de intercâmbio, oral ou escrito, utiliza-se muito mais de atos indiretos para veicular implícitos discursivos, cuja interpretação depende do reconhecimento de operações discursivas utilizadas em sua construção.

O tema argumentação/persuasão lingüística tem sido vastamente analisado em diferentes *corpora* de gêneros textuais diversos: cartas, crônicas dos mais variados tipos, editoriais, artigos de opinião sobre problemas políticos, religiosos, morais, filosóficos e outros mais. Os atos de linguagem indiretos tornam-se um dos mecanismos eficazes na construção da argumentação em crônicas do cotidiano, constituindo-se um tópico bastante produtivo para análise; esse tipo peculiar de comunicação foi bastante freqüente no *corpus* analisado, com ocorrências suficientes que justificam essa pesquisa.

Como aparato teórico, serão utilizados alguns conceitos da teoria semiolingüística de Charaudeau (1992, 2005, 2006), como o contrato comunicativo e as diferentes instâncias subjetivas: sujeitos comunicante e interpretante, sujeitos enunciador e destinatário: o conceito de leitor cooperativo, proposto por Maingueneau (2005), a noção de operadores argumentativos do grupo da oposição e da restrição, segundo Oliveira (2001), a concepção de atos de linguagem de Austin (1962), e atos de linguagem indiretos tratados por Searle (1972, 1982) e por Kerbrat-Orechionni (2005), bem como os fundamentos da teoria da relevância de Sperber e Wilson (1994).

A presente pesquisa encontra-se estruturada da seguinte forma: na Introdução delimita-se o objeto de estudo, bem como os principais teóricos e os

conceitos que servirão de embasamento para a pesquisa; também são elencadas as hipóteses e os objetivos principais. Os princípios teóricos que servirão de embasamento para a análise propriamente dita serão apresentados no capítulo dois.

Esse capítulo inicia-se tratando dos diferentes enfoques de leituras que se pode fazer de um texto, revisitando enfoques teóricos a respeito. O item 2.1 está pautado nos estudos de Kock e Elias (2006) sobre textualidade. Procura-se mostrar a importância da interação autor-texto-leitor, entendendo que todo texto só se realiza quando decodificado em suas potencialidades significativas, por aquele a quem é dirigido.

O item 2.2 trata da questão da intertextualidade, visto que nenhum texto se constrói sem a presença de outros pré-existentes; a seguir, no 2.3, serão feitas considerações sobre as noções de texto e discurso, processos que não se confundem e que são fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa que tem como foco o texto como um processo discursivo.

O contrato comunicacional, o papel da mídia impressa e especificamente do sujeito enunciativo no gênero crônica são os assuntos do item 2.4. São importantes na realização desse contrato, os atores ou parceiros do ato comunicativo que, engajados numa troca linguageira, têm o conhecimento de seus papéis e procuram demarcá-los nessa interação. Assim também a mídia impressa cumpre um papel de veículo intermediário nesse contrato comunicativo e faz-se necessário entendê-lo numa análise comunicacional que aqui se propõe.

A trajetória da crônica, como gênero cotidiano e sua relevância em nossa sociedade, será tratada no item 2.5. Os operadores argumentativos do grupo da oposição - concessivos e adversativos - serão apresentados ao longo do item 2.6

por se tratarem de termos e expressões contrastivas que reforçam a defesa de uma tese por parte do cronista, por referência a uma outra tese de uma outra voz do texto.

O item 2.7 discute a teoria dos atos de linguagem mostrando o percurso dos estudos apresentados por Austin (1962) e posteriormente a revisão e a proposta de Searle (1972, 1982), ambos confirmam a existência de uma relação fundamental entre os enunciados e as atitudes que os locutores assumem ao proferi-los,

O item 2.8 apresenta a teoria da relevância de Sperber e Wilson (1994), já que muitas vezes, o que é realmente importante em um ato indireto, nem sempre está expresso no enunciado. Importa, então, compreender as implicaturas conversacionais, seus tipos e seus efeitos no discurso, e a relevância das pressuposições.

No capítulo 3, apresentamos a metodologia de análise e a escolha das crônicas para a constituição do *corpus*. É importante ressaltar que a coleta dos dados do “corpus” não segue uma ordem cronológica; as crônicas foram agrupadas por assuntos afins. As análises dos dados fundamentam-se na teoria dos atos de linguagem indiretos e em cada crônica busca-se delimitar o macroato, apresentado em forma de tese, e o levantamento dos outros atos indiretos que se apresentam de variadas formas.

No capítulo 4 apresentam-se as considerações finais e no 5, as referências bibliográficas.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 Formas de leitura de um texto¹

Diante de um texto, o leitor pode posicionar-se de três maneiras, conhecidas como concepções de leitura: a) forma passiva (foco no autor); b) decodificadora (foco no texto) e c) ativa (foco na interação autor-texto-leitor). Essa última concepção é mais valorizada por Koch (2003), pois na posição ativa do leitor, a leitura é vista como uma interação dinâmica do autor-texto-leitor. “Os sujeitos são vistos como construtores sociais, sujeitos ativos que – dialogicamente – se constroem e são construídos no texto”. A leitura focada dessa maneira faz com que o leitor edifique, paulatinamente, seu conhecimento e, ao mesmo tempo, o texto ganha sentido e textura no mundo social.

Através dessas concepções, é esclarecido que o leitor passivo não interage com o texto, apenas faz a ação de ler, de maneira que ler é o ato que envolve o leitor e as informações contidas em um texto, pois ambos se completam nessa ação. Ler com reflexão é criar ‘intimidade’ com o texto, descobrindo de certa forma seus ‘segredos’. Já o leitor decodificador apenas decodifica o código lingüístico, ou seja, repete o que está escrito “o dito no dito”, no entanto, o leitor ativo ou dialógico consegue observar os implícitos que o texto traz, decodifica as sinalizações deixadas pelo autor e, assim, a interação do leitor com o autor-texto é alcançada. Dessa forma, é possível falar em um sentido para o texto e não no sentido do texto, pois, levando-se em consideração que conhecimentos diferem

¹ Leva-se em consideração que um texto não é feito para qualquer leitor, assunto que abordaremos mais adiante, no capítulo referente ao contrato comunicacional. De forma que, às vezes, a linguagem empregada e os termos utilizados pelo autor nem sempre fazem parte da vida sócio-cultural dos leitores.

de leitor para leitor, deve-se aceitar a variação da leitura de um leitor para outro. Isso quer dizer que se possam ler os mais variados textos, uma vez que o sentido não é construído somente pelo leitor, mas na interação entre texto e sujeitos.

A concretização do texto partirá de algumas estratégias que o leitor buscará para a construção do sentido textual. Algumas delas estão vinculadas à seleção e antecipação de informações, para, assim, ter sucesso em sua interpretação textual.

O conhecimento de mundo do leitor e sua bagagem sócio-cultural, isto é, conhecimentos globais acumulados durante a vivência do sujeito no mundo, são essenciais à construção de sentido da leitura.

Segundo Koch (2003), ao se realizar o processamento textual, recorre-se a três grandes sistemas de conhecimento: o lingüístico, o enciclopédico e o interacional.

O conhecimento lingüístico relaciona-se ao saber gramatical e textual; o enciclopédico refere-se a saberes gerais sobre o mundo, assim como àqueles concernentes a vivências pessoais e eventos espaço-temporalmente situados; o conhecimento interacional² refere-se às formas de interação por meio da linguagem, englobando: os conhecimentos ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e superestrutural;

a) o ato ilocucional: agrupa objetivos ou propósitos pretendidos pelo autor, em uma determinada situação. O leitor, por sua vez, deverá possuir sensibilidade para entender as intenções do autor;

b) o ato comunicacional: diz respeito a transmitir informações na quantidade certa, considerando a situação de comunicação, pois se expressar de

² Maingueneau (2005) chama de *competência genérica* a capacidade de domínio das leis do discurso e dos gêneros de discurso, essencial à nossa competência comunicativa.

forma clara é um dos objetivos do produtor do texto, a fim de que o interlocutor entenda melhor o texto;

c) o ato metacomunicativo: permite ao locutor validar a compreensão do texto e conseguir com que o interlocutor aceite a interpretação da leitura por meio da união de várias ações lingüísticas presentes no texto, como a linguagem visual associada à linguagem verbal;

d) o ato superestrutural: permite identificar os diferentes tipos de textos e suas características lingüísticas; textos esses que abordam diversos eventos da vida social.

Isso fará com que o leitor entenda com mais clareza e precisão os explícitos e os implícitos apresentados no contexto da leitura. Esses enfoques ratificam o pensamento de Koch e Elias (2006). Para as autoras, contexto “é tudo aquilo que, de alguma forma, contribui para ou determina a construção do sentido de um texto”. Dessa maneira tem-se que todas as informações e/ou conhecimentos relativos ao texto constituem diferentes tipos de contextos. Dentre eles destaca-se o texto sociocognitivo, que abrange todos os outros, e engloba a bagagem cognitiva – conhecimentos adquiridos ao longo da vida – que cada participante traz consigo numa atividade de interação. Assim, “a cada momento da interação, esse contexto é alterado, ampliado, e os parceiros se vêem obrigados a ajustarem-se aos novos contextos que se vão originando sucessivamente” (Koch e Elias, 2006).

Portanto, contexto é um conjunto de fatores da situação social, importantes para a produção e compreensão do discurso. Nesse enfoque, a bagagem de conhecimento acumulada pelo sujeito (anteriormente citado), ao longo de sua

vida, é uma propriedade relevante dentro do contexto e reúne elementos essenciais como:

- a) o conhecimento do idioma que está sendo utilizado;
- b) a maneira comunicativa, ou seja, a forma como tudo está escrito³ (a pontuação é fator relevante nesse item);
- c) o conhecimento da tipologia textual e do gênero utilizados;
- d) o conhecimento de outros textos inseridos em um só texto (intertextualidade).

De acordo com as explicitações, analisar um texto sem considerar seus elementos explícitos e implícitos, não torna a leitura eficaz, pois a construção do sentido do ato de ler depende do conhecimento compartilhado dos interlocutores, dos elementos já mencionados acima, como também da intenção que o autor possui ao produzir o texto⁴. Diante disso, entende-se que o interlocutor deva considerar a contextualização, pois é um fator essencial para que se tenha uma interpretação coesa e precisa de sua leitura.

Portanto, a abordagem mostra-se complexa e dinâmica. A interpretação clara do texto necessita da posição ativa do leitor que, ao mesmo tempo, deve considerar as sinalizações deixadas pelo autor e lançar mão das estratégias que lhe são pertinentes, a fim de chegar ao objetivo esperado. Esse objetivo se completará quando o interlocutor interagir sociocognitivamente com o contexto no qual o texto estará inserido, construindo, dessa maneira, a interação autor-texto-leitor.

³ Ou como está sendo falado. Nesse caso, leva-se em consideração a entonação.

⁴ Assunto que será posteriormente abordado nos capítulos sobre contrato comunicacional e atos de linguagem.

Entender o que seja texto e suas manifestações faz-se necessário para completar a atividade de interação no discurso. Dentre as manifestações textuais, a intertextualidade explícita e implícita destaca-se por poder abarcar diferentes intertextos.

2.2 Texto e Intertextualidade

O texto, considerado amplamente, é toda e qualquer manifestação de capacidade expressiva do ser humano, ou seja, o texto não é somente uma criação escrita. Assim, uma música, uma imagem, uma escultura, a linguagem falada são atividades entendidas como um texto, porque toda passagem falada ou escrita que forma um todo significativo independente de sua extensão é considerada uma manifestação textual que pode combinar diferentes tipos de linguagens, como a propaganda, que combina a linguagem verbal com a visual, por exemplo.

Tende-se a falar de “texto” quando se trata de produções orais verbais ou escritas, estruturadas de forma a perdurarem, a se repetirem, a circularem longe de seu contexto original. É por isso que no uso corrente, fala-se de preferência, de “textos literários”, “textos jurídicos”, evitando-se chamar de “texto” uma conversa (MAINGUENEAU, 2005:57).

Por sua vez, a ciência responsável pelo estudo do texto e suas manifestações é denominada Lingüística Textual e tem se dedicado a um de seus grandes temas, a intertextualidade, que, de forma *Stricto Sensu*, “Ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que parte da memória social de uma coletividade.”(Koch, 2003).

Entende-se a intertextualidade como decorrente da presença de um texto dentro do outro, sendo o primeiro texto produzido previamente e que faz parte do conhecimento da sociedade. Compreende-se que uma produção textual sempre remete o interlocutor a outros textos para construir o sentido desejado; “os textos incorporam modelos, vestígios, até mesmo estilos de outros textos e de outros gêneros” (Kleimam, 1999:62). E o leitor que reconhecer a combinação da informação original com a informação nova, constituirá um novo sentido para a leitura. Se o leitor, no entanto, não conseguir identificar essas informações, o novo sentido será prejudicado, não ocorrendo a compreensão textual.

Um texto pode trazer informações, em sua superfície ou nas entrelinhas, em referências a outros textos, a fim de que o leitor chegue ao objetivo pré-estabelecido pelo autor. Dessa forma, a intertextualidade pode ser explícita ou implícita;

A intertextualidade explícita acontece quando o autor, na produção de seu texto, faz menção à fonte do intertexto e/ou citação direta de partes desse intertexto.

Nessa concepção, o leitor deve levar em consideração a intenção do autor em fazer uma citação direta ou somente uma referência à fonte, ou seja, o leitor deve se perguntar por que o autor usou uma intertextualidade clara, quando poderia deixá-la de forma oculta.

A segunda forma de constituir a intertextualidade é de modo implícito, pois ocorre quando não há citação clara da fonte do intertexto; assim, cabe ao leitor buscá-la em sua memória para alcançar e construir o sentido da leitura. O autor pressupõe que haverá um diálogo entre o interlocutor e o texto, sendo de conhecimento prévio do leitor o intertexto presente no novo texto.

Na intertextualidade implícita, ainda, deve ser levado em consideração que o autor manipula o texto e o intertexto, com a finalidade de criar determinados efeitos de sentido, recurso muito utilizado nos editoriais e nas crônicas jornalísticas. O que Greésillon e Maingueneau (1984, *apud* Koch, 2003) nomeiam de *détournement*, efetuado por meio de substituições, supressões, acréscimos, transposições operados sobre o enunciado-fonte.

Conhecer as características e a linguagem do gênero crônica jornalística são fatores essenciais à compreensão dos eventos socioculturais que se encontram presentes no discurso. Antes, porém, entendam-se as noções de texto e discurso.

2.3 Texto e discurso

O texto é o lugar da manifestação concreta e passível de análise do discurso. O analista do discurso parte do texto para suas observações do simbólico.

[O texto] É uma unidade feita de som, letras, imagens seqüências, com uma extensão dada, com (imaginariamente) um começo, meio e fim, tendo um autor que se representa em sua origem com sua unidade lhe propiciando coerência, não-contradição, progressão e finalidade (ORLANDI, 2005: 91).

Para ser considerado texto, no entanto, é necessário que haja textualidade, que é a relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade. Desta forma, para se chegar ao discurso propriamente dito, interessa ao analista do discurso⁵

⁵ O termo 'Analista do discurso' será detalhado mais a frente.

compreender os mecanismos de discursivização construídos dentro do texto a partir de uma estruturação.

O texto pode ser, então, curto ou longo, podendo ser, inclusive, um único enunciado como uma manchete de jornal ou ainda um grupo de palavras que informam sobre o clima. Ainda Orlandi (2006: 17) “O discurso é a materialidade específica da ideologia e a língua é a materialidade específica do discurso”. Desse modo, quaisquer textos podem revelar discursos, visto que ideologias podem ser veiculadas mesmo em textos considerados pequenos.

É uma tendência natural estabelecer uma ligação entre palavras que a princípio estão soltas e produzir-se com elas um texto: a unidade da linguagem é o texto.

Desse fato, decorre uma grande necessidade de refletir, entender e classificar os diferentes tipos de texto. Desde a Antigüidade, há a preocupação em relatar e classificar os manuscritos que já refletiam tradições e pensamentos da época.

Mas se considerar-se o texto como discurso, sua incompletude é evidente dado que é necessário estabelecer relações com outros textos, com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com sua exterioridade constitutiva.⁶ Trata-se de uma necessidade pragmática, pois o sujeito de linguagem precisa de “um enunciado que acaba, de um texto com começo, meio, progressão e fim” (Orlandi, 20005: 93), isto é, do ponto de vista discursivo, não há um começo absoluto bem como não há um fim. Cabe a cada um dos sujeitos envolvidos no processo comunicativo *representarem* o começo e o término de seu

⁶ Termo utilizado por Eni Orlandi que remete à noção de memória discursiva.

próprio texto/discurso, pois ele precisa imaginar que começa ou pode começar e terminar seu texto/discurso/fala.

Já o termo “discurso”, de acordo com Maingueneau, pode ter duas aplicações: a primeira no que concerne ao emprego comum.

Pode designar enunciados solenes, falas incoseqüentes e ainda qualquer uso restrito da língua. Nesse último caso, o termo é ambíguo porque “o discurso comunista” é tanto o conjunto de textos produzidos por comunistas, quanto o sistema que permite produzir esses textos e outros ainda, igualmente qualificados como textos comunistas (MAINGUENEAU, 2005:51).

Nas ciências da linguagem, o termo surge como um sintoma da modificação pelo sujeito em sua maneira de conceber a linguagem, resultado de várias influências de diversas correntes das ciências humanas reunidas sob a terminologia *pragmática*.⁷

Um dos princípios da Análise do Discurso é o de que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. Maingueneau (*idem*) sinaliza algumas características consideradas essenciais ao discurso. Ele é: orientado, uma organização situada para além da frase, uma forma de ação, interativo, contextualizado, assumido por um sujeito, regido por normas, considerado no bojo de um interdiscurso.⁸

1. O discurso é orientado por apresentar uma finalidade específica do locutor em função de sua perspectiva assumida (deve dirigir-se a algum lugar) e também por ser linear, ou seja, desenvolver-se no tempo. Tais aspectos não o impedem de desviar-se de sua direção inicial, mudar de direção ou de voltar à

⁷ Discorreremos sobre o termo no capítulo referente aos atos de linguagem.

⁸ Entende-se por interdiscurso o dizer-já-dito, o saber, a memória discursiva e o que permeia e determina a formação discursiva.

inicial. Por isso é freqüente apresentar antecipações como “Veremos adiante...” ou retomadas do tipo “Como estava falando...”.

2. O discurso é uma organização situada para além da frase porque mobiliza estruturas diferentes que as da frase. Não é uma condição necessária do discurso que haja seqüências longas. Maingueneau (*ibidem*) afirma que provérbios ou avisos de interdição são discursos.

Os discursos, enquanto unidades transfrásticas, estão submetidos a regras de organização vigentes em um grupo social determinado: regras que governam uma narrativa, um diálogo, uma argumentação; regras relativas ao plano de texto (...); regras sobre a extensão do enunciado etc. (MAINGUENEAU, 2005: 52).

3. O discurso é uma forma de ação porque falar é mais do que representar o mundo. É principalmente *agir* sobre o outro. Austin (1962) e Searle (1969) mostram que toda enunciação constitui um ato que modifica uma situação.

4. O discurso é interativo, pois toda enunciação, mesmo sem a presença do destinatário, é marcada pela interatividade⁹ com outros enunciadores. Sendo assim, supõe uma outra instância de enunciação à qual seu discurso é dirigido e é sempre marcado pelo binômio EU-TU – parceiros do ato comunicativo. A conversação é a mais importante manifestação da interatividade do discurso, mas é apenas uma de suas formas.

5. O discurso é contextualizado, pois não se pode atribuir um “sentido” a um enunciado descontextualizado. O mesmo enunciado pode, inclusive, ter sentidos diferentes de acordo com a situação de uso; mas pode também contribuir para definir seu contexto, modificando-o no curso da enunciação.

6. O discurso é assumido por um sujeito a partir de seu comportamento como fonte de referências e da atitude que toma em relação ao que diz e ao seu

⁹ Também entendido como *dialogismo*.

co-enunciador. O enunciador pode assumir a responsabilidade pelo que diz, pode modalizar seu grau de adesão ao enunciado, como pode atribuir a responsabilidade a outro. Em todos os casos, o discurso indica quem é o responsável pelo dito.

7. O discurso é regido por normas que ditam o comportamento dos sujeitos envolvidos no ato comunicativo. Essas leis do discurso – da pertinência, da sinceridade, da informatividade, da exaustividade – estão submetidas a uma lei maior: o princípio da cooperação. Charaudeau (1983) vê na base desse exercício um “contrato de comunicação”¹⁰ que implica aceitar as regras que regem a comunicação, a saber, um reconhecimento mútuo dos participantes e a inclusão da fala em múltiplos gêneros de discurso.

8. O discurso é considerado no bojo de um interdiscurso, já que é necessário relacioná-lo a outros pré-existentes para interpretá-lo. É o que Orlandi (2005:94 *apud* 1987) chama de *dizer-já-dito* ou *memória discursiva*. “Todo texto é heterogêneo do ponto de vista de sua constituição discursiva; ele é atravessado por diferentes formações discursivas”.

M. Pêcheux (1969 *apud* Orlandi, 2005) diz que “o discurso mais do que transmissão de informação (mensagem) é efeito de sentidos entre locutores”. Isso significa deslocar a análise do discurso dos locutores como uma relação comportamental de estímulo e resposta, em que alguém transmite uma mensagem a outro e este responde com base em um referente previamente sinalizado utilizando-se de um código comum a ambos, formando assim, o circuito da comunicação. Tal transmissão linear não existiria, e sim efeitos de sentido (entre locutores), os quais resultam da relação de sujeitos simbólicos que

¹⁰ Assunto abordado no próximo capítulo.

participam do discurso dentro de circunstâncias dadas e afetados pelas suas memórias discursivas.

2.4 O “contrato de comunicação”, de Patrick Charaudeau

Para Charaudeau (2005), o sentido é construído no próprio texto, feito pelas formas verbais e a partir da troca ‘psico-sócio-linguagem’¹¹, através da intervenção de um sujeito, sendo ele também ‘psico-sócio-linguagiero’. Ou seja, o sentido é construído na interação comunicativa, na própria situação de uso, não sendo possível haver sentido prévio sem levar em consideração os envolvidos no processo comunicativo e os fenômenos externos à linguagem, como a lógica das ações e a influência social.

A posição adotada por Charaudeau é a de uma análise *semiolingüística* do discurso cujo sentido e configuração se fazem na relação forma-sentido. O termo *semiolingüística* evoca *semio-*, de “semiosis”, justamente pelo fato de a construção do sentido e sua configuração se darem na relação forma-sentido acima citada, sob a ação de um sujeito com determinada intenção social e num quadro de ação; e evoca *lingüística*, para evidenciar que a forma em questão é a das línguas naturais. Tal semiotização do mundo é realizada num duplo processo: o de transformação e o de transação.

A operação de transformação, na semiotização do mundo, está centrada na linguagem e consiste em partir de um “mundo a significar” transformando-o, sob a ação de um sujeito, em “mundo significado”. Nesse processo encontram-se quatro operações básicas: a identificação – ao procurar identificar os seres do mundo,

¹¹ Termo adotado por Charaudeau e que nos remete à situação interativa de troca no ato comunicativo e que, por isso, não pode ser considerado como sinônimo de lingüístico.

transformados, então, em “identidades nominais”; a qualificação – ao individualizar os seres através de características específicas transformando-os em “identidades descritivas”; a ação – ao indicar que os seres do mundo podem agir sobre o mundo ou sofrer a ação, conferindo aos seres uma razão “de ser” e transformando-os em “identidades narrativas”; a causação – ao atribuir às ações sofridas ou praticadas por esses seres uma causa e explicar a sucessão de fatos no mundo em “relações de causalidade”.

Já a operação de transação está centrada nos interlocutores e acontece de acordo com quatro princípios. O primeiro é o da alteridade, fundamento do processo contratual do ato comunicativo, pois cada um dos envolvidos na troca reconhece no outro a possibilidade de exercer aquele papel conferindo-lhe legitimidade. Nesse princípio, os universos de referência e as finalidades devem ser comuns, embora cada um desempenhe um papel particular: de sujeito emissor-produtor do ato de linguagem ou de sujeito receptor-interpretante.

O segundo é o princípio da pertinência, que destaca a importância do reconhecimento dos universos de referência compartilhados, sem que, necessariamente, um deva adotar os saberes do outro.

De acordo com o terceiro, o princípio de influência, no ato comunicativo todo sujeito comunicante procura influenciar, de alguma forma, o sujeito receptor-interpretante, que não ignora o fato de ser alvo de influência. Este último pode ou não interagir, mas o conhecimento que ambos detêm a respeito da intenção de influenciar faz com que existam restrições na ação da influência.

Por fim, o princípio de regulação, que está inscrito no “espaço de estratégias”, faz com que os parceiros da troca linguageira percebam que a toda

influência decorre naturalmente uma contra-influência, situação que regula o “jogo de influências”.

O princípio de pertinência, que exige um saber comum, como diz Charaudeau (2005: 17), “construído [...] Ao término do processo de transformação” entre os parceiros do ato comunicativo, evidencia a solidariedade que há entre os processos de transformação e de transação. As operações do processo de transformação acabam sendo “controladas” pelo processo de transação, conferindo, então, um sentido às operações.

No processo de transformação ocorre a passagem do “mundo a significar” ao “mundo significado” através da ação de um sujeito falante; no processo de transação, o “mundo significado” passa a “objeto de troca” com um outro sujeito, o falante-destinatário. É o que Charaudeau (2005) chama de “**contrato de comunicação**”. A validade de um ato de linguagem parte do reconhecimento do direito à fala de um e de outro sujeitos e do domínio de saberes compartilhados.

A estruturação de um ato de linguagem comporta dois espaços, partindo dos princípios de influência e de regulação: um espaço de restrições e um espaço de estratégias. Aquele diz respeito às condições necessárias mínimas para que tal ato aconteça; este corresponde às escolhas dos sujeitos para a *mise-en-scène*, termo usado por Charaudeau que denota “encenação”, uma representação comandada pelos sujeitos externos buscando *efeitos de sentido*.

No “contrato de comunicação” há dois tipos de sujeitos: os parceiros e os protagonistas que atuam num duplo espaço de significância. Os parceiros são seres sociais que atuam num espaço externo à verbalização da linguagem (sujeitos situacionais); os protagonistas são os sujeitos de fala (enunciador e destinatário, sujeitos discursivos) que atuam num espaço interno à verbalização da linguagem. Ou

seja, quatro sujeitos totalizam o ato comunicativo: o eu-comunicante e o tu-interpretante (externos), que se abrem para outros seres na cena enunciativa, a saber, o eu-enunciador e o tu-destinatário (internos) e que estão ligados por um “contrato de comunicação”. Dessa forma, todo ato de linguagem é estruturado em três níveis: o situacional, o comunicacional e o discursivo.

O nível situacional determina a finalidade do ato de linguagem, a identidade dos parceiros, o domínio do saber e o dispositivo.

O nível comunicacional determina de que modo se dará a interação entre os sujeitos; neste nível a escolha do gênero é determinante. As características da organização discursiva e formal dependem das condições de produção situacionais. O falante (aqui entendido como falante ou interpretante) se pergunta que papéis ‘linguageiros’ deve assumir para justificar seu direito à fala que demonstre sua identidade e lhe permita tratar de um certo tema em certas circunstâncias. Desse modo, finalidade, identidade, proposição e dispositivo estarão determinados.

O nível discursivo é a parte lingüística de modo de organização do discurso. Neste nível determinam-se as condições de legitimidade (princípio de alteridade), de credibilidade (princípio de pertinência) e de captação (princípio de influência e de regulação) do sujeito falante na realização dos “atos de discurso” que resultarão num texto, aqui entendido como produto de uma combinação de certas condições de produção com operações de “discursivização”. Há que se reiterar a diferença entre texto e discurso, anteriormente relatado. O texto é linear, ao mesmo tempo progressivo e recorrente, pode ser verbal ou não-verbal. O discurso, por sua vez, é todo um conjunto de estratégias, de restrições, de variantes e de encenações presentes no contrato de comunicação. Tal conjunto compõe uma tipologia discursiva definida. O discurso, assim, pode ser composto por vários textos.

Para que o ato comunicativo seja considerado válido, é preciso reconhecer o outro e legitimá-lo como parceiro da troca comunicativa, considerando que cada um dos envolvidos desempenha um papel particular, seja como sujeito comunicante ou sujeito interpretante e, embora diferente, tenha em comum *universos de referência* (saberes compartilhados) e *finalidades* (motivações comuns) Charaudeau (2005: 15) diz que o princípio da legitimidade “é o fundamento do aspecto contratual de ato de comunicação”.

O princípio de pertinência diz respeito ao reconhecimento dos universos de referência, que devem ser compartilhados (mas não necessariamente adotados como visto acima): os saberes sobre o mundo, sobre os valores psicológicos e sociais, sobre os comportamentos. Assim, os atos de linguagem devem ser apropriados a seu contexto e a sua finalidade.

Cada um dos sujeitos envolvidos no ato comunicativo visa a atingir seu parceiro para orientar seu pensamento, fazê-lo agir ou afetá-lo emocionalmente.

... a captação está orientada para o parceiro da troca, um parceiro que se supõe não natural (é necessário instituí-lo como destinatário de uma mensagem), não passivo (ele possui suas próprias faculdades de interpretação) e não ter sido conquistado antecipadamente pelo interesse que a mensagem pudesse ter despertado (é necessário persuadi-lo, seduzi-lo) (CHARAUDEAU, 2006: 91).

O lingüista, ao afirmar que “É na carga semântica das palavras, através dos modos de organização do discurso que as integram, e em situação de troca que se podem recuperar os traços desses jogos de interesse” (*idem*, 2005: 27), lança as bases do que se entende ser o princípio do entendimento da construção do sentido, visto que todo sujeito linguageiro é responsável por suas escolhas e que cada uma delas evidencia o caráter dos princípios de influência e regulação. Entendido assim, não haveria formas ditas “inocentes” de construção do discurso

bem como não haveria uma carga semântica igualmente inocente das palavras. Apenas na situação de troca pode-se falar em sentido, levando em consideração os interesses envolvidos nesse jogo comunicativo. Os sujeitos psico-sócio-linguageiros, seu contrato de comunicação e sua *mise-em-scène* é que “constroem” os atos de linguagem de uma comunidade sociocultural e elucidam os jogos de interesse em vigor em determinado discurso.

Os parceiros do ato de linguagem podem estar fisicamente em presença um do outro, ligados por uma troca imediata (situação de interlocução), ou ligados por um contrato de troca postergada (situação de monolocução) estejam ou não presentes. Desse modo, os textos serão monológicos ou dialógicos¹², de acordo com a situação de produção.

Na mídia escrita, como veremos a seguir, os contratos são monológicos.

A análise dos atos de linguagem contidos num *corpus* deve ser realizada de acordo com a identificação de três diferentes espaços. O espaço de locução, que deve se ocupar do estudo da tomada da palavra por parte do sujeito languageiro, procura entender o papel do “eu” no texto e a problemática de “como ocupar o espaço da fala”. O espaço de relação, baseado na operação de transação, ocupa-se em entender as estratégias discursivas utilizadas pelo sujeito languageiro visando a alianças com seu destinatário ou ainda relações de oposição. Por fim, o estudo do espaço de tematização-problematização procura averiguar o objeto que está sendo construído por parte do sujeito languageiro, de acordo com seu entendimento e proposição do mundo que o cerca através de sua enunciação.

¹² O conceito de *dialogismo* aqui é diferente do *bakhtiniano*, segundo o qual todo texto é dialógico.

2.4.1 O contrato de comunicação midiática

O contrato de comunicação midiática visa a uma maior credibilidade junto ao maior número de receptores; situa-se entre duas *visadas*: a de informação (fazer saber) e a de captação (fazer sentir).

A visada de informação é realizada através das atividades languageiras de descrição-narração e de explicação. Busca-se informar ao cidadão o que aconteceu ou o que está acontecendo no mundo. Charaudeau (2006: 87) define a *descrição-narração* como um meio usado “para reportar os fatos do mundo”; e a *explicação*, um dispositivo “para esclarecer ao destinatário da informação sobre as causas e as conseqüências do surgimento desses fatos”.

No contrato de informação é a visada de *fazer saber* (ligada à verdade) que predomina, pois o mundo tem uma existência em si e é “reportado com seriedade numa cena de significação credível” (*idem, ibidem*).

Charaudeau afirma ainda (2006: 88), no entanto, que na instância midiática não trata bem “da verdade (...), mas sim das *condições de veracidade*”, ou seja, à mídia cabe autenticar os fatos atribuindo-lhes verossimilhança: descrevê-los, explicá-los, justificar as explicações dadas.

Dessa forma, é importante no contrato de comunicação midiática *autenticar* o fato, que consiste em *fazer crer; dizer o que aconteceu*, através da reconstituição ou analogia; *dizer/mostrar a intenção*, revelando o que estava oculto, o que pode ser feito através de confissão ou denúncia; *fornecer a prova*, através de análises e demonstrações, como se pode ver no fragmento, a seguir:

Dizer o que aconteceu é construir a memória dos homens e permitir-lhes apropriar-se do passado [...]. Revelar a intenção oculta equivale a triunfar sobre forças do poder que se apóiam no segredo e na mentira [...], ou então a

trunfar sobre enigmas constituídos pelo conhecimento do homem[...]. *Fornecer a prova das explicações* equivale a manifestar o triunfo da razão, o poder da inteligência humana, a dominação do pensamento sobre a matéria, sem a qual a descrição dos fatos não teria nenhuma utilidade (CHARAUDEAU, 2006: 91).

A visada de captação, por outro lado, está orientada para o parceiro da troca e, nesse momento, a instância midiática vê-se num problema duplo: por um lado, a necessidade de “seduzir” o público consumidor de informação para “comprar seu produto”, pois está em concorrência com os demais mecanismos de informação; por outro, o “dever de informar” o mais corretamente possível sobre os acontecimentos do mundo.

A instância midiática acha-se, então, “condenada” a procurar emocionar seu público, a mobilizar sua afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida. O efeito produzido por essa visada encontra-se no extremo oposto ao efeito de racionalidade que deveria direcionar a visada de informação (CHARAUDEAU, 2006: 92).

Vemos, assim, que o contrato de comunicação midiática está marcado pela contradição do compromisso com a informação, o *fazer saber*, buscando seriedade e credibilidade; e com o *fazer sentir*, satisfazendo o princípio da emoção que inclui a escolha de estratégias apropriadas para uma forma de encenação da informação. Assim, a tendência acentuada para a primeira, que visa à austeridade e à credibilidade, não alcança o grande público; e a tendência para a segunda, construída sobre a dramaticidade, compromete a imagem credível necessária para esse meio de comunicação.

As mídias não ignoram esse fato e, em particular a imprensa, procuram navegar entre esses dois pólos de acordo com os acontecimentos e com a ideologia dominante. O lingüista diz que quando as mídias insistem em um determinado tema, explorando casos intermináveis, é porque buscam ” descrever

à exaustão acontecimentos do espaço público seguindo um roteiro dramático que se encerra invariavelmente com as eternas questões sobre o destino humano” (*idem*: 93). Tais procedimentos buscam repostas a perguntas como “Para onde vamos?”, “Por que as coisas são assim?”, “Como isso é possível?”.

2.4.2 A imprensa jornalística

Segundo Charaudeau (2006), a imprensa é monológica, e como tal, a troca com o tu-destinatário é postergada. Por sua vez, consegue o objetivo de persuadir:

A imprensa é particularmente eficaz; por um lado, nas análises e comentários, nos editoriais, nas tribunas e reflexões, nas crônicas, em tudo o que aprofunda a informação [...] por outro lado, nas narrativas, nas notícias locais [...] e na montagem de dossiês; e ainda, nas informações dos classificados, das variedades, local por excelência de um percurso sinótico (*idem*: 114).

As razões apontadas para essa eficiência, apesar da relação distanciada entre aquele que escreve e aquele que lê, são várias. A atividade de conceitualização do mundo a partir das duas instâncias, a de emissão e a de recepção, é muito mais efetiva e analítica. Aquele que escreve pode, a qualquer momento, retornar para retificar ou apagar o que escreveu; o que lê, para recuperar a leitura, memorará-la. Por se tratar de uma atividade que se efetiva através do movimento ocular, o leitor poderá realizá-la de forma linear, do começo ao fim, bem como seguir outras ordens que facilitem a conexão entre as partes e a organização do pensamento (em árvore, em contínuo, em paralelo).

A escrita desempenha o papel de prova para a instauração da verdade, o que não é possível para a oralidade, não recuperável e aparentemente mais efêmera (*ibidem*: 113).

O leitor não precisa de pressa para decodificar as informações ali veiculadas, não há a necessidade de uma resposta imediata, nem de haver uma resposta. Ou seja, embora o fato não chegue ao destinatário com a mesma rapidez que na televisão ou no rádio, o tempo, na imprensa, é um fator positivo.

Essencialmente escritural, feita de palavras, de gráficos, de fotos, desenhos sobre um suporte de papel, a imprensa não pode fazer coincidir tempo e acontecimento, tempo da escritura, tempo de produção da informação e tempo da leitura. Há todo um percurso a ser seguido: da fabricação do produto ao transporte, da distribuição nos pontos de venda até às mãos dos leitores e a conseqüente leitura desse material. Essa defasagem, no entanto, é compensada pela própria atividade de ler que desenvolve um espaço estratégico de aquisição de informação.

Dessa forma, o leitor põe em prática um tipo de compreensão muito mais “discriminatória e organizadora que se baseia numa lógica hierarquizada” (Charaudeau: *idem*).

Quando se trata de formar opinião, informar ou seduzir, a imprensa mostra-se muito mais eficiente do que as outras mídias. Por isso, as várias seções editoriais, artigos opinativos, comentários de várias ordens e as crônicas têm papel importante na formação da opinião do leitor. Nesse contexto, tem especial papel a crônica jornalística, assunto abordado a seguir, com os seguintes enfoques: sua trajetória histórica, a crônica como gênero, suas características e função social.

2.5 A crônica como gênero midiático

A crônica jornalística é considerada um gênero híbrido, pois se encontra na fronteira entre o literário e o jornalístico. Por muitas vezes o cronista é como um poeta tal seu lirismo ao tratar de assuntos corriqueiros ou até importantes. Outras vezes, o cronista comporta-se como o porta-voz de uma sociedade, tendo como sua a responsabilidade de denunciar e/ou comentar fatos da sociedade da qual faz parte. Seu objetivo é levar o leitor a refletir sobre os acontecimentos diários, persuadi-lo, convencê-lo a respeito das teses levantadas por ele. Para isso, os mais diferentes assuntos são abordados em seus textos: desde um simples concurso de beleza (crônica 1), até a escolha de um papa (crônica 2); de um aparecimento de capivara em local público (crônica 4) a problemas de relacionamento com operadora de celulares (crônicas 3 e 4); dos modismos incorporados à língua portuguesa do Brasil (crônicas 9, 10, 11, 12) até a suposta falta de assunto (como na crônica 16). O cronista passeia, assim, por questões filosóficas, morais, didáticas, religiosas, econômicas, sentimentais, frívolas, superficiais, políticas, etc.

A crônica sempre foi tida como um gênero ambíguo, a esse respeito, o crítico literário Eduardo Portella afirma que

A estrutura da crônica é uma desestrutura: a ambigüidade é a sua lei. A crônica tanto pode ser um conto, como um poema em prosa, um pequeno ensaio, como as três coisas simultaneamente.(PORTELLA, 1979: 53-4)

Dessa forma, a crônica pode assumir as mais variadas formas e diferentes gêneros podem amalgamar-se para formá-la. É um gênero textual único, com

características singulares e cada cronista tem o seu estilo dedicando-se a uma temática específica. Nas palavras de Bender

Cecília Meireles tende à poesia e ao misticismo, Drummond às reflexões (...), Fernando Sabino às histórias e ao humor leve, Luís Fernando Veríssimo, Stanislaw Ponte Preta, Carlos Eduardo Novaes e Millôr Fernandes ao humor (cada um a seu modo, é óbvio), Paulo Mendes Campos à poesia em prosa ou prosa poética, Manuel Bandeira às reminiscências, Rachel de Queiroz ao acontecimento, à reflexão ou ao texto comprometido com o social, Clarice Lispector ao inusitado e ao existencial, Rubem Braga faz transcender o fato miúdo e conta casos como ninguém (BENDER, 1993: 57).

Desse modo, é difícil apontar a tipologia da crônica, já que freqüentemente os gêneros confundem-se ou superpõem-se.

Veiculada normalmente pelos jornais, como uma das exigências de um texto para pertencer ao gênero crônica, pode-se também encontrar em livros, ainda que não sejam esses os canais normalmente usados. Bender (1993: 59) afirma que “há crônicas que já nascem em livros”, pois é comum nos livros a ocorrência de textos que não foram publicados em jornais. É um texto geralmente curto, nunca passando de uma página. Basicamente argumentativo¹³, podemos, no entanto, encontrar, nas crônicas jornalísticas, seqüências narrativas (como, por exemplo, a crônica **15- A volta de Josivaldo – José de Abreu roda baiana no Antiquarius e, aos berros, constrange freqüentadores: ‘Sou da Globo!’**. Arnaldo Bloch, 30-04-2005, em que há a presença de temporalidade, seqüência de ações e personagens – típicos da narração) ou descritivas. Esses modos de organização¹⁴, embora diferentes, prestam-se ao mesmo fim: convencer o leitor.

Inicialmente, a crônica tinha uma função histórico-narrativa. Pelas mãos do cronista-mor, na Idade Média, os feitos dos reis e os acontecimentos da corte

¹³ O item 2.6 trata especificamente dos operadores argumentativos do grupo da oposição e seu papel nas crônicas jornalísticas.

¹⁴ O que Charaudeau chama de modos de organização, Marcuschi chama de tipos de texto.

eram registrados para que houvesse memória. Fernão Lopes é um dos cronistas-mor da época.

A carta de Pero Vaz de Caminha sobre o descobrimento do Brasil é considerada uma crônica, ao relatar o dia-a-dia nas terras do Novo Mundo. Quando tal carta chegou às mãos do Rei de Portugal, os fatos faziam parte do passado, mas estavam registrados no presente.

Mais tarde, na França, surge o folhetim, publicado no rodapé na primeira página dos jornais de então para dar um toque de leveza às notícias. Como a acolhida do público foi aumentando em relação a esse espaço, com o tempo, o folhetim passou a ser, nas palavras de Laurito (1993: 15) “um chamariz para atrair leitores”.

A crônica, tal como a conhecemos, advém desse tipo peculiar de texto – o folhetim. Assim é que autores como José de Alencar e Machado de Assis, no século XIX, publicaram ‘folhetins’, que tinham na época outro formato (eram maiores) e apresentavam-se também na primeira página. Somente mais tarde a crônica passou a fazer parte do interior do jornal.

Havia, então, dois tipos de folhetins: o folhetim-romance e o folhetim-variedades. O primeiro deu origem a muitos dos conhecidos romances nacionais do século XIX os quais eram publicados originalmente em capítulos. Tais textos ficcionais fizeram muito sucesso na época e eram aguardados ansiosamente pelos leitores que acompanhavam as aventuras de seus heróis. O segundo, ao lado dos romances em capítulos, “registrava(m) [os fatos] e comentava(m) a vida cotidiana da província, do país e até do mundo” (*idem*: 16). O talento dos folhetinistas de variedades era essencial para conquistar o público-leitor e também conservá-lo cativo, tal como o folhetim-romance, de forma que uma

expectativa em relação a esses textos era criada e o público aguardava a continuidade dos textos de seu autor favorito, a exemplo do que acontece hoje nos jornais de grande circulação em nosso país.

Os folhetins de variedades do século XIX, além de serem muito extensos, discorriam sobre uma grande diversidade de assuntos. Com a evolução da imprensa, “o abrangente folhetim de variedades (...) foi desaparecendo, para dar lugar a seções especializadas de articulistas, comentaristas, analistas e críticos, ou seja, jornalistas também especializados em determinadas matérias” (*ibidem*: 20). Segundo a autora, surgiu também nesse momento o que entendemos por cronista hoje: “o especializado em tudo e em nada”.

O folhetim de variedades torna-se, enfim, crônica. Encurta, tem um espaço delimitado no interior de um jornal diário ou periódico, traz um título que define e delimita o assunto abordado, e, já no século XX, a crônica é coletada e publicada em livros. Ao seu caráter cotidiano é incorporado um lirismo que a faz ser considerada também gênero literário. Surgem cronistas como Rubem Braga, Paulo Mendes Campos, Carlos Drummond de Andrade. Em uma de suas crônicas, Clarice Lispector afirma que ela se caracteriza como “uma conversa com o leitor”.

As crônicas são propícias aos atos de linguagem indiretos dado esse caráter confessional e certa cumplicidade com o leitor, e por se tratar de um gênero híbrido, não só por oscilar entre os gêneros jornalístico e literário, como apresentar vários modos de organização do discurso: o narrativo, o descritivo e o argumentativo. Apresentada de forma intimista com a presença de avaliações do sujeito enunciadador, seu caráter confessional permite o jogo explícito-implícito. A referência aos fatos do cotidiano compartilhado com os leitores permite a

reconstrução desse cotidiano pelo intertexto, pela relevância dos fatos retratados, pelas alusões e implícitos. Trata-se enfim, de uma “conversa” com o leitor, como disse Clarice Lispector, e, por isso mesmo, cheio de implícitos e sugestões, de referências subentendidas - que permitem análise crítica dos fatos corriqueiros, pelo viés da ironia, das metáforas compartilhadas, de denúncias etc.

Segundo Bender (1993: 44), o fato jornalístico que dá origem à crônica é mero pretexto; assim, ao falar de uma guerra “não é daquela determinada guerra que o cronista quer falar, mas da guerra enquanto não-paz. E nem da princesa da Inglaterra, e sim como todos gostam de reis e rainhas”. Dessa forma, o fato analisado pelo cronista está fora do mundo real que nos rodeia.

Mesmo quando há verdade inquestionável no que diz, as entrelinhas e as analogias é que interessam. A crônica é um gênero do disfarce e ajuda a agüentar com certa fantasia a vida e a realidade. Geralmente não é ficção pura, uma vez que a realidade está palpável nela, o coração de cada leitor está batendo forte, ao identificar-se com as idéias do cronista. Lemos a crônica, damos um sorriso meio de lado e comentamos: “-Olha, o fulano está incrível, hoje. Não é que está dizendo exatamente o que eu queria dizer sobre aquela notícia?” (BENDERr, 1993: 44).

O cronista jornalístico, então, é o porta-voz não oficial do homem comum, muitas vezes retratando a realidade que o leitor queria compreender, sendo, ao mesmo tempo, um elemento transformador dessa realidade.

Os cronistas selecionados ilustram bem esse papel: Arnaldo Bloch, Arthur Dapieve, Artur Xexéo, Cora Rónai, Luís Fernando Veríssimo, Luiz Garcia, Martha Medeiros, Zuenir Ventura – todos se voltam para questões comuns, eternizadas nas crônicas e a liberdade temática é a principal característica de seus textos; não há assunto proibido, não há fórmulas a serem seguidas. A utilização profícua dos atos de linguagem indiretos é muito bem-vinda nesse contexto.

2.6 Os operadores argumentativos

A seguir, na seqüência deste estudo, devem ser feitas duas considerações: a primeira relaciona-se com a visão de Ducrot (1980) a respeito do que chama de orientação argumentativa de conectores e fenômeno da concessão; a segunda relaciona-se à proposta de Oliveira (2001), à luz da Lingüística do Texto, para uma nova concepção do agrupamento dos conectores pelo critério de afinidade semântica.

Como vimos, a todo texto subjaz um discurso cujo objetivo é persuadir, convencer, por parte do enunciador, ao interlocutor. Para Ducrot (*idem*), os enunciados são empregados objetivando orientar o interlocutor para uma conclusão determinada excluindo outras possíveis, estabelecendo o que chama de *orientação argumentativa*.

Afirma ainda que o sujeito da enunciação é o responsável pelo enunciado, e que outras vozes, que não a do locutor, podem aparecer nesse enunciado, evidenciando a *polifonia discursiva*. Essas vozes pertencem aos *enunciadores*, que não se expressam diretamente através de suas palavras, mas através de seus pontos de vista atestados na enunciação e que servirão como argumento para o embasamento do locutor.

Assim, a argumentatividade está inscrita na própria língua que possui, em sua gramática, enunciados que funcionam como operadores argumentativos. Em língua portuguesa, tais operadores podem ser de dois tipos: de base lexical (*vocábulos*) e de base relacional (*conectivos*).

1. Os grupos dos vocábulos podem apresentar diferentes classificações pelas gramáticas: Lima (1998) chama-os de *palavras denotativas*; Bechara (1999), de *denotadores*; Cunha (2001), de *essencialmente afetivas*. Embora tenham sido descritos como *morfemas gramaticais de tipo relacional*, o valor argumentativo desses conectores não foi priorizado. A Semântica Argumentativa ducrotiana recupera esses elementos por determinarem a força argumentativa dos enunciados no sentido de orientarem o discurso para uma conclusão.

2. O segundo grupo de operadores argumentativos, os *conectores*, são normalmente listados em ordem alfabética ainda hoje na prática pedagógica; por isso, quando presos a listas, seus traços lingüisticamente relevantes não são considerados. Os que se preocupam com semelhante comportamento em detrimento de um conhecimento e de uma aplicação mais produtivos na língua são muitos. No entanto, lingüistas como Charaudeau (1992), Azeredo (1999) e Oliveira (2001) são alguns dos autores que já contemplam abordagens semântico-discursivas desses elementos. Oliveira (*idem*), no qual este estudo será pautado, baseia-se nos pressupostos da Lingüística Textual ao apresentar um estudo dos conectores do português de forma mais operacional e reflexiva, o que vai contribuir para uma prática lingüística mais produtiva.

De acordo com a proposta de Oliveira, os conectores e “elementos de ligação” devem ser divididos em sete grupos: a) aditivo-alternativo; b) da causalidade (abarcando as chamadas explicativas, causais e condicionais); c) da consequência (consecutivas, finais e conclusivas); d) da oposição (constituído pelas conjunções adversativas, concessivas e opositivas, que interessa

particularmente a essa pesquisa); e) das modais, conformativas e comparativas; f) da localização no tempo e no espaço; g) dos conectores reformulativos.

Embora Oliveira (*ibidem*) considere a terminologia *conjunções adversativas*, não as separa das *concessivas* e as relaciona como parte de um único grupo somando ainda as chamadas *opositivas*, não reconhecidas pela NGB. A seu ver, o grupo das opositivas não deve ser separado, semanticamente, em grupos distintos já que tanto as concessivas como as adversativas fazem parte de um processo argumentativo que o enunciador pode utilizar a favor de seu argumento.

A diferença apontada restringe-se ao fato de as concessivas, de imediato, apontarem para um argumento mais forte e decisivo na segunda assertiva, quebrando qualquer expectativa que se possa formar, ao passo que as adversativas criam condições para que essa expectativa seja criada, para logo depois desfazer essa impressão.

Dessa forma, considere-se o enunciado recebido por alguém que entrega seu currículo em uma firma a procura de emprego:

Embora seu currículo seja bom, não temos vagas.

Ao receber tal informação, entende de imediato a restrição que lhe é imposta: não será empregado; não se cria nenhuma expectativa. Nessa construção, a conjunção *embora* introduz a concessão, aqui entendida como um recurso discursivo em que o argumentador concede razão a uma tese contrária a sua para em seguida apresentar a sua própria tese, que é o argumento mais forte. Ou seja, o argumentador concorda em parte, deixando claro que o argumento do

opositor, seja ele real ou imaginário, é secundário. É como se desse razão ao adversário, e em seguida, “tira-lhe o tapete”, com um argumento mais forte, como se vê em:

“Por muitos anos, os paulistas tiveram de aturar o falar carioca. É a hora de sua forra. Ela, porém, não está solta no tempo e no espaço. Está ligada a circunstâncias históricas: embora a maioria das novelas continue a ser produzida no Rio, e até a Record esteja vindo gravá-las aqui para aproveitar a população artística, nunca estivemos tão mal politicamente.” **(crônica11 - Língua – quem pode fala, quem não pode repete. Arthur Dapieve, 04-2005)**

O fato de as novelas serem gravadas no Rio não é argumento suficientemente forte para que o dialeto carioca dite as normas do português falado. O Rio encontra-se mal politicamente e isso faz com que o falar paulista esteja em evidência atualmente, pois, na opinião do cronista, a política paulista está mais bem organizada do que a do Rio de Janeiro e tem funcionado melhor. No parágrafo seguinte o cronista fundamenta seu argumento explicando que o ministério deveria ser chamado de “paulistério” já que a presença de políticos paulistas é maciça.

O efeito do enunciado a seguir é diferente:

Seu currículo é bom, mas não temos vagas.

Aqui a conjunção *mas* introduz a restrição. Cria-se, então, uma expectativa momentânea a partir da primeira assertiva “Seu currículo é bom” que direciona para a conclusão “portanto devemos contratá-lo”, logo após introduzindo a segunda assertiva “mas não temos vagas” que muda a direção para a conclusão “portanto não vamos contratá-lo”. “Seu currículo é bom” é a concessão, o

argumento considerado secundário: “mas não temos vagas” é a restrição, o argumento pró-tese, o aspecto principal que conduz à tese. Seguindo o exemplo da crônica 11:

“O “então” engrossa o tráfego de lá para cá. Ainda mangamos de “semáforo” e ‘holerite, mas usamos, sem pestanejar, palavras à paulista. São os casos, por exemplo, de “balada”, para noitada e/ou diversão, e de “descolado”, para moderno e/ou chique. Tá ligado? Implico com “descolado”: lá onde fui malcriado, tem conotações proctológicas.”

O fato de os cariocas “mangarem” de palavras e expressões notadamente paulistas não é o argumento mais forte; essa é a concessão. O argumento que importa, introduzido pelo mas, é o fato de os cariocas usarem muitas palavras “a moda paulista” sem se darem conta; tal restrição conduz à tese do autor que é a imposição do falar paulista, e não a do falar carioca, que vigora no momento.

A representação pode ser feita pelo seguinte esquema:

CONCESSÃO, mas (e sinônimos) RESTRIÇÃO, portanto TESE.

A construção do tipo “A mas B, “A, no entanto B” contém três constituintes: dois explícitos e um implícito.

1. a concessão, ou seja, o “A” da fórmula (= “Seu currículo é bom”);
2. a restrição, que é o “B” da fórmula (= “não temos vagas”);
3. uma conseqüência negada da concessão, normalmente implícita (= “deveríamos contratá-lo pelo bom currículo que apresenta”).

Ou seja, “A, *mas* B” equivale a “A, *mas* (o que importa é) B”.

No exemplo retirado do *corpus* temos:

- 1.a concessão (“ainda mangamos de semáforo e holerite”):
2. a restrição (“usamos, sem pestanejar, palavras à paulista”):
3. a consequência negada da concessão (“não deveríamos usar palavras e expressões paulistas já que debochamos de algumas delas”).

A relação de concessão com sua “consequência negada” fundamenta-se no princípio ducrotiano do *topos* – espécie de crença, geralmente coletiva, subjacente à tese-argumento. Oliveira (2001: 87) usa o exemplo “*Ele bebe, mas é carinhoso*” em que a consequência negada é “(se bebe) seria de esperar que não fosse carinhoso”, pois se apóia no *topos* “quanto mais alguém bebe, menos carinhoso é”.

Há que se considerar também a ordem fixa das construções com o conector “*mas*” e a possibilidade de inversão das construções com o conector “*embora*”. Em “*Embora A, B*” ou “*B, embora A*”, B (sendo a restrição) é argumentativamente mais forte e a construção pode ser invertida. Em “*A, mas B*” a construção é fixa e qualquer que seja B, este nega uma consequência implícita de A.

As conjunções e construções opositivas normalmente não apresentam a consequência negada (cn) da concessão, elemento que sempre existe com as adversativas e concessivas.

Existem na língua portuguesa várias possibilidades de exprimir o par concessão/restrrição além do emprego das conjunções concessivas e adversativas. Assim é que observamos combinações como *é claro que* com o *problema é que*, construções com *mesmo+ gerúndio*, locuções prepositivas como

apesar de, as opositivas coloquiais *enquanto que*, *já* e *agora*, e ainda a conjunção *se*, que pode ser concessiva quando equivaler a *embora*.

Na construção da argumentação, o cronista utiliza-se, muitas vezes, dos operadores argumentativos. Em todas as crônicas selecionadas para o *corpus* desta pesquisa há a ocorrência de conjunções adversativas, concessivas e dos demais vocábulos e expressões do grupo da oposição aqui citados. Faz-se necessário, portanto, entender os mecanismos que regem esse tipo de procedimento na construção, na apresentação e na sustentação da tese do autor e dos atos de linguagem indiretos.

Nas palavras de Koch (2004: 17) “a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, por isso o ato “de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental”. Faz-se necessário, assim, entender os estudos de Austin e Searle dedicados aos atos de linguagem – aquilo que se faz quando se fala - especialmente os “que dizem respeito aos efeitos visados pelo uso da linguagem, entre os quais os de convencer e de persuadir”.

2.7 A teoria dos atos de linguagem

A teoria dos *speech acts* nasce em 1962 da obra de John Austin *How to do things_with words* que reúne doze conferências.

Embora não tenha sido o primeiro a afirmar que dizer é também fazer,¹⁵ é ele que levanta questionamentos com relação à semântica “veri-condicional” que pressupõe condições de verdade para que um enunciado seja aceito.

Segundo Austin (1970:153) uma grande variedade de enunciados produzidos nas línguas naturais não se encaixa nas condições de verdade-falsidade, como as ordens e as perguntas, ainda que se assemelhem aos enunciados “constativos” (os statements).

Os enunciados constativos são assim chamados por Austin por serem enunciados de simples relato, e sempre cabe perguntar se há uma descrição adequada dos fatos, ou seja, se ocorre(u) realmente a situação descrita.

Austin aponta, então, os enunciados performativos como sendo a resposta para aqueles que não se enquadram na deficiência dos constativos. Orecchioni, (2005: 20) diz: “... um enunciado performativo é um enunciado que, desde que sejam respeitadas certas condições de êxito, realiza o ato que ele denomina”.

A conclusão a que chega Austin, a de que em muitos enunciados não se descreve situação alguma, mas a própria enunciação a modifica, levanta também alguns problemas. Há graus de performatividade a considerar:

1. Os performativos puros, que se apresentam centrados em verbos na primeira pessoa do presente do indicativo. Podem ser subdivididos em duas categorias: os verbos *dicendi* (ordeno, aceito, protesto), e não-dicendi. Orecchioni (2005: 22) diz que “certos verbos performativos não são verbos de fala” e

¹⁵ Bally prenuncia a análise em termos da ‘valor ilocutório’ versus ‘conteúdo proposicional’; Reinach elabora uma teoria dos ‘atos sociais’; Gardiner desenvolve trabalhos que anunciam Searle, Grice e Goffman; Molinowski defende a idéia de uma ‘linguagem-ação’; Morris destingue três abordagens dos signos: sintática, semântica e pragmática; Wittgenstein defende a formula ‘meaning is use’. (Orecchioni,2005)

“inversamente, nem todos os verbos de fala se prestam a um emprego performativo”.

2. Os quase-performativos, que são muitas vezes performativos elípticos ou reduzidos, outras vezes transformados em passivos ou impessoais, ou ainda acrescidos de um modalizador ou prefixo.

3. Os enunciados intermediários, que Austin situa entre o constativo e o performativo, pois aparentam performatividade como “Eu lhe agradeço” (*idem*, p.23).

4. Os performativos implícitos, que de certa forma dão origem aos atos de fala indiretos ¹⁶ já que há, segundo Austin, “performativos implícitos” ao lado de performativos explícitos. Em “Feche a porta”, há o mesmo ato de ordenar que em “Eu lhe ordeno que feche a porta”.

2.7.1 Princípios ilocucionais

Austin percebe que a distinção entre enunciado constativo e performativo (e a própria noção de performativo) parece impossível, já que até a mais simples enunciação pode ser de caráter performativo.

A esse respeito, Maingueneau (1996: 7) afirma que “Para Austin, entre ‘está chovendo’ e ‘afirmo que está chovendo’, haveria apenas uma diferença de explicitação. Ou seja, qualquer enunciação tem uma dimensão ilocucionária. A partir dessas reflexões Austin complementa a teoria dos *speech acts*¹⁷. Propõe

¹⁶ Como se verá adiante.

¹⁷ Termo pouco usado por Austin, mas adotado por Searle, inclusive como título de seu livro de 1969, embora ambos tratem do mesmo objeto.

então uma distinção entre atos que realizam ações explicitamente – os ‘performativos’ – dos que realizam por meios implícitos – os ‘atos ilocutórios’.

Ao lado de afirmações como “todos os enunciados são dotados de uma força ilocucionária” e que há “infelicidades” (*infelicities*) que afetam diretamente os performativos e os atos ilocutórios, introduz também a distinção destes últimos em três espécies: *locutórios*, *ilocutórios* e *perlocutórios*.

Searle (1972) continua a pesquisa iniciada por Austin (após sua morte) dos atos de fala e atos ilocutórios. Este último é ativado por uma força ilocucionária que aplicada ao conteúdo proposicional lhe dá o valor de ato, evidenciando, dessa forma, se se trata de pergunta, asserção, ordem, etc.

O próprio Searle afirma que a expressão ‘força ilocucionária’ é ambígua (1982: 40); por isso Orecchioni (2005: 28) diz:

“...sugere a idéia de que essas diferentes forças se opõem sobretudo por seu grau, ao passo que elas se distinguem primeiro por sua natureza e, em segundo lugar, somente, pelo “grau de intensidade na apresentação da finalidade ilocutória”...Eis por que se pode preferir [...] o termo *valor ilocutório*.”

2.7.2 Os Atos de Linguagem

Os *speech acts* abriram caminho para numerosos pesquisadores, após Searle, e todos procuraram afinar a teoria, criticá-la ou problematizá-la, partindo do princípio de que se podem fazer coisas, e muito diversas, na simples produção de enunciados. Até mais, na medida em que todos os enunciados visam a influir, de uma maneira ou de outra, sobre a maneira de ver o mundo: A não se contenta

em dar a saber a B o que pensa sobre X, na verdade procura convencê-lo de que sua opinião é a adequada a respeito de tal situação ou pessoa.

Compreender, por exemplo, o enunciado *Venha!* como uma ordem é supor que ele atribui à sua enunciação o poder de obrigar alguém a vir, alguém que, antes disso, não tinha tal obrigação. Ou ainda, interpretar um enunciado como interrogativo é ver aí que sua enunciação obriga alguém a dar uma informação que esse alguém podia muito bem, antes disso, mantê-la para si. A mesma análise vale, embora de maneira menos aparente, para os atos assertivos. Ver em um enunciado um ato de asserção faz, entre outras coisas, com que se admita que ele dá à sua enunciação a virtude de obrigar o interlocutor a crer como verdadeiro o fato anunciado (DUCROT, 1980: 37).

Desta forma, todo enunciado é dotado de uma carga pragmática mais ou menos forte e evidente, de acordo com o caso, mas sempre presente¹⁸.

2.7.2.1. Locutório, ilocutório, perlocutório

Austin, em sua oitava conferência de *Quando dizer é fazer*, distingue três tipos de atos: ato de *dizer alguma coisa*, que ele chama de locutório; ato efetuado *ao se dizer alguma coisa*, ilocutório; ato efetuado *pelo fato de dizer alguma coisa* ou perlocutório.

Em enunciados como “O que você fez hoje?”, encontramos a tríade austiniana. Ao combinar sons e palavras e a elas associar um conteúdo semântico tem-se um ato locutório; o ilocutório passa pelo objetivo de obter do destinatário uma certa informação; e o perlocutório se essa enunciação presta-se a fins mais ou menos distantes, como manifestar o interesse pela pessoa a quem se dirige o enunciado ou embarçá-la.

¹⁸ Não estão inseridas nesse caso as interjeições e certos atos rituais, desprovidas de conteúdo proposicional.

A demarcação da fronteira entre o “illocutório” e o “perlocutório”, porém, é tênue. Pode-se, numa primeira interpretação, considerar que o ato perlocutório encontra-se fora do enunciado sendo assimilado pelos seus efeitos. Ao se ordenar que alguém feche a porta, o ato illocutório de ordem poderá surtir o efeito de fechar a porta, mas também gerar um efeito perlocutório como sentimento de irritação, humilhação ou insatisfação. Tanto Austin como Searle autorizam tal interpretação.

Ao se considerar a noção de ato ilocucionário, é preciso também considerar as conseqüências, os efeitos que tais atos produzem sobre as ações, os pensamentos ou as crenças (...) dos ouvintes. Por exemplo, se sustento um argumento, posso *persuadir* ou *convencer* meu interlocutor, se o previno de algo, posso *atemorizá-lo* ou *inquietá-lo*; se lhe peço algo, posso *levá-lo a fazer* o que lhe peço; se lhe forneço uma informação, posso *convencê-lo*, *orientá-lo*, *inspirá-lo*, *fazê-lo tomar consciência*. As expressões anotadas em itálico acima designam atos perlocucionários (SEARLE, 1972: 62).

Pode-se considerar ainda que o perlocutório *já se encontra no enunciado*, sob a forma de efeitos desejados ou “pretendidos” (*intended*). No entanto, os valores illocutórios também são “pretendidos” pelo enunciado na medida em que o locutor manifesta sua intenção através da formulação do enunciado. Podem-se distinguir os dois tipos de valores da seguinte forma:

[Os atos illocutórios] são determinados por regras específicas do discurso (é uma regra o fato de que os enunciados com tal forma, pronunciados de tal maneira, se são endereçados, em tal tipo de circunstância, a ouvintes determinados, obrigam esses ouvintes a responder; sua enunciação, se as condições exigidas forem satisfeitas, constitui então um ato ilocucionário de pergunta). Os atos perlocucionários, ao contrário, fazem intervir leis cujo campo de aplicação ultrapassa amplamente o discurso (SEARLE, 1972: 16).

Daí resulta que qualquer enunciação tem uma dimensão *ilocutória* (ou *ilocucionária*) visto ser um conceito mais abrangente. O campo do perlocutório,

por outro lado, sai do contexto propriamente lingüístico já que está diretamente ligado à *performance* do ouvinte e/ou leitor

Neste ponto da pesquisa convém definir os atos de linguagem diretos e os indiretos.

2.7.2.2 Os Atos de linguagem diretos e indiretos

Como visto, Austin constata que todo enunciado é dotado de um certo valor de ato (valor ilocutório de ordem, pergunta, promessa, oferta, desculpa etc), que lhes permite produzir certos efeitos particulares sobre o contexto interlocutivo. Os Atos de linguagem, no entanto, podem apresentar-se de forma direta ou indireta. Como ato direto entende-se aquele através do qual o locutor se expressa diretamente, ou seja, enuncia uma ordem sob a forma de frase que denota ordem, faz uma pergunta sob a forma de frase nitidamente interrogativa, ou ainda informa algo ao ouvinte através de uma frase constativa etc. Nesses casos, não há por parte do locutor a intenção de dizer algo diferente do que está literalmente dizendo.

O locutor, todavia, freqüentemente se expressa *indiretamente*. Em outras palavras, ele pode informar sobre um fato tentando levar o interlocutor a uma determinada conduta e não apenas tomar ciência da informação veiculada, uma ordem pode estar sob a forma de pergunta ou exclamação, uma asserção pode não estar dizendo o que literalmente afirma. Kerbrat-Orecchioni (2005: 47)

acrescenta que *dizer* pode ser “fazer várias coisas ao mesmo tempo” ou “dizer uma coisa sob aparência de outra”¹⁹.

Embora as *formas de frase* e as *expressões performativas* sejam os suportes privilegiados à expressão dos atos de linguagem diretos, nem sempre a fronteira entre as formulações diretas e indiretas é nítida. O contexto, então, é fator fundamental para que se possa chegar a uma correta interpretação dos enunciados e classificá-los como diretos ou indiretos. Uma proposição como “Joana é um amor” pode ser um elogio ou uma crítica, dependendo do momento da enunciação: quem fala, a quem se dirige, quem é Joana.

Muitos estudiosos procuraram delimitar o número de atos que uma língua natural pode realizar. De um lado estão os *minimalistas* como Benveniste (1966) que afirma serem três modalidades fundamentais: “assertiva, interrogativa e imperativa”; Gardiner, (1989) que acrescenta “o valor exclamativo”; Buysens que afirma “Toda frase preenche uma das quatro funções seguintes: informar o ouvinte, interrogá-lo, dar-lhe uma ordem, tomá-lo por testemunha da expressão de um desejo” (*apud* MARTINET, 1968: 77).

De outro lado estão os *maximalistas* como Austin que propõe a fórmula “10 elevado à potência 3”. A maioria dos pragmáticos contemporâneos ocupa uma posição intermediária. A explicação para tal variação encontra-se no fato de os pré-pragmáticos²⁰ encararem apenas atos genéricos, enquanto que, a partir de Austin, admite-se a existência de atos muito mais específicos.

Kerbrat-Orecchioni (2005) afirma que tais variações decorrem “da diversidade de critérios adotados”, que pode ser um critério gramatical, baseado

¹⁹ Tópico que será abordado no item 2.7.3.

²⁰ Benveniste, Gardiner e Buysens.

na existência de uma forma de frase específica para cada uma das três modalidades da tríade austiniana asserção-pergunta-resposta; ou de critérios lexicais.

Searle, no entanto, distingue cinco categorias gerais de atos ilocutórios:

Dizemos a outrem como são as coisas (assertivos), tentamos mandar outrem fazer coisas (diretivos), nos comprometemos a fazer coisas (promissivos), expressamos nossos sentimentos e atitudes (expressivos) e provocamos mudanças no mundo através de nossas enunciações (declarações). (SEARLE, 1982: 32)

Para o lingüista, os atos assertivos²¹, que interessam particularmente a essa pesquisa, são aqueles em que o locutor compromete-se com a verdade da proposição expressa, ou seja, apresenta um estado de coisas como real; nesse caso, o locutor procura adequar as palavras ao mundo.

Toma-se como base para o inventário dos atos de linguagem, segundo o critério sintático-lexical, os verbos da língua, colocados à disposição dos locutores não para *efetuar* atos de linguagem, mas para *descrevê-los*. Nesse aspecto, a lista dos verbos *performativos* não serve como base para inventariar os atos de linguagem, pois, como afirma Kerbrat-Orecchioni (2005: 36) “viu-se que a lista dos performativos primários era irregular e lacunar”. A lista dos verbos *ilocutórios* é mais completa que a dos *performativos*. Assim, é possível dizer que “Fulano insultou Beltrano”, em uma clara descrição do ato, ao passo que dizer “Eu te insulto” não é forma corrente, causando mesmo certo estranhamento se pronunciada.

Searle (1982: 40) admite que há diferenças entre os verbos ilocutórios, mas constituem um “bom guia” para distinguir as diferenças entre atos ilocutórios.

²¹ Os atos assertivos são fundamentais para a análise do *corpus*.

Afirma ainda que “os verbos ilocutórios são em número finito, os atos ilocutórios, em compensação, são teoricamente em número indefinido”, uma vez que eles não existem “em si”. Ou seja, o valor de solicitação ou de pergunta, de crítica ou elogio, de ordem ou de asserção será evidenciado na situação de uso²².

Seja qual for o inventário e a descrição que se faça, devem ser levadas em conta certas “condições de emprego” para se definir os atos de linguagem. Um dos empregos de que trata Searle baseia-se nas “condições de sucesso” (ou *felicity*). Tais condições são reunidas em um enunciado para que tenha alguma chance de se realizar perlocutoriamente. Não se pode fazer, por exemplo, um oferecimento sem que haja a mínima condição de que tal aconteça. Se não há nenhuma chance de acontecer, só poderá fracassar. Tais condições são gerais e valem para todos os atos de linguagem. Orecchioni (2005: 40) afirma que “toda enunciação implica um destinatário capaz de receber e interpretar o enunciado – ele não é surdo, conhece a língua na qual se formula o enunciado, a mensagem pode chegar até ele, pois o canal está aberto etc.”

No caso de uma *ordem*, para que *A* atenda a *B*, ou seja, *B* obtenha sucesso na sua intenção, é necessário reunir algumas condições. Em “Feche a porta!”, por exemplo, é necessário que exista uma porta e que esteja ainda aberta na enunciação do ato (condição referente *ao estado de coisas*); de que tenha realmente vontade de que a porta seja fechada por alguém (condição *de sinceridade*); que esteja em condição de dar ordens (condição *institucional*); que o destinatário tenha condições materiais e psicológicas de atender a tal ordem (condição referente *ao destinatário*). Tais condições de sucesso são mais ou menos decisivas, pois se a porta já estiver fechada, ou se por algum motivo o

²² Essa também é a posição de Wittgenstein.

interlocutor estiver impedido de executar a ordem esta fracassará a cada tentativa.

A importância das *condições institucionais* aparece principalmente no caso das fórmulas performativas:

De toda maneira um enunciado performativo só possui realidade se ele for autenticado como *ato*. Fora das circunstâncias que o tornam performativo, um enunciado desse tipo não é nada. Qualquer um pode gritar em praça pública: “Está declarada a mobilização geral”. Não podendo ser ato por falta de autoridade necessária, tal propósito é apenas um agrupamento de palavras: ele se reduz a um clamor insano, criancice ou demência (BENVENISTE, 1966: 273).

As condições institucionais dizem respeito tanto aos sujeitos “dominantes” quanto aos “dominados”. Alguém que exerce algum tipo de autoridade, como um policial, não está autorizado a pedir permissão a um prisioneiro, como também o prisioneiro não está autorizado a dar ordens ao policial.

A condição de sinceridade vale também para todos os atos de linguagem, quer sejam perguntas, afirmações ou ordens. Essa condição não prevê que o locutor acredita na verdade do que afirma ou tem sempre a intenção de cumprir sua promessa, mas que *falar é pretender-se sincero em seu enunciado*. O que quer dizer que o enunciador adere ao significado do que enuncia.

2.7.3 Atos indiretos e condições de sucesso

Na verdade não há correspondência entre o significado da frase (valor de pergunta, asserção ou ordem) e significante (forma declarativa, interrogativa ou imperativa da frase) nos atos de linguagem.

Nessa questão, podem-se investigar duas vertentes:

- O fenômeno de um mesmo ato de linguagem manifestar-se em frases com estruturas completamente diferentes. Assim uma pergunta pode apresentar-se sob a forma de interrogativa direta ou indireta, mas também sob a forma de frase declarativa ou imperativa: (“Onde você mora? “Queria saber onde você mora.”, “Diga onde você mora.”).
- No sentido inverso, uma estrutura como “A janela está aberta” pode expressar valores ilocutórios bem diferentes como reclamação, pedido, ordem, constatação simplesmente ou todos esses atos ao mesmo tempo.

Segundo Searle, então, a maioria das estruturas frasais é polissêmica, visto que um mesmo enunciado pode conter diferentes valores superpostos relacionados entre si. Um enunciado como “João está para chegar” pode ser uma asserção, mas também uma promessa, uma lembrança ou uma ameaça. “Bom dia, senhora!” num tom ascendente pronunciado por uma vendedora pode significar ao mesmo tempo uma saudação e uma pergunta como “O que a senhora deseja?”. Searle divide então os atos em *literais* (ou secundários) e *derivados* (ou primários).

No clássico exemplo “Você pode me passar o sal?”, o valor aparente de pergunta é o *literal* e o valor real de solicitação, o *derivado*. Na aparência, trata-se de uma pergunta, mas a real intenção não é obter uma resposta “sim” ou “não”, ou seja, a pergunta não se presta a saber da capacidade física do interlocutor de poder ou não poder “passar o sal” a quem pergunta. Na verdade trata-se de uma

solicitação, feita dessa forma para minimizar possíveis efeitos desagradáveis que talvez pudessem surgir caso o pedido fosse diretamente proferido tal como “Passe-me o sal”.

O locutor faz evidentemente uma *pergunta*, marcada na frase pela formulação interrogativa: ele se informa sobre a capacidade que seu ouvinte tem de lhe passar o sal. Mas ele apenas faz esse ato, qualificado por isso como “secundário”, para exprimir aquilo que constitui o objetivo “primário” de sua enunciação, isto é, para fazer valer sua intenção *diretiva*: levar o ouvinte a lhe passar o sal. (SEARLE, 1982)

As formulações diretas e indiretas²³ podem ser categorizadas em *expressões performativas* (ou *performativos explícitos de Austin*) e *as formas de frase*.

Enunciados como “Ordeno que você parta” ou “Eu lhe pergunto se você partiu”²⁴ denominam o ato realizado ao mesmo tempo que o realizam. Formulações performativas como essas são as mais claras especificações do conteúdo pragmático a que se propõem as enunciações. No entanto, são também mais raras. Opta-se com freqüência pelas *formas de frase* que se prestam com mais eficiência a *marcar* o ato sem denominá-lo explicitamente. Charaudeau (1984: 48) diz: “Um patrão que quisesse pôr para fora (...) um empregado (...) diria: “Agora saia, senhor!”. Se o outro não obedecesse, ele poderia então ir mais longe dizendo “Ordeno que o senhor saia!”. Ou seja, apenas usam-se as *formulações performativas* quando outros procedimentos mostram-se ineficazes. Ainda Charaudeau (*idem*): “Não é concebível que durante um assalto a um banco o locutor enuncie “Eu lhe ordeno que me entregue a grana!”

²³ Também chamadas de implícitos.

²⁴ Exemplos retirados de ORECCHIONI (2005: 49)

Enunciados como “Vou partir”, pode corresponder a uma promessa, uma advertência etc, embora seja declarativo. Enunciados imperativos podem corresponder a um conselho, uma súplica etc. Em “Meu filho, faça o exercício” pode ser o conselho de uma mãe preocupada, mas também uma ameaça de castigo.

Como muitas vezes as *formas de frase* apresentam polissemia no nível do discurso, é também freqüente a utilização dos performativos após o enunciado para desfazer tais ambigüidades: “Estarei lá às duas horas, prometo.”, “Não viaje, é um conselho de amigo...”.

Há ainda os casos de marcadores lexicais e marcadores prosódicos para se identificar os atos de linguagem. Confrontando os exemplos “Está frio”, “Está bem frio” e “Está frio demais”, percebe-se que há uma simples declaração no primeiro exemplo (sem levar em conta o contexto), ao passo que o segundo exemplo pode assumir o valor de “satisfação” e o terceiro, de “queixa”, respectivamente. No entanto, Orecchioni questiona se valores como esses são expressos diretamente baseando-se apenas em marcadores lexicais. Da mesma forma, “Joana é um amor” e “Joana é insuportável”, poderiam ser interpretados como elogio e crítica, se não se levassem em consideração os valores positivos e negativos que as palavras adquirem dentro de diferentes contextos.

Os marcadores prosódicos também devem ser estudados com cuidado. As perguntas, na modalidade oral, são marcadas pela entonação ascendente equivalendo a uma formulação direta. O que não significa que perguntas formuladas com a expressão “será que”, por exemplo, não possam ser consideradas como enunciados exclamativos. Ou, ainda, um enunciado

interrogativo não possa ser considerado como uma crítica: “Por que você não apagou a luz?”, então, apresenta uma forma interrogativa, mas pode encerrar uma repreensão. Na crônica 1 (**O papa e a Miss Brasil**- Artur Xexéo) há uma pergunta ao final do segundo parágrafo que evidencia o que acaba de ser dito:

“Já não basta toda a decadência natural do Rio de Janeiro?”

O cronista nitidamente faz uma crítica sob forma de pergunta.

Da mesma forma, o imperativo pode apresentar fórmulas como o uso do infinitivo: “Não fumar neste recinto”; formulações declarativas: “Quero que você responda”; e outras. Nesse caso, a dúvida é se devem ser consideradas formulações diretas ou indiretas do ato de linguagem.

Segundo Searle, tanto o enunciado “Você pode me passar o sal?” quanto “Está com pouco sal.” podem equivaler a “Passe-me o sal.” Todavia a formulação dos dois enunciados é notadamente diferente.

No primeiro exemplo convencionou-se que se trata de uma solicitação indireta. De fato, qualquer um que escutar tal enunciado entenderá que não se faz uma pergunta cuja resposta esperada seja “sim” ou “não”. Se tal acontecer, ou se o indivíduo a quem foi dirigida a solicitação não tomar nenhuma providência no sentido de atendê-la, será mal interpretado ou tido como alguém que não domina as regras já convencionadas no ato comunicativo. Como observa Searle (1982: 72): “Em frases como ‘Você pode me alcançar o sal?’ ou ‘Gostaria que você não pisasse mais em meu pé’, é preciso muita habilidade para imaginar uma situação na qual a enunciação não seria um pedido.”. Daí dizer-se que seu valor de solicitação é *convencional*.

Já no segundo exemplo, o interlocutor pode perfeitamente responder “Para mim está bom assim” e não ser acusado de violar alguma regra do contrato comunicativo. Ainda que, eventualmente, levante suspeita de agir de má fé ou que não tenha interpretado convenientemente o que propunha o enunciado. Esse segundo exemplo traz um enunciado com valor de solicitação *não-convencional*.

O valor real de solicitação, ou o valor derivado, é que encadeia a solicitação indireta convencional.

Searle diz que as formulações indiretas variam de uma língua para outra. Em *tai*, por exemplo, enunciados como “Você pode me passar o sal?” são interpretados literalmente. A solicitação indireta é conseguida através de fórmulas como “Ajude-me a obter o sal”. Ou ainda nos exemplos “O senhor teria a piedade de não estacionar seu carro na frente de minha porta”, e “O senhor gostaria de atravessar na passagem de pedestres, caso contrário multa”.²⁵

Às vezes, a convenção modifica uma seqüência sintática e lexicalmente como em “Não sou surdo!” que significa “Fale mais baixo!”, ou “E eu sei?” que tem o claro valor de “Eu não sei.”, ou ainda “Não se diz mais bom dia?” que equivale a “Diga bom dia!”.

Há ainda os atos indiretos *semiconvencionais* ou *quase-convencionais*. Por exemplo “Vou pensar” ao sair de uma loja pode equivaler a “Não vou comprar coisa alguma” dito daquela forma para não haver atrito entre vendedor e cliente. Para evitar conseqüências desagradáveis pode-se acrescentar ao final de uma pergunta do tipo “Vai demorar muito?” para alguém que está estacionado diante do portão, a antecipação “É só para saber...”.

²⁵ Exemplos de ORECCHIONI (2005: 53)

Tanto os atos indiretos convencionais quanto os não convencionais estão submetidos a um conjunto de fatores que os condicionam ao sucesso ou ao fracasso.

As condições de sucesso, conforme mostrou Searle, podem servir de base à formulação indireta dos atos de linguagem. Segundo essa teoria, o ato de dizer se presta a vários papéis ao mesmo tempo, ou ainda, dizer é fazer uma coisa sob a aparência de outra.

Segundo Grunig (1985:18): “A busca do porquê do dizer é parte integrante, fundamental, sempre presente, da interpretação”. Desta forma, a interpretação de enunciados como “Isso me deu sede”, “Está faltando sal”, “Não tenho garfo”, ditos à mesa, estará correlacionada a “Passe-me a água”, “o sal”, “um garfo”.a partir do momento que se faz o percurso contrário na busca da causa do dizer.

Da mesma forma, a hipótese searliana das condições de sucesso dos atos de linguagem indiretos está vinculada ao princípio de complementaridade, que se encontra no centro do funcionamento do diálogo. Se A diz a B “Estou ouvindo!”, isso significa dizer “Fale!”; igualmente se A diz a B “Fale!”, isso significa dizer “Estou ouvindo!”.

Freqüentemente o valor derivado vem substituir totalmente o valor literal do enunciado. Fala-se então em *tropo ilocutório* por assemelhar-se ao do tropo, já que há apagamento do valor literal. Da mesma forma que outros tropos, como a *metáfora*, pode ser *lexicalizado* ou *não lexicalizado*. Se alguém entra em um ambiente fechado e diz “Está abafado aqui”, o valor do enunciado constativo é claramente de pedido para que se abra a janela. Esse valor indireto de solicitação, porém, será *secundário* em relação ao valor literal. Se, por outro lado,

a pessoa diz “Você poderia abrir a janela, por favor?”, o valor derivado substituirá completamente o literal de pergunta.

O papel do contexto equivale ao da convencionalização em casos como os seguintes: alguém sai da cozinha e diz “Acabo de fazer café” e o interlocutor responde “Com prazer” significando que entendeu o valor de oferecimento; alguém entra no cinema e pergunta a alguém que está sentado ao lado de uma cadeira vazia “Esse lugar está ocupado?” e o interlocutor responde “Claro, pois não!”, desocupando a cadeira e entendendo a solicitação para que o lugar fosse liberado.

O contexto é sempre muito importante e as diferentes formulações diretas e indiretas de um mesmo valor ilocutório não são pragmaticamente equivalentes.

Ordens comuns a militares tais quais “À direita” ou “À esquerda”, dirigidas a pessoas que não sejam do ramo, não serão aceitáveis em outras circunstâncias. Em um estabelecimento comercial, o cliente fará diferentes solicitações do que deseja, considerando a facilidade (Eu quero um bife) ou a dificuldade de ter seu pedido atendido (Você tem cabrito?).

O contexto determina também se um enunciado deve ser entendido como ato de linguagem indireto ou não, se seu valor é o literal ou o derivado. Orecchioni afirma que:

Quanto mais o valor ilocutório for fortemente codificado na língua, menos ele terá necessidade do contexto para se atualizar;...quanto menos um valor for ‘convencional’, mais sua atualização dependerá do contexto de enunciação. (2005, p. 57)

O contexto intervém até mesmo em enunciados tidos como claramente indiretos. O enunciado “Eu gostaria de um refrigerante bem gelado!”, se for pronunciado por alguém perdido no meio da caatinga a um interlocutor com a mesma sorte, evidentemente não terá muitas chances de ser satisfeito, logo ele deve ser interpretado literalmente, ou seja, como a expressão de um desejo simplesmente. Ao contrário, se for direcionado a um garçom em condições de satisfazer tal desejo, será entendido como solicitação indireta. Essa é uma *regra de derivação ilocutória* que prevê:

Toda asserção de um desejo, enunciada diante de um destinatário que tem a possibilidade de satisfazer o desejo em questão, vale indiretamente como uma solicitação; quanto mais o destinatário tem a possibilidade de satisfazer esse desejo, mais o tropo se “fixa”. (*idem*)

Toda vez que determinado enunciado não fizer sentido, no caso de ser tomado literalmente, o interlocutor deverá fazer uma nova leitura, ou inferência (implicatura, segundo Grice, 1979). Assim, se for feita uma pergunta para a qual a resposta é óbvia, o destinatário construirá uma *inferência*. No exemplo “Você pode me passar o sal?”, o caminho construído pelo destinatário da pergunta na busca pela pertinência do enunciado, já que é evidente sua capacidade de poder passar o sal a quem pergunta, é então redirecionado (constituindo a *implicatura*), chegando à conclusão de que o valor não é de pergunta, mas de solicitação, equivalendo a “Passe-me o sal.”.

A interpretação do valor pragmático do enunciado está condicionada a diferentes fatores: a estrutura gramatical do enunciado, a natureza do conteúdo proposicional (pergunta com valor de pedido de permissão, ou oferecimento, ou solicitação, acompanhamento prosódico e mimo-gestual (uma saudação como

“Bom dia!” poderá transformar-se de acordo com a entonação), certos princípios interpretativos gerais (“leis do discurso”, de Ducrot; “postulados de conversação”, de Gordon e Lakoff; “máximas conversacionais”, de Grice, “teorias da pertinência e da relevância”, de Sperber e Wilson).

2.8 A teoria da relevância

Sperber e Wilson (1994; 46-7) afirmam que a análise teórica do modelo griceano poderia ser uma explicação para “como se comunicam os seres humanos”, levando em consideração que a comunicação não é um conjunto definido e homogêneo de fenômenos empíricos e que há que se observarem os fenômenos subjacentes arraigados na psicologia humana. Porém afirmam que o principal defeito da análise de Grice “... não é que sua definição da comunicação seja demasiado imprecisa, e sim que sua explicação seja demasiado pobre” (*idem*: 47).

Segundo Grice, a conversação é uma atividade fundamentalmente cooperativa cujo custo será menor se se pautar por um princípio do seguinte tipo: “Os agentes ilocutivos cooperarão para que sua contribuição à conversação seja adequada aos objetivos da mesma.” (Chierchia, 2003: 249).

Esse princípio se articula numa série de normas, ou máximas, e pode ser entendido como um princípio de economia ou de mínimo esforço. Essas máximas são assim classificadas por Grice:

- Relação: Seja relevante.
- Quantidade: Não dê informação de mais nem de menos.
- Qualidade: Restrinja-se ao que você tem evidência de que é verdade.

- Modo: Seja claro e organizado; evite obscuridades e ambigüidades.

Dan Sperber e Deirdre Wilson consideram que a proposta griceana, ainda que bem-vinda, não explica o processo da comunicação lingüística convenientemente.

Para Sperber e Wilson “todas nuestras actividades informativas se orientan hacia la meta general y abstracta de mejorar nuestro conocimiento del mundo” (*apud* REYES e URIOS, 2000: 57). Sendo assim, um princípio que permeia e pode explicar todos os processos comunicativos, sem exceção.

Dessa forma, os autores revisam o processo de cooperação, acrescentando que o esforço que o ser humano despende para entender os enunciados que lhe são propostos, não resulta de um processo de cooperação, conforme a teoria de Grice, mas de uma tentativa de entender o mundo e enriquecer (ou modificar) o conhecimento que se tem dele (são os chamados *efectos cognoscitivos*). Logo, o que esperamos de nosso interlocutor, não é que seja cooperativo, mas que seja relevante, ou seja, que a informação seja pertinente e que ele a reconheça como tal.

2.8.1 O princípio da relevância

Segundo esse princípio, vale a pena o esforço de atenção que se requer por parte do ouvinte uma vez que a informação que se vai dar é relevante, ou em outros termos, importante. Assim é que se uma pessoa produz um estímulo verbal deliberado, esse estímulo merece nossa atenção e esforço para interpretá-lo.

Nesse sentido, a noção de *efeito contextual* é fundamental para estabelecer a definição de relevância. Sperber e Wilson (1994: 152) afirmam que “Os efeitos contextuais são uma condição necessária para a relevância e que, em igualdade de condições, quanto maiores são os efeitos contextuais maior é a relevância.”

Os *efeitos contextuais*, na visão de Sperber e Wilson, são resultantes da multiplicação de uma informação (já possuída) para uma nova (que até então não se possuía). Este tipo de informação é mais relevante que as que necessitam de um grande esforço para serem decodificadas e as que são facilmente acessadas sem necessidade de grande esforço. Por esse motivo sustentam que as informações possuem *graus de relevância*.

Uma nova informação terá efeitos contextuais se “(a) La información nueva permite reforzar información ya existente em la memória; (b) la información nueva contradice o debilita información anterior”.(REYES, 2003: 58).

Dessa forma, um item informativo será relevante em um determinado contexto se tiver efeitos contextuais nesse mesmo contexto.

Suponemos que las personas tienen intuiciones de relevancia que pueden distinguir de forma coherente información relevante de información irrelevante o, en algunos casos, una información más relevante de otra información menos relevante. (SPERBER e WILSON, 1994: 152).

Em toda troca comunicativa é importante ainda considerar o contexto, resultado do conjunto de crenças e de todo conhecimento adquirido: cultural, científico, social, religioso, político, econômico, lingüístico, bem como tudo o que

se sabe sobre o interlocutor e sua história, ou qualquer outra informação que seja pertinente para que se possa inferir adequadamente a informação pretendida.

Lo importante es que los interlocutores comparten o creen compartir una versión parecida del contexto. La comunicación exitosa depende de cierto conocimiento mutuo: de lo que cada interlocutor sabe y sabe que el otro sabe. (REYES, 2003: 57)

O princípio da relevância, por estar baseado num modelo cognitivo, mostra-se universal. Se a Grice devemos um modelo inferencial importante para a compreensão dos implícitos, Sperber & Wilson propuseram um princípio mais explicativo e abrangente, conforme assegura Reyes:

Sperber e Wilson consideran que la pragmática es la teoría de la interpretación de los enunciados, y destacan el papel fundamental de la inferencia en ese proceso de interpretación. Entender un enunciado tiene dos aspectos: por un lado, se decodifican los signos lingüísticos; por otro, se salta en escalón que va entre lo dicho y lo implicado, y esto no se hace mediante más decodificación, sino mediante inferencias. A Grice debemos la primera elaboración de un modelo del proceso inferencial. Sperber y Wilson han querido llegar más lejos, y explicar la comunicación mediante un principio no solo único sino también más general y más explicativo que las máximas de Grice, el principio de relevancia. (REYES, 2003: 55)

Por sua abrangência, o princípio da relevância não pode ser violado pelos falantes, ainda que queiram. Também não precisam conhecê-lo, nem aprendê-lo: é utilizado por todos os falantes das línguas naturais, já que faz parte de todo e qualquer ato comunicativo. Sperber e Wilson defendem que tal princípio é inerente ao ser humano. Enquanto Grice tenta explicar a passagem do *dito ao comunicado*, Sperber e Wilson procuram mostrar que existe um nível anterior a esses dois que precisa ser considerado: *o significado convencional da oração*. Este seria o primeiro na escala do processo de decodificação e inferência,

incluindo a inferência de implicaturas conversacionais. A ordem proposta por Sperber e Wilson, então é:

- Nível 1: **o significado convencional da oração;**
- Nível 2: **o dito;**
- Nível 3: **o comunicado.**

O falante, através dos enunciados, procura representar seu pensamento, que muitas vezes é complexo, por ser formado não por uma, mas por várias proposições. Assim, Sperber e Wilson distinguem implicaturas fortes de implicaturas débeis no enunciado.

A que está disponível imediatamente é a chamada *implicatura forte*, enquanto que a secundária é chamada de *implicatura débil*. Em uma leitura aflora ora uma, ora outra. Há graus diferentes de implicitude, o que ocorre nas diferentes implicaturas conversacionais

2.8.2 A implicatura conversacional

As máximas conversacionais, conforme o modelo griceano, regem toda a troca conversacional. É imprescindível uma disposição para se dizer a verdade, a máxima da relevância exige que uma sentença seja relevante em relação às sentenças anteriores e à situação, procura-se na maioria das vezes ser organizado e priorizar as informações (mesmo que essas máximas sejam violadas por uma infinidade de motivos).

A idéia fundamental de Grice é que uma vez que um determinado elemento de comportamento é identificado como comunicativo, é razoável supor que o emissor está tentando cumprir certas normas gerais. Graças ao conhecimento

dessas regras gerais, à observação da conduta do emissor e ao contexto, deveria ser possível inferir a intenção informativa específica do emissor.

As máximas conversacionais codificadas ou propostas por Grice também permitem explicar como os enunciados podem transmitir não só pensamentos explícitos, mas também pensamentos implícitos. As implicaturas conversacionais são, geralmente, aspectos do que é dito que não fazem parte do significado convencional, porém são recuperados pelo princípio de cooperação. A implicatura se produz nos seguintes casos: quando o falante obedece às máximas; quando parece violá-las, mas não as viola; quando tem que violar uma para não violar outra que considera mais importante; quando viola uma máxima deliberada e abertamente.

Se alguém comenta que sua camisa está com o botão frouxo e o interlocutor diz “Tenho agulha e linha” entende-se que haja aí um oferecimento, pois não seria racional, nem cooperativo mencionar esses elementos sem oferecê-los. Quando as máximas são observadas pelos interlocutores não há necessidade de nenhum esforço para entender uma implicatura.

Reyes (2003: 42) cita o exemplo de Grice sobre o professor que escreve carta de recomendação para seu aluno : “O Sr. X assiste sempre à aula, entrega pontualmente todos os seus trabalhos, e se expressa com propriedade.” Como a carta dá menos informação do que se espera, isso indica que o aluno não tem atribuições esperadas para o cargo ao qual almeja, porque do contrário poderia se pensar que o autor da carta não estaria cooperando, o que não é verdade já que se dispôs a escrever a carta. Há uma aparência de violação, que não aconteceu.

Às vezes o locutor não domina determinado assunto e, por isso, dá uma informação aproximada, ou seja, afasta-se da objetividade dos fatos: viola a máxima de quantidade para não violar a máxima de qualidade. Se alguém pergunta onde fica determinada livraria e o interlocutor não sabe com exatidão, dirá algo como: “Fica mais ao norte, passando pelo parque”. O ouvinte poderá pensar que não está havendo cooperação, ou entender a implicatura de que isso é tudo o que a pessoa sabe sobre o assunto.

Por fim, podemos fazer implicaturas se o interlocutor viola uma das máximas deliberadamente. Imagine-se uma criança perguntando à mãe: “Quando comemos, mamãe?” e sua mãe responda: “Quando esta senhora que agora está escrevendo termine de fazer seu trabalho e se levante desta sala e vá à cozinha fazer a comida.” (Exemplo de Reyes, 2003: 43). A prolixidade da resposta, em aberta violação à máxima de modo, tem por objetivo fazer com que o filho infira o porquê da atitude da mãe diante de sua insistência.

Uma implicatura, então, consiste em atribuir a uma proposição uma significação real resultante da exploração de informações e expectativas dos interlocutores engajados numa conversação.

Grice distingue três implicaturas: as implicaturas convencionais, as implicaturas conversacionais particularizadas e as implicaturas conversacionais generalizadas.

As implicaturas convencionais fazem parte de certas expressões lingüísticas cujo significado adicional faz parte da própria expressão. Em “Joana demorou a terminar o trabalho” há duas informações: Joana terminou o trabalho e levou um tempo relativamente longo para terminá-lo. A idéia de que houve um

esforço além do esperado por qualquer que tenha sido o problema está implícita na expressão “demorou a”.

Segundo Reyes (2003: 44) “Como todas as implicaturas, a implicatura convencional é um significado adicional implícito”. Mais adiante afirma ainda que “As implicaturas não exercem nenhuma influência sobre o valor de verdade da oração”. Em “Joana terminou o trabalho” a veracidade da informação seria mantida sem qualquer alteração se fosse retirada a expressão “demorou a”.

Ainda em “Joana é pobre, mas estudiosa” o termo “mas” é responsável por uma informação implícita, a de que não se espera de uma pessoa pobre que seja também estudiosa, e não haveria falsidade em se afirmar que “Joana é pobre e estudiosa”.

Já as *pressuposições*, expressões também responsáveis pelos significados adicionais do enunciado, diferentemente do exemplo citado acima, vão intervir diretamente na validade ou não dos enunciados pressuposicionais.

Quando os enunciados são usados de maneira inadequada ou infeliz, eles são ininterpretáveis, o que quer dizer que não podemos atribuir a eles nenhum valor de verdade. Isto acontece, precisamente, quando as suas *pressuposições* não são satisfeitas na circunstância de emissão. (CHIERCHIA, 2003: 216)

De acordo com a citação acima, o enunciado “Pedro deixou de beber” só será aceito como verdadeiro se anteriormente “Pedro bebesse” de fato. A informação pressuposta resiste à negação e à interrogação: em “Pedro não parou de beber” e “Pedro parou de beber?” a pressuposição é a mesma – Pedro bebia no passado. As pressuposições fazem parte do sentido literal das frases; as implicaturas são estranhas a ele.

As implicaturas conversacionais particularizadas dependem de um contexto específico. No exemplo do professor e seu aluno de filosofia²⁶, a implicatura seria simplesmente anulada se as atribuições relatadas na carta fossem pertinentes ao cargo pretendido, ou se fosse acrescentada, ao final, a expressão “e é muito bom em filosofia”.

As implicaturas conversacionais generalizadas também podem se cancelar, mas não dependem de um contexto específico. Reyes diz que o exemplo clássico é o artigo *um*. Em “Marta vai se encontrar com um homem esta noite”²⁷, o artigo *um* implica que o homem em questão não é conhecido e não faz parte do seu círculo de amizades. O artigo *um*, em muitos de seus usos, implica que não há uma relação certa entre a entidade a que se refere o artigo e o indivíduo do contexto. O mesmo acontece em “Entrei em uma casa” em que “uma casa” não pode ser “minha casa”. Reyes (2003: 48) postula que “Las implicaturas generalizadas surgen de una asociación frecuente entre una expresión y los contextos posibles de esa expresión”. Logo, entre as implicaturas conversacionais generalizadas e as particularizadas há somente uma diferença de grau em relação ao contexto.

A observação da máxima de quantidade provoca implicaturas conversacionais generalizadas. Em “Joana escreveu três livros” parte-se do princípio que o falante deu informações pertinentes e respeitou a máxima de quantidade, ou seja, que Joana escreveu três livros, e não dois ou cinco livros. Mas esse significado, exatamente três, é uma implicatura, pois a expressão *três* pode não significar *exatamente três* mas *pelo menos três*. Se Joana escreveu

²⁶ Como citado anteriormente, exemplo de REYES (2003: 42) retirado de GRICE

²⁷ Exemplo retirado de REYES (2003: 47).

sete livros, continua sendo verdade que escreveu *três*. Todavia seria muito pouco cooperativo dizer que escreveu *três* se escreveu mais de *três*. Tal informação seria tomada como uma mentira na conversação, embora não fosse. O numeral exemplificado faz parte de um conjunto de expressões que podem ordenar-se numa escala, de menor e de maior valor informativo. As expressões deste tipo são ambíguas, pois significam 'pelo menos x' e 'exatamente x'. Na conversação, somente o segundo tipo é considerado devido à exigência de cumprir a máxima de quantidade. A lógica própria da conversação desfaz a ambigüidade das expressões lingüísticas.

3. Tratamento dos dados

3.1 Constituição do *corpus* e metodologia

O *corpus* desta pesquisa constitui-se de 16 crônicas jornalísticas retiradas de O Globo, jornal de grande circulação do Rio de Janeiro, publicadas entre os meses de janeiro e maio de 2005 constantes do acervo do Laboratório de Pesquisa CIAD, UFRJ.

Escolheu-se o jornal O Globo por ser de grande circulação e aceitação junto ao público, o que indica que se trata de um jornal que busca a seriedade em suas publicações. Seguiu-se o mesmo critério na seleção dos cronistas; são todos considerados sérios, não só pela sociedade carioca como também em todo o país, suas publicações são periódicas e aguardadas por muitos leitores, os quais se tornaram admiradores do estilo empregado por cada um. Quer seja um tema que causa comoção (como a crônica 16), quer irritação (como a crônica 4), quer riso (quase todas), as crônicas selecionadas levam à reflexão por parte do leitor e o cronista acredita ser este o seu papel – o de mediador entre a realidade circundante e a sociedade, levando o leitor a refletir sobre os fatos cotidianos e as questões que afligem o ser humano, como vida e morte. Os cronistas selecionados foram Artur Xexéo (crônicas 1, 3, 6 e 7), Athur Dapieve (crônica 11), Arnaldo Bloch (crônicas 14 e 15), Cora Rónai (crônicas 4 e 5), Luis Fernando Veríssimo (crônicas 2, 8 e 16), Luiz Garcia (crônica 9), Martha Medeiros (crônica 12) e Zuenir Ventura (crônicas 10 e 13).

As crônicas escolhidas não seguem uma determinada cronologia. Preferiu-se agrupá-las por assuntos afins: as crônicas 1 e 2 estão relacionadas por ambas

referirem-se ao papa Benedito XVI, ainda que estejam voltadas para teses diferentes; as crônicas 3 e 4, por tratarem da questão da telefonia no Rio de Janeiro; as crônicas 5, 6 e 7 por tratarem de problemas de gestão governamental do Estado, embora 6 e 7 voltem-se especificamente para a propaganda que se fazia do então governo de Rosângela Garotinho; a crônica 8 aborda uma questão de ordem nacional: a economia do país; as crônicas 9, 10, 11 e 12 tratam de questões relativas à língua: em 9 há uma aberta crítica ao modismo que incorpora aos verbos da língua portuguesa o sufixo –ilizar, em 10 o cronista contesta a afirmação de que a tecnologia substituirá definitivamente o papel, em 11 comenta-se o fato de que quem dita as regras do falar na sociedade é aquele que de alguma forma domina o cenário político-econômico, em 12 a cronista sustenta que saber escrever corretamente é fundamental e dever de todo cidadão; as crônicas 13 e 14 tratam de questões relativas ao preconceito para com as mulheres obesas a partir de uma notícia equivocadamente publicada no New York Times sobre supostas garotas de Ipanema que estariam acima do peso; a crônica 15 trata da atitude indelicada de um conhecido ator da Rede Globo de Televisão em um restaurante bem freqüentado da cidade quando seu cartão de crédito apresenta um problema; e, finalmente, a crônica 16, deixada propositadamente para o fim por se tratar de um texto em que o cronista, aquele que sempre tem uma opinião para todos os assuntos, mostra-se completamente perturbado diante de um tema tão delicado como o abordado: prolongar ou não a vida de uma pessoa a quem se ama e que vive através da ajuda de aparelhos.

Assim, as crônicas escolhidas trazem assuntos que interessam a todas as camadas da sociedade, sem haver necessidade de aprofundar as informações, visto que todas foram veiculadas na época de sua publicação e, portanto, eram de

conhecimento da maioria dos leitores do jornal. Desta forma, a intertextualidade, o conhecimento compartilhado e a noção de leitor cooperativo, o contrato comunicacional, os atos de linguagem indiretos e a teoria da relevância (assuntos abordados na parte teórica desta pesquisa) são fundamentais para o entendimento e a análise das crônicas aqui reunidas.

Na crônica 15 **A volta de Josivaldo**, por exemplo, faz-se referência no título a uma personagem televisiva vivida pelo ator José de Abreu na novela “Senhora do Destino” que terminou no início de 2005. Espera-se do leitor que ele compartilhe a informação de que a personagem **Josivaldo** era um homem rude, sem nenhum tato para lidar com o público, de hábitos deselegantes, como falar alto e agredir as pessoas que o circundavam não importando quem fossem. O leitor cooperativo fará, então, uma leitura adequada do título da crônica adequando-o ao assunto tratado no texto.

Algumas vezes o cronista utiliza-se das próprias crônicas anteriormente publicadas como intertexto, como é o caso das crônicas 6 (**Melhorou para quem?**) e 7 (**Paulistas e a volta para cima**), de Xexéo, em que o autor retoma o assunto da crônica 6, publicada em 17/04/2005, uma semana antes da crônica 7, publicada em 24/04/2005. Em **Melhorou para quem?** Xexéo critica a participação de um ator paulista em propagandas positivas para o governo carioca; em **Paulistas e a volta para cima** o autor retoma o texto escrito por ele mesmo, já que sua tese é contestada por alguns. Outras vezes, a intertextualidade não é tão explícita e é necessário, por parte do leitor, um esforço maior, como é o caso da crônica 8, em que o cronista faz referência a discursos de economistas e o leitor precisa resgatar discursos anteriores que tenha ouvido ou lido para entender a analogia entre a organização de uma casa e a de um país, de que fala o cronista.

O item 3.2 é destinado à análise do *corpus*. Apresentam-se as crônicas e em cada uma foram apontados o tema e a tese. Entende-se por tema o assunto abordado pelo cronista, que pode ser apenas pretexto para o que realmente interessa a ele, ou seja, a sua tese, como pode também ser o tema o assunto principal do texto. A Tese, então, é o posicionamento do cronista em relação ao assunto pretendido pelo autor do texto, mas que nem sempre é o que aparece de imediato. A crônica 1, por exemplo, traz como tema A decadência dos concursos de Miss Brasil e como tese A governadora do Rio de Janeiro aparece mais do que as candidatas à Miss Brasil e não cumpre seus deveres com o Estado. Já a crônica 16 apresenta tema e tese iguais: O autor não tem palpite sobre o assunto abordado (tema); ausência de palpite sobre o assunto (tema).

Os operadores argumentativos concessivos e adversativos, abordados no item 2.6, foram sublinhados no corpo da crônica. É importante ressaltar que somente alguns foram destacados, visto que não é o objetivo deste trabalho analisar todas as suas ocorrências, mas apenas aquelas em que houver um ato de linguagem indireto ou tal operador direcionar para a tese defendida pelo cronista.

Como já assinalado, “nenhuma palavra é inocente” (Charaudeau: 2005: 27), assim, a seleção lexical de alguns vocábulos e expressões torna-se relevante para a compreensão da presença do enunciador dentro do texto. Dessa forma, serão destacadas essas marcas lingüísticas fora do corpo do texto, quando forem pertinentes à análise em questão. Tais marcas porém, não serão detalhadas, já que a prioridade nesta pesquisa é a análise dos atos de linguagem indiretos contextualizados.

Não serão esgotadas as possibilidades de análise dos atos de linguagem indiretos nas crônicas aqui reunidas, visto serem muitos os casos que poderiam ser catalogados. Procurou-se mostrar alguns dos atos assertivos sob aparência de outro assertivo ou sob aparência de pergunta, entendendo que ato assertivo é aquele que consiste em representar o estado de coisas e que é o indicativo que sintaticamente o exprime. Como o objetivo da pesquisa é entender os efeitos pretendidos pelos atos indiretos nas crônicas jornalísticas, será feita uma análise qualitativa e não uma análise quantitativa.

Serão assinalados em verde os atos de linguagem indiretos sob a forma de frases assertivas, em amarelo os atos de linguagem sob a forma de frase interrogativa, em rosa quando houver uma suposta resposta a uma pergunta que se entende como retórica ou quando for um discurso direto e/ou relatado.

A partir dessa seleção, procurou-se mostrar as asserções que são, na verdade, uma ironia, uma denúncia ou uma constatação e também as perguntas retóricas, que têm valor de constatação irônica ou denúncia. Ou seja, busca-se encontrar a relevância das asserções secundárias que subjazem a outras primárias e os implícitos que importa resgatar para a compreensão dos atos de linguagem indiretos usados pelo cronista. Para evitar repetições desnecessárias, os atos primários serão representados por AP, os secundários e indiretos por ALL, como se pode ver no exemplo da análise do fragmento a seguir:

"Afinal, por que cargas d'água é interessante para o estado associar seu nome a mais uma atividade decadente? Já não basta toda a decadência natural do Rio de Janeiro?"

AP: pergunta

ALI: Valor de asserção “O Estado do Rio de Janeiro está se associando a mais uma atividade decadente”. - denúncia com aparência de pergunta.

Outros valores, no entanto, poderão ser atribuídos aos atos de linguagem indiretos aqui descritos. Entende-se que toda e qualquer análise de atos assertivos está condicionada a um conjunto de fatores tais como sinceridade, conjunto de crenças, força ilocucional, conteúdo proposicional, os parceiros envolvidos no ato comunicativo. Nas palavras de Souza Paz ²⁸

A asserção, como qualquer outro ato, caracteriza-se por sua dimensão interacional, comunicacional. Neste sentido a asserção também é um compromissivo, pois é um esforço de partilhar uma crença com o alocutário que, necessariamente, por sua vez, entra na partilha com seu crédito na crença do locutor. O assertivo se realiza num pacto de confiança. E este pacto inclui a comunidade a que pertencem os interlocutores. (PAZ, 2002: 182).

Visto dessa forma, o ato assertivo procura convencer alguém para obter seu apoio já que ninguém leva o outro a aceitar sua crença pelo simples fato de partilhá-la. As circunstâncias do discurso, que pressupõem, o contrato de comunicação, a legitimidade e a credibilidade do cronista permitem aos parceiros interagirem nesse “pacto” de confiança. Os atos de linguagem indiretos nas crônicas jornalísticas prestam-se a possibilitar esse objetivo.

²⁸ PAZ, Florêncio de Souza. Ato Assertivo, verdade e crença na *Teoria dos Atos de Fala*. In: MACHADO, I. L.; MARI, H.; MELLO, R. (org.). **Ensaio em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

3.2 Análise do *corpus*

1) **O papa e a Miss Brasil - Governadora é o grande destaque do certame que ainda escolhe a mulher mais bonita do país.** Artur Xexéo, 20-04-2005.

Tema: A decadência do Concurso de Miss Brasil

Tese: A governadora do Rio de Janeiro aparece mais do que as candidatas à Miss Brasil e não cumpre seus deveres com o Estado

Você tem visto a governadora por aí? Eu sei que está difícil encontrá-la. Tem uma chacina na Baixada, e ela não abre o bico. Turistas são esfaqueados na Zona Sul, e ela se faz de morta. O Rio deu a volta para cima, diz ela em recados na televisão. Se isso é para cima, não consigo me lembrar de como era quando o Rio estava para baixo. Mas essa é outra conversa. O que eu queria contar é que, sim, tenho visto a governadora. Embora se faça de desentendida quando o assunto é mais barra pesada, dona Rosângela não se faz de rogada quando a questão é mais... digamos... fútil. E deu as caras sem constrangimento em todas as etapas do concurso de Miss Brasil.

Durante toda a semana passada, dona Rosângela foi figurinha fácil na Rede Bandeirantes, organizadora do concurso. Recebeu as candidatas para almoço, estava na platéia do desfile com grande parte da família e foi até a festa que se seguiu ao certame. Na falta de outras celebridades interessadas no evento, só deu dona Rosângela na Band. Deixou até no ar, nada ficou muito claro, que o governo do estado foi um dos patrocinadores da festa. Sem querer

desabonar mais uma decisão da governadora, devo anunciar: dona Rosângela entrou em outra roubada. Afinal, por que cargas d'água é interessante para o estado associar seu nome a mais uma atividade decadente? Já não basta toda a decadência natural do Rio de Janeiro?

Dona Rosângela acha que não. E com o mesmo entusiasmo com que saudaria a transferência da fábrica da Fiat para o Rio ou a retomada do direito de sediar a etapa brasileira da Fórmula 1, ela não se cansou de declarar o orgulho de o Rio voltar a receber o concurso de Miss Brasil. E que concurso!

Nessa altura do campeonato, já dá pra dividir o Miss Brasil em três fases. A primeira é a de que todo mundo se lembra. Estádios lotados, platéia entusiasmada e o país inteiro torcendo por Martas e Adalgisas. Depois, veio a decadência, com misses de que ninguém mais se lembra e o concurso se transformando em quadro dominical de Sílvio Santos. A atual é a fase Band. É inqualificável, mas a própria emissora gosta de dizer que está recuperando o glamour dos velhos tempos.

Glamour? Nesta fase Band, o concurso é sempre apresentado por Nayla Micherif. Nayla foi Miss Brasil em 1997, mas quem sabe disso? Na verdade, ela é uma espécie de perna-de-pau do time de futebol de várzea que também é dono da bola. Ou seja, é sempre escalado no time. Apesar de ser perna-de-pau. Nayla comprou os direitos do concurso. É a dona da bola. E sempre se escala para ser a apresentadora. Vamos combinar: glamour e Nayla Micherif não combinam. Todo ano, também, a Band aproveita o desfile para divulgar suas estrelas da temporada. E estrela da Band... sabe como é, né? Desta vez, o estrelato era grande parte do elenco da novela "Floribela". Agora, me explica, pode ter glamour com o elenco de "Floribela"? Para completar, a Band sempre tenta modernizar a

festa. No ano passado, pôs todas as misses para desfilar de óculos escuros. Este ano, fez todas usarem o mesmo vestido de gala – algo assim do tipo “mulheres de Atenas” – e o mesmo penteado. Ficaram todas iguais, o que contraria um princípio básico do concurso: miss tem que ser diferente.

Para complicar mais um pouquinho, na busca incansável pela modernização, a Band pôs no ar, durante todo o desfile, o grupo Bossacucanova tocando. Modernidade, música eletrônica... entendeu? Pois é. Não é que o Bossacucanova seja ruim. É até bom. Mas por quanto tempo um ser humano é capaz de ouvir Bossacucanova ininterruptamente? A Band acha que, pelo menos, duas horas. Duas horas de Bossacucanova, sem intervalo, sem um tempinho para respirar... É de matar de tédio.

Ganhou a Miss Santa Catarina, mas quem se importa? (Dona Rosângela talvez se importe). O único momento de surpresa de todo o concurso veio de Miss Espírito Santo. Estavam lá as dez finalistas e tinha chegado a hora do teste de inteligência (!!!). Todas as misses tinham que responder à mesma pergunta: “Qual a importância do papa João Paulo II?” (é a Band atualizando o concurso). Foi aquele blá-blá-blá esperado: “O papa é um ícone”, “o papa é um símbolo”, “o papa aproxima as humanidades” (sic), “o papa...”. Até chegar a vez de Miss Espírito Santo. Ela não desconversou: “Acho que o papa foi um pouco radical nas questões do aborto, do uso de camisinha e do homossexualismo”. A platéia acordou, aplaudiu, o júri abriu os olhos e Miss Espírito Santo, que nem era das mais bonitas, acabou em terceiro lugar. Justíssimo.

Agora, você me pergunta, e o que essas misses ganharam. Bem, é a fase Band, né? O glamour voltou, mas os prêmios não. A nova Miss Brasil recebeu um carro e uma jóia. Já a Miss Espírito Santo... Nayla Micherif parecia muito

entusiasmada quando anunciou: “Ela ganhou o direito de representar o Brasil na China no concurso de Miss Beleza Internacional com despesas de passagens e hospedagem pagas”. **Que tal? Alguém imaginou que a própria miss pagaria a viagem?** Na fase Band, tudo é possível.

De qualquer forma, miss, hoje em dia, só fica conhecida quando entra para o Big Brother. Indico Miss Espírito Santo para o programa. Vai dar o maior pé.

Artur Xexéo, *O Globo*, 20-04-2005.

Análise:

“Você tem visto a governadora por aí?”

Ato primário: pergunta.

Ato de linguagem indireto: valor de asserção “A governadora não cumpre suas obrigações: o Rio de Janeiro está abandonado”. Denúncia com aparência de pergunta.

Argumentos usados: a governadora silencia e se ausenta em relação aos fatos “chacina na Baixada”, “turistas são esfaqueados na Zona Sul”.

“Afim, por que cargas d’água é interessante para o estado associar seu nome a mais uma atividade decadente? Já não basta toda a decadência natural do Rio de Janeiro?”

AP: pergunta.

ALI: valor de asserção “O Estado do Rio de Janeiro está se associando a mais uma atividade decadente”. Denúncia com aparência de pergunta.

“Nayla foi Miss Brasil em 1997, mas quem sabe disso?”

AP: pergunta.

ALIS: valor real de constatação: “Ninguém presta atenção aos concursos de beleza”.

O operador adversativo mas introduz o argumento mais forte: ninguém sabe do fato de Nayla ter sido Miss Brasil em 1997, pois não é relevante, e ainda ratifica o ato assertivo secundário.

...pode ter glamour com o elenco de Floribela?”

AP: pergunta.

ALI: asserção de que “o elenco da novela ‘Floribela’ não traz glamour a nenhum evento”. Valor real de ironia: é uma pergunta retórica.

“Mas por quanto tempo um ser humano é capaz de ouvir Bossacucanova ininterruptamente?”

AP: pergunta.

ALI: asserção de que “é impossível ouvir a música eletrônica do grupo Bossacucanova por muito tempo e a rede Bandeirantes não se importou em dosar esse tempo”. Valor real de ironia sob a forma de pergunta (a escolha do grupo e a dosagem do tempo não foram bons): confirmado na resposta do autor a sua própria pergunta usando a voz da Band “A Band acha que por, pelo menos, duas horas.”

“Ganhou a Miss Santa Catarina, mas quem se importa?”

AP: pergunta.

ALI: asserção de que “ninguém leva a sério o concurso de beleza Miss Brasil”; e ironia quando o autor diz “Dona Rosângela talvez se importe” (a governadora do Estado leva a sério concurso de beleza decadente).

O operador adversativo mas introduz a tese do autor de que ninguém se importa com o concurso de Miss Brasil.

“O Rio deu a volta para cima, diz ela em recados na televisão.”

Ato relatado pelo autor.

AP: afirmação feita pela governadora.

ALI: valor real do ato: a asserção da governadora é mentirosa (Não é verdade que o Rio deu a volta para cima). Ao utilizar a forma verbal diz em alusão a um pronunciamento da governadora, o autor evidencia a falsidade da declaração feita pela governadora.

Se isso é para cima, não consigo me lembrar de como era quando o Rio estava para baixo.

AP: a afirmação de que o autor não se lembra da época em que o Rio estava em boa situação.

ALI: asserção com valor de ironia, ratificando a análise feita acima: “O Rio de Janeiro não está em boa situação no momento”.

A marca lingüística aqui usada é o se que condiciona a veracidade da afirmação da governadora a um estado de coisas que o autor desconhece por não existir.

“Mas essa é outra conversa. O que eu queria contar é que, sim, tenho visto a governadora”

AP: a asserção de que tem visto a governadora.

ALI: a asserção irônica de que a governadora apareceu mais do que as misses no concurso.

Argumentos: descreve todas as aparições da governadora na emissora de TV Band.

Marca lingüística: a palavra sim como resposta a uma pergunta retórica feita por ele mesmo “Você tem visto a governadora por aí?”

“Embora se faça de desentendida quando o assunto é mais barra pesada, dona Rosângela não se faz de rogada quando a questão é mais... digamos... fútil.”

O operador argumentativo concessivo embora direciona para o argumento mais forte do cronista que é a participação da governadora em eventos pouco importantes: “dona Rosângela não se faz de rogada quando a questão é fútil”, quando deveria se fazer presente em assuntos relacionados à segurança do Estado: “ela se faz de desentendida quando o assunto é mais barra pesada”. Tal operador ratifica a análise do ato a seguir.

“...só deu dona Rosângela na Band.”

AP: a asserção de que apenas a governadora apareceu.

ALI: asserção irônica “a governadora quis aparecer mais do que as misses, como se fosse uma delas”: a governadora não é uma miss, é responsável pelo governo de um Estado.

“Sem querer desabonar mais uma decisão da governadora...”

AP: asserção do autor de não querer desabonar uma decisão do governo do Estado.

ALIS: asserção irônica de que “mais uma vez o governo tomou uma decisão errada”; o autor pretende desabonar a decisão do governo. Trata-se de uma implicatura, pois a interpretação literal não é a relevante para o autor.

“...devo anunciar: dona Rosângela entrou em outra roubada.”

AP: asserção do autor que se segue a uma asserção da governadora.

ALI: o que importa é a asserção do autor “anuncio que a governadora tomou outra decisão errada”; o valor é de denúncia: o governo não toma decisões acertadas e pertinentes aos interesses do Estado.

O autor acredita cumprir o seu papel e se vê na obrigação de denunciar a omissão da governadora. A expressão verbal devo anunciar é a marca lingüística que evidencia esse fato.

Vê-se ainda, nessa crônica, a postura crítica do autor em relação à governadora ao se recusar em usar o hipocorístico “Rosinha” por entender que esse é um processo usado na linguagem familiar e que denota carinho. Ao recusar o hipocorístico “Rosinha”, critica o fato de usar o apelido diminutivo para um cargo político e chama a atenção, de forma indireta, para a responsabilidade negligenciada por parte da governadora. Trata-se de uma crítica implícita. Por isso ele a chama de dona “Rosângela”.

2) **Habemus o quê?** Veríssimo, 24-04-2005

Tema: A sucessão papal de João Paulo II por Benedito XVI

Tese: Ninguém esperava que a escolha fosse tão rápida e tão ostensiva por parte de uma Igreja dividida

Deu ao mesmo tempo a lógica e a zebra. O alemão era o sucessor natural (*sic*) mas ninguém esperava que a Igreja dividida fosse escolher, e com aquela rapidez, um representante tão ostensivo de um dos lados. O cardeal Ratzinger fez o seu discurso de posse antes de ser eleito. Na última missa antes da votação leu um sermão que era uma declaração de princípios e agora vale como um programa de governo. Defendeu justamente o que mais divide a Igreja, a resistência da ortodoxia aos novos tempos. Vai continuar o conservadorismo de João Paulo II sem a sua simpatia. Vai manter a posição intransigente do Vaticano com relação à prevenção da Aids – que já custou sabe-se lá quantas vidas humanas – e a pesquisas biogenéticas e contra qualquer flexibilização dos seus dogmas e costumes. Depois do seu sermão eleitoral, nenhum cardeal tinha dúvidas sobre o que estaria escolhendo, escolhendo o Ratzinger. Votaram, desafiadoramente, pelo fortalecimento da “fé clara”, “com freqüência rotulada como fundamentalismo”, nas palavras dele. Algum representante do lado derrotado – que era pequeno, já que a maioria do Colégio de Cardeais foi feita por João Paulo II à sua semelhança – poderia dizer que votaram pelo suicídio.

Esperava-se um conclave mais longo, sinal da ponderação que não houve. Dia a dia a fumaça da chaminé poderia ir nos (*sic*) informando sobre o que acontecia lá dentro. Fumaça cor-de-rosa, sinal de “Tudo bem”. Fumaça vermelha:

“Esquentou, estão se atracando”. Fumaça amarela: “Vai demorar, mandaram buscar pizza”. Etc. Mas não. A fumaça branca veio logo, nos informando que não havia muitas dúvidas entre os cardeais sobre quem deveria ser Papa. Mas leio que há algumas mensagens reconfortadoras no seu pseudônimo. Ratzinger escolheu o nome Benedito XVI. O Benedito XV assumiu no começo do século XX depois de um dos períodos mais conturbados da Igreja, e foi um pacificador. Ratzinger talvez esteja querendo nos dizer que sua linha não vai ser tão dura assim. E o papado do Benedito anterior foi um dos mais curtos de todos. Com 78 anos, Ratzinger talvez esteja se definindo como uma breve transição para outra coisa. De qualquer maneira, ainda não sabemos o que habemus.

Análise:

“Deu ao mesmo tempo a lógica e a zebra.”

AP: asserção sobre o resultado da eleição papal.

ALI: asserção com valor de denúncia sob a forma de afirmação sobre a divergência existente entre o que se esperava e o resultado final (ratificada na análise a seguir).

“O alemão era o sucessor natural (*sic*) mas ninguém esperava que a Igreja dividida fosse escolher, e com aquela rapidez, um representante tão ostensivo de um dos lados.”

O operador argumentativo mas introduz o argumento mais forte que sustenta a tese do cronista: a rapidez com que o papa foi escolhido evidencia que ele estava previamente escolhido e, como a Igreja estava dividida, ninguém esperava uma representatividade tão grande.

"O cardeal Ratzinger fez o seu discurso de posse antes de ser eleito."

AP: asserção sobre um discurso feito pelo cardeal Ratzinger.

ALI: ato assertivo que evidencia o conhecimento prévio da eleição pelos cardeais.

O implícito é este: o cardeal Ratzinger estava certo de sua eleição, por isso fez um discurso e não um sermão.

"Na última missa antes da votação leu um sermão que era uma declaração de princípios e agora vale como um programa de governo."

AP: asserção sobre a leitura de um sermão pelo cardeal.

ALI: asserção irônica de que o cardeal fez um discurso político ao apresentar um programa de governo, antes mesmo de ser eleito.

"Defendeu justamente o que mais divide a Igreja, a resistência da ortodoxia aos novos tempos. Vai continuar o conservadorismo de João Paulo II sem a sua simpatia."

AP: asserção sobre o que o papa defende: o conservadorismo.

ALI: de que o papa é ortodoxo, a exemplo do papa anterior, não possui simpatia, não buscará a unificação da Igreja e não levará em consideração os novos tempos.

Todo o período seguinte ratifica a análise do ato de linguagem indireto acima descrito: "Vai manter a posição intransigente do Vaticano com relação à prevenção da Aids – que já custou sabe-se lá quantas vidas humanas – e a pesquisas biogenéticas e contra qualquer flexibilização dos seus dogmas e costumes."

“Depois do seu sermão eleitoral, nenhum cardeal tinha dúvidas sobre o que estaria escolhendo, escolhendo o Ratzinger.”

AP: asserção “a ausência de dúvidas dos cardeais ao escolher o papa”.

ALI: ato assertivo implícito de que “Os cardeais entenderam que Ratzinger não seria a melhor escolha, pois não traria tranqüilidade”.

“Depois do seu sermão eleitoral” ratifica os atos indiretos anteriores de que a escolha do novo papa é mais político do que religioso.

“Votaram, desafiadoramente, pelo fortalecimento da “fé clara”, “com frequência rotulada como fundamentalismo”, nas palavras dele.”

Ato relatado pelo autor.

AP: asserção feita pelo cardeal Ratzinger “pelo fortalecimento da fé”.

ALI: asserção do cronista de que o novo papa é fundamentalista, a despeito do que afirma. O ato relatado pelo cronista é relevante para se chegar a esse implícito.

“Algum representante do lado derrotado – que era pequeno, já que a maioria do Colégio de Cardeais foi feita por João Paulo II à sua semelhança – poderia dizer que votaram pelo suicídio.”

AP: asserção sobre a possível declaração de alguém do lado derrotado.

ALI: asserção irônica - constatação que os cardeais votaram pelo suicídio (o “partido” daqueles que não concordam com o “governo” do novo papa vai desaparecer).

“Esperava-se um conclave mais longo, sinal da ponderação que não houve.”

AP: asserção de que se esperava uma reunião mais longa.

ALI: asserção de que uma reunião tão importante não deveria ter sido resolvida em tão pouco tempo. Trata-se de uma crítica ratificada pela seqüência irônica a seguir que trata da cor que a fumaça da chaminé onde estava reunido o conclave poderia ter.

Dia a dia a fumaça da chaminé poderia ir nos (*sic*) informando sobre o que acontecia lá dentro. Fumaça cor-de-rosa, sinal de “Tudo bem”. Fumaça vermelha: “Esquentou, estão se atracando”. Fumaça amarela: “Vai demorar, mandaram buscar pizza”.

AP: asserção sobre as cores que a fumaça que anuncia o que acontece no conclave poderia ter.

ALI: ato assertivo irônico na seqüência de cores, principalmente na passagem “Vai demorar, mandaram buscar pizza.” Poderiam ter esperado um pouco mais para anunciar o novo papa.

É interessante notar que “pizza” é um prato tipicamente italiano, por isso ser relevante para o contexto citá-lo, e não qualquer outro. É uma referência indireta ao fato de que tudo estaria bem, a reunião seria amigável baseando-se na troca de idéias.

“Mas não. A fumaça branca veio logo, nos informando que não havia muitas dúvidas entre os cardeais sobre quem deveria ser Papa”.

O operador argumentativo adversativo introduz a tese do autor, que é o argumento mais forte: o cronista sustenta que a escolha foi muito rápida, não houve ponderação.

”Mas leio que há algumas mensagens reconfortadoras no seu pseudônimo.”

O operador argumentativo adversativo mas direciona para uma nova tese apresentada pelo autor: a de que “talvez” o “governo” do novo papa não seja tão ortodoxo. Nos períodos seguintes, essa tese é explicitada.

“De qualquer maneira, ainda não sabemos o que habemus.”

AP: asserção de que ainda não sabemos o que há por vir.

ALI: asserção irônica em referência à frase latina “habemus papam”.

3) Meus problemas de relacionamento – Cronista é torpedeado por sua operadora de celular e atriz irritada com política cultural de dona Rosângela
Xexéo, 04-05-2005.

Tema: I. Carta de uma atriz que contesta elogios do cronista à política cultural do Estado

Tese: I. A crítica do cronista à política cultural do Estado

I. Ninguém pode dizer que o cronista costuma elogiar a administração do Governo do Estado. Pois, na semana passada, relacionando alguns feitos da política cultural do estado e da prefeitura, acabei concluindo que o estado está se saindo melhor. **Para quê? Foi o bastante para leitores se irritarem com o aparente elogio ao que Dona Rosângela Matheus vem fazendo com os teatros estaduais.** Vale a pena reproduzir alguns trechos da carta de uma atriz que fez parte do elenco de uma peça que esteve em cartaz no estadual Teatro Villa-Lobos. Vamos lá:

“O telefone da bilheteria toca na guarita do segurança, que nem sempre está lá. Ele, às vezes, sai do posto para tomar um café, ir ao banheiro... Bem, se alguém telefona para um teatro e ninguém atende, vai pensar o quê? Que o teatro está fechado e é melhor ir ao cinema, é claro. E fomos informados pelo administrador do teatro que é impossível mudar esse sistema (sic) pois o governo estadual não paga a conta dos telefones há muito tempo!

Há um funcionário do teatro que fica imóvel ao lado da cortina. Enquanto isso, a produção tem que pegar uma pessoa para abrir e fechar a cortina!

Como é fato sabido na classe teatral, dependemos da venda de ingressos para associações, sindicatos e demais instituições. Mas no Villa-Lobos não se

pode (*sic*) vender espetáculos com descontos para grupos porque isso diminuiria a renda do teatro.

Graças a Deus, era apenas atriz contratada, não tinha nada a ver com a produção do espetáculo. Mas fico enfurecida ao ver esse sistema ser elogiado.”

Pronto, não elogia mais. A situação precária dos teatros estaduais é velha conhecida da classe teatral carioca e dos espectadores de teatro da cidade também. **As administrações Garotinhos não melhoraram a situação. Até pioraram um pouco.** Há artistas conceituados que cumprem o juramento de nunca mais pisar no João Caetano. O Villa-Lobos é o que a atriz descreve aí em cima. **E o Gláucio Gill... o Gláucio Gill ainda funciona? Não parece.** A verdade é que teatros estaduais estão abandonados, teatros municipais vivem um ano sem expressão e teatros federais... **ah, aposto que o Ministério da Cultura deve estar realizando reuniões para discutir como devem ser administrados os teatros federais. Até o fim do Governo Lula, ele (*sic*) devem chegar a uma conclusão.**

.....

Tema: II. A descoberta do cronista de que não é obrigado a receber torpedos da operadora de celular

Tese: II. O uso abusivo por parte das operadoras de celular de torpedos para os clientes

II. Descobri, lendo o “Informática etc”, que não sou obrigado a receber torpedos da operadora do meu telefone celular. Não quero saber quais são as ofertas, as promoções, os preços camaradas que a tal operadora tem este mês. Resultado: não leio torpedo algum. Por isso, minha caixa postal de mensagens

escritas fica entupida. E não paro de receber torpedos da operadora me comunicando que ela não está podendo me enviar torpedos porque a caixa está entupida. Mas é essa a idéia! **Como convencê-la disso?** Foi o que aprendi no “Informática etc”. **Basta telefonar para a Central de Relacionamento da operadora e comunicar que o meu celular não está querendo receber mais torpedos.** Liguei feliz da vida. Atendeu uma secretária eletrônica que pediu para eu deixar uma mensagem após o bip. Deixei, mas não faço fé que meu desejo será atendido. **Na verdade não acredito no futuro do relacionamento com uma central de relacionamento que se comunica por uma secretária eletrônica.**

Análise:

I:

“Para quê?”

AP: pergunta que introduz comentário do cronista.

ALI: ato assertivo de constatação e exclamação: “Não deveria ter feito tal comentário”.

“Foi o bastante para leitores se irritarem com o aparente elogio ao que Dona Rosângela Matheus vem fazendo com os teatros estaduais.”

AP: ato assertivo sobre irritação do público.

ALI: ato assertivo de que o cronista não fez elogios à administração de Rosângela Matheus, evidenciado pelo vocábulo “aparente”, seguido pelo implícito de que os teatros estaduais estão abandonados pelo governo, visto que os leitores irritaram-se com o “suposto” elogio ao que a governadora “vem fazendo”.

Nessa segunda crônica selecionada de Xexéo, a governadora novamente é tratada pelo nome. O autor reitera sua posição de não tratá-la pelo hipocorístico, como assinalado na análise do primeiro texto (página 88).

"O telefone da bilheteria toca na guarita do segurança, que nem sempre está lá.

Ele, às vezes, sai do posto para tomar um café, ir ao banheiro..."

AP: ato assertivo sobre atividades do segurança do teatro.

ALI: ato assertivo de que o segurança, na verdade, está mais ausente do que presente na área de trabalho. Trata-se de uma denúncia e uma ironia.

"Bem, se alguém telefona para um teatro e ninguém atende, vai pensar o quê?"

AP: pergunta.

ALI: trata-se de uma pergunta retórica cujo valor é de asserção: "Teatro aberto tem de estar com todos os setores funcionando". A análise a seguir confirma essa afirmação.

"Que o teatro está fechado e é melhor ir ao cinema, é claro."

AP: ato assertivo de que é melhor ir ao cinema.

ALI: ato assertivo irônico como resposta à suposta pergunta anterior: "O público do teatro poderia ser melhor se não fossem os maus serviços prestados."

A seqüência "é claro" deixa evidente essa afirmação irônica.

"Há um funcionário do teatro que fica imóvel ao lado da cortina. Enquanto isso, a produção tem que pegar uma pessoa para abrir e fechar a cortina!"

AP: ato assertivo sobre funções de funcionários.

ALI: asserção irônica sobre a imobilidade do funcionário que é pago para fazer o que não faz e a necessidade de, por isso, pagar alguém para fazer aquilo que deveria estar sendo feito.

“Mas no Villa-Lobos não se pode (*sic*) vender espetáculos com descontos para grupos porque isso diminuiria a renda do teatro.”

O conector mas reforça a tese de que tudo contribui para a decadência dos teatros estaduais. Todos os teatros oferecem desconto para associações; é disso que também dependem. O teatro Villa-Lobos deveria agir assim. Como não age, é mais um argumento para endossar a tese apresentada.

“Graças a Deus, era apenas atriz contratada, não tinha nada a ver com a produção do espetáculo. Mas fico enfurecida ao ver esse sistema ser elogiado.”

O conector mas reforça a indignação relatada pela leitora da carta. Ela não era atriz efetiva da companhia onde atuou e, por isso, não precisava ter escrito a carta ou ter se sentido ofendida. A leitora não aceita, no entanto, nenhum tipo de elogio à atuação do governo do Estado em relação aos teatros.

“As administrações Garotinhos não melhoraram a situação. Até pioraram um pouco.”

AP: ato assertivo sobre a administração estadual.

ALI: ato assertivo de denúncia “As últimas administrações não foram boas e pioraram a situação do Estado.”

“E o Gláucio Gill... o Gláucio Gill ainda funciona?”

AP: pergunta.

ALI: ato assertivo de denúncia e ironia: “É de admirar que o teatro Gláucio Gil ainda funcione devido ao estado precário em que se encontra”.

“Não parece”.

AP: resposta à pergunta anterior.

ALI: asserção irônica: “Não se pode dizer que o teatro funcione; o teatro não funciona.”

“ ah, aposto que o Ministério da Cultura deve estar realizando reuniões para discutir como devem ser administrados os teatros federais. Até o fim do Governo Lula, ele (*sic*) devem chegar a uma conclusão.”

AP: asserção sobre reuniões do Ministério da Cultura e previsão de solução para o fim do governo Lula.

ALI: ato assertivo irônico sobre o fato de o Ministério da Cultura não tomar providência profícuas para melhorar a atuação dos teatros federais e previsão igualmente irônica de que a solução, se houver uma, só virá ao fim do mandato.

.....

II.

“Como convencê-la disso?”

AP: pergunta dirigida ao leitor.

ALI: pergunta que introduz resposta dada pelo próprio autor; pergunta retórica.

"Basta telefonar para a Central de Relacionamento da operadora e comunicar que o meu celular não está querendo receber mais torpedos."

AP: ato assertivo de que o telefone não quer mais receber torpedos.

ALI: ato assertivo que indica que o cronista não quer mais receber torpedos. A implicatura é conseguida pelo uso da metonímia – o fato de “celular” estar no lugar de uma pessoa. Trata-se de uma ironia por meio de uma metonímia.

"Na verdade não acredito no futuro do relacionamento com uma central de relacionamento que se comunica por uma secretária eletrônica."

AP: ato assertivo: informação sobre o que ele não acredita.

ALI: ato assertivo de ironia que ratifica a afirmação anterior de que o autor não acredita que sua ligação seja respondida. A expressão “futuro do relacionamento” é relevante, pois remete a relações interpessoais, e não com uma máquina .

4) Diálogo com a Telemar: nas raias da loucura – É mais fácil um camelo passar por uma agulha do que encontrar vida inteligente num ‘call center’.

Cora Rónai, 17-02-2005

Tema: Relato de um diálogo entre a autora do texto e a Telemar

Tese: A ineficiência do serviço de telefonia prestado pela Telemar

Teclo 104. *A Telenar informa: este telefone mudou para 103.* Teclo 103. *Boa tarde. Bem-vindo à Telemar 31. Se você já é cliente Telemar, tecle pausadamente o DDD da cidade, mais o número do telefone que deseja consultar.* Não me consulto com telefones nem desejo fazê-lo, mas quero me queixar do telefone lá de casa, que está mudo. Aceito o português arrevesado do call center e tecla pausadamente 021 e o número do telefone. *O número digitado foi DDD 21 telefone 2-5-2-1-0-**-**. Para confirmar tecla 3. Teclo 3. *Dificuldade de acesso à Internet ou conserto de telefone, tecla 2.* Teclo 2. *Música insuportável.*

-Boa tarde. Com quem falo?

-Com Cora Rónai.

-Qual o telefone e a localidade?

- Aqueles que eu teclai pausadamente no começo desta ligação.

-Correto, senhora, mas qual o telefone e a localidade?

-Se essa informação não entra no sistema, para que vocês pedem que a gente tecla, ainda por cima pausadamente?

-Correto, senhora, mas qual o telefone e a localidade?

-Eu quero falar com uma pessoa. Você pode me chamar um gerente, por favor?

-Senhora, hoje é feriado, não há ninguém da gerência aqui. A senhora podia me informar o telefone e a localidade?

Informo, resignada. Informo também o número do registro da queixa.

-Um momento, senhora.

Música insuportável. Música insuportável.

-Senhora, vou estar fazendo um pedido de conserto...

-Não precisa, já fiz. Já passei o número do registro para você, inclusive.

-Correto, senhora. Vou estar fazendo um pedido de conserto referente ao seu registro.

-*Peraí*: quer dizer que só agora vocês vão cuidar para que o telefone seja consertado?!

-Correto, senhora. O registro que a senhora me forneceu é referente a uma informação de inoperância.

Respiro fundo e teclo pausadamente até dez nas minhas teclas mentais.

Tento me lembrar que, do outro lado da linha, há uma pobre moça que, possivelmente, nem trabalha para a Telemar, mas sim para um *call center* terceirizado que, ainda ontem, atendia a clientes com dúvidas sobre frangos congelados, repelente antiácaro ou algo do gênero.

-Vamos ver se eu entendi. **Quer dizer que ligar para vocês e dizer que o telefone não está funcionando não basta, não é suficiente?**

-Senhora, a senhora precisa fazer um pedido de conserto. O registro de inoperância que a senhora me forneceu refere-se apenas a uma queixa registrada há cinco dias a respeito de um telefone que não funciona, mas não consta pedido de conserto.*

-Mas para que é que eu ia me dar ao trabalho de ligar e informar que o telefone não funciona?! Só para desabafar com alguém?!

-Senhora, no seu registro não consta pedido de conserto.

-Mas foram vocês que estragaram a linha! Assim que o telefone ficou mudo, me disseram que a Telemar estava fazendo reparos na área e que tudo voltaria ao normal dentro de poucas horas. Não voltou. Liguei de novo. Prometeram para o dia seguinte. E nada! Desde então ligo para a Telemar todos os dias, várias vezes por dia. Não ligo tanto assim nem para a minha mãe!

-Correto, senhora, mas no número de registro que a senhora me forneceu consta apenas a informação de inoperância.

-Mas o que é que vocês acham que eu ia fazer com um telefone que não funciona?!

-Entendo, senhora, mas não há pedido de conserto registrado, apenas uma informação de inoperância.

Esqueci que, do outro lado da linha, havia uma pobre moça que, possivelmente, trabalha numa empresa de atendimento terceirizada e blábláblá, e soltei os cachorros contra a Telemar. Os gatos me olharam de banda, e a Bia veio ver o que estava acontecendo. Vinha de celular na mão, entretida numa conversa aparentemente amistosa.

-O que foi, mãe?

-Estou tentado explicar para a Telemar a diferença entre um telefone operante e um telefone inoperante, mas é inútil.

-Ah, que coincidência! Estou falando com eles também, e eles estão dizendo que vêm consertar o telefone daqui a pouco.

-Então resolve daí, que eu desisto.

Desliguei o celular à beira de um ataque de nervos; a Bia ainda falou alguns minutos no dela, como se estivesse conversando com uma pessoa de verdade.

Meia hora depois tocou o interfone. Era a Telemar. Achei impossível que fosse o pedido da Bia; mas era. Dez minutos depois, o telefone estava funcionando às mil maravilhas, como se tivesse passado o carnaval esperto e falante, como qualquer outro telefone.

O que é que ela fez que eu não fiz? Comparamos nossas técnicas de solicitação de serviço. Ambas havíamos nos portado com calma e cortesia; eu só explodi na última ligação. Ambas ligamos para o 103, e teclamos – pausadamente – o mesmo DDD e número de telefone. A única diferença aparente é que eu disse que o telefone não estava funcionando, ao passo que ela simplesmente pediu viessem consertá-lo. Pelo visto, para que a Telemar entre em ação, não basta que um telefone esteja *precisando* ser consertado. Ele tem que *querer* ser consertado.

Análise:

“A Telenar informa: este telefone mudou para 103.”

“Boa tarde. Bem-vindo à Telemar 31. Se você já é cliente Telemar, teclame pausadamente o DDD da cidade, mais o número do telefone que deseja consultar.”

Ato relatado pela autora.

ALI: ato assertivo de constatação: “o serviço de *call center* é um teste de paciência a qualquer cidadão”. O discurso relatado é relevante para a constatação

desse implícito, pois a intenção da cronista é causar no leitor a mesma sensação que ele tem quando utiliza esses serviços.

"Não me consulto com telefones nem desejo fazê-lo, mas quero me queixar do telefone lá de casa, que está mudo."

AP: ato assertivo de que não usa esse tipo de serviço.

ALI: ato assertivo que afirma a antipatia da autora pelo tipo de serviço oferecido: *call center* pelo telefone. A forma lingüística "consulto" é fundamental para que se chegue ao implícito de que a autora prefere "falar" com uma pessoa, não com uma máquina (ou telefone).

"O número digitado foi DDD 21 telefone 2-5-2-1-0-*-*-. Para confirmar tecle 3 Dificuldade de acesso à Internet ou conserto de telefone, tecle 2".

Ato relatado pela autora.

ALI: o ato assertivo de constatação retoma o anterior já analisado: "as gravações usadas pelos serviços de telefonia são cansativas e causam um sentimento de impotência ao usuário e a sensação de que não está sendo "ouvido", já que se trata de uma gravação.

***- Aqueles que eu tecliei pausadamente no começo desta ligação."**

AP: resposta a uma pergunta da atendente da Telemar.

ALI: ato assertivo de ironia, em relação à pergunta feita pela moça. Equivale a dizer "Eu já mencionei esses dados anteriormente." As marcas lingüísticas que evidenciam a afirmação são os vocábulos "aqueles" e "desta".

“-Se essa informação não entra no sistema, para que vocês pedem que a gente tecle, ainda por cima pausadamente?”

AP: pergunta.

ALI: ato assertivo de constatação: “A mesma informação é dada várias vezes; tem-se que teclar a informação solicitada e depois repeti-la para a atendente fazendo o cliente perder tempo”. O ato indireto revela a indignação da cronista com o serviço ineficaz.

“-Eu quero falar com uma pessoa.”

AP: asserção da autora sobre a vontade de falar com alguém.

ALI: ato assertivo que conduz à seguinte implicatura: “Quero falar com outra pessoa, não com você”. Tal implicatura é possível, já que a interpretação literal não faz sentido - a moça é uma pessoa, portanto ela já está falando com uma. Trata-se, então, da vontade de falar com uma outra pessoa que resolva seu problema.

“Respiro fundo e tecló pausadamente até dez nas minhas teclas mentais.”

AP: asserção sobre uma seqüência de ações: respirar e teclar.

ALI: ato assertivo que informa a impaciência da cronista com o que está acontecendo.

“-Quer dizer que ligar para vocês e dizer que o telefone não está funcionando não basta, não é suficiente?”

AP: pergunta feita à atendente.

ALI: ato assertivo de reclamação :”Deveria ser suficiente ligar para vocês e dizer que o telefone não está funcionando para que o consertassem.”

“-Mas para que é que eu ia me dar ao trabalho de ligar e informar que o telefone não funciona?! Só para desabafar com alguém?!”

AP: pergunta.

ALI: ato assertivo de ironia: “Ninguém liga para a Telemar como forma de desabafo. As ligações para a Telemar visam ao conserto/manutenção das linhas somente”.

“Não ligo tanto assim nem para a minha mãe!”

AP: asserção de que não faz muitas ligações para a mãe.

ALI: ato assertivo de ironia: “ A autora tem ligado para a Telemar todos os dias e deveria bastar uma só ligação para o serviço ser efetuado”; e, novamente, de constatação: “O serviço de reparos da Telemar não é eficiente”.

“-Mas o que é que vocês acham que eu ia fazer com um telefone que não funciona?!”

AP: pergunta.

ALI: ato assertivo irônico: “Não se pode fazer nada com um telefone que não funciona.”

“Esqueci que, do outro lado da linha, havia uma pobre moça que, possivelmente, trabalha numa empresa de atendimento terceirizada e blábláblá, e soltei os cachorros contra a Telemar.”

AP: asserção da autora a respeito de seu esquecimento e de sua bronca.

ALI: asserção irônica com relação a uma asserção anterior da própria autora em que afirmava ter respirado fundo e lembrado que a “pobre moça” provavelmente não era funcionária da Telemar e sim de uma empresa terceirizada. A palavra onomatopaica “blábláblá” remete a tudo que foi anteriormente citado, fazendo parecer que não é mais importante. O que é relevante agora é a indignação que leva a cronista a “soltar os cachorros”, ou seja, a reclamar de forma não tão educada.

“O que é que ela fez que eu não fiz?”

AP: pergunta.

ALI: ato assertivo de constatação: “A filha procedeu de forma diferente em algum ponto e deu certo”, e ainda de indignação: “A Telemar mostrou boa-vontade em resolver o problema da filha, mas não da autora.”

“Pelo visto, para que a Telemar entre em ação, não basta que um telefone esteja precisando ser consertado. Ele tem que *querer* ser consertado.”

AP: asserção do que é necessário para que a Telemar conserte um telefone.

ALI: asserção irônica quanto ao emprego das formas verbais “precisar” e “querer”: “Comunicar à Telemar que um telefone não funciona não é o suficiente para que o reparo seja feito; é necessário ainda solicitar o reparo” – o telefone precisa “querer”. Quando a autora comunicou o problema, entendeu que o reparo seria providenciado, o que não aconteceu porque não o havia solicitado. Mais uma vez a autora mostra sua indignação através de um irônico ato de linguagem indireto.

É interessante notar que a moça do *call center* utiliza treze vezes a palavra senhora. Em uma única fala há três ocorrências desse vocábulo (parágrafo assinalado com asterisco); em cinco, vem acompanhado da palavra “correto” (Correto, senhora”) e em uma, da palavra “entendo” (“Entendo, senhora”). O expediente utilizado pela autora é eficiente para evidenciar o tratamento afetado e cansativo do serviço. Essas ocorrências somadas constituem um ato de linguagem indireto de constatação: “o tratamento convencional dos serviços de telemarketing e *call center* costumam entediar”.

O título da crônica é bastante expressivo. A expressão “nas raias da loucura” já prepara o leitor para a insanidade do diálogo transcrito. Trata-se da asserção “É enlouquecedor o que as operadoras de telefonia fazem com os cidadãos”. Em “É mais fácil um camelo passar por uma agulha do que encontrar vida inteligente num ‘call center’”, também há um ato de linguagem indireto que equivale a dizer “A inteligência não é um requisito para se trabalhar num ‘call center’. Simplesmente não há pessoas inteligentes nesse serviço”. Chega-se a essa implicatura devido a impossibilidade de um camelo atravessar o fundo de uma agulha. A intertextualidade é explícita – baseia-se em um texto bíblico do livro de Mateus, capítulo 19, versículo 24 ;”...é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no Reino de Deus.”

5) Rio: mais abandonado do que a capivara na Reduc – **Os sapos na fervura pedem instruções: como é que se faz para sair da panela?** Cora Rónai, 27-01-2005

Tema: O abandono do Estado do Rio de Janeiro

Tese: A luta pelos animais da cidade é uma das formas de reconquistar a dignidade perdida do cidadão, não é uma questão menor

Como todo mundo, eu também gostei muito do artigo escrito por Maria Silvia Bastos Marques para O GLOBO na semana passada. Nele, ela dizia que, no Rio, estamos vivendo como sapos na fervura “nos acostumando, dia após dia, com situações que, olhadas à distância, nos pareceriam inadmissíveis e intoleráveis”.

Concordo com isso. As barbaridades que hoje passam por “coisas da vida” no Rio de Janeiro também me enjoam e me fazem ferver o sangue. Fico me perguntado até que ponto as autoridades assistirão a tudo o que vem acontecendo como se não fosse com elas. **Digo autoridades por força de hábito, claro, porque não reconheço, em nenhum dos poderosos, a definição do Aurélio para autoridade: “Aquele que tem por encargo fazer respeitar as leis”.** Digo autoridades, também, porque o povo, coitado, já está por aqui com a situação.

Concordando no atacado, discordo no varejo. Maria Silvia acha que estamos assistindo passivamente à deterioração acelerada da cidade mas, ao mesmo tempo, faz pouco caso de quem se mobiliza pela volta da Capivara à Lagoa. Ora, como uma das pessoas envolvidas nessa mobilização, esclareço que, vista sem preconceitos, a luta pela volta da Capivara vai um pouco além da localização geográfica de um roedor.

Estamos lutando porque o destino de um bicho que cativou tanta gente, e que deu um charme tão especial à Lagoa, foi decidido, intempestivamente, por um ou dois funcionários do Zôo de Niterói, que sequer se preocuparam em saber de onde vinha aquele animal, como vivia e em que condições havia sido criado embora não lhes faltasse disposição para convocar o “Jornal Nacional” a acompanhar a viagem da Capivara à Reduc.

Estamos lutando porque esta ação, arbitrária e incompetente, nos deixou indignados. Estamos lutando para que o estado e a prefeitura tomem providências em relação aos animais com quem dividimos a cidade, e que, no momento, estão abandonados à própria sorte. Estamos lutando porque queremos que a comunidade seja respeitada, e porque gostaríamos que os usuários de uma região fossem ouvidos em questões pertinentes àquela região – seja essa região a Lagoa, o Centro ou Duque de Caxias, para onde deportaram a Capivara. Pode parecer pouco, mas é um exercício de cidadania como outro qualquer.

Ao mesmo tempo, pelo pouco que é, talvez possa produzir resultados. Se não a volta da nossa Capivara, pelo menos uma discussão a respeito do trato municipal e estadual com os animais, importantíssimo numa cidade cravada em plena Mata Atlântica, que recebe, com frequência, baleias e pingüins desnorteados. **Estou inteiramente de acordo com Maria Silvia quando ela diz que precisamos sair da apatia e reagir – mas, se a mobilização pela Capivara não vale, eu gostaria muito que ela me dissesse o que fazer, e como.**

Estou inteiramente de acordo, também, com a sua idéia de que o Rio precisa ser uma Cidade-Estado – mas, novamente, gostaria muito de saber o que propõe como ponto de partida para isso, e o que é que o cidadão – este, que

acusa de estar assistindo à destruição da cidade – pode fazer em relação ao assunto.

A verdade é que o carioca está mais abandonado na sua cidade do que a Capivara na Reduc. Os governadores acasalados odeiam o Rio, o prefeito só pensa em ser presidente e o presidente, que detesta a cidade e não suporta os governadores, não está nem aí para nós. No máximo se preocupa em saber se os turistas estão sendo bem tratados, e olhe lá.

Análise:

“Os sapos na fervura pedem instruções:”

AP: ato assertivo sobre sapos que pedem instruções.

ALI: ato assertivo irônico; “os sapos na fervura” são os cidadãos da cidade do Rio de Janeiro que não sabem como proceder diante de todos os problemas que enfrentam diariamente e do descaso das autoridades. A autora faz referência a um texto publicado na semana anterior que dizia que os habitantes da cidade eram como “sapos na fervura”; a cronista utiliza-se dessa comparação e a ironiza por não concordar com a posição adotada pela escritora do artigo citado.

“como é que se faz para sair da panela?”

AP: pergunta.

ALI: pode-se entender como ato de pergunta: “Você tem a solução?”, ou ainda como ato assertivo irônico de constatação: “Você também não sabe a solução, assim como todos os demais cidadãos da cidade.” Este último parece ser mais

apropriado devido ao ato assertivo irônico que introduz a pergunta “Os sapos na fervura pedem instruções”.

“Digo autoridades por força de hábito, claro, porque não reconheço, em nenhum dos poderosos, a definição do Aurélio para autoridade: “Aquele que tem por encargo fazer respeitar as leis”.”

AP: ato assertivo de que a autora não reconhece nos poderosos sua autoridade

ALI: ato assertivo de constatação; “A autora acostumou-se a chamar de ‘autoridades’ pessoas que deveriam preocupar-se com o bem-estar social e fazer com que as leis fossem respeitadas – e isso não acontece”. Chega-se a essa conclusão pelo ato relatado retirado do Aurélio que define as atribuições de uma “autoridade”.

“Concordando no atacado, discordo no varejo.”

AP: ato assertivo sobre a concordância e a discordância da autora

ALI: ato assertivo: “É fato que as pessoas estão se acostumando às barbaridades que acontecem diariamente” – o que a autora chama de atacado, o que seria a questão “maior”. “A mobilização pela volta da Capivara à Lagoa Rodrigo de Freitas não deve ser menosprezada” - chamada de varejo, não é uma questão “menor”.

“Maria Silvia acha que estamos assistindo passivamente à deterioração acelerada da cidade mas, ao mesmo tempo, faz pouco caso de quem se mobiliza pela volta da Capivara à Lagoa.”

O operador argumentativo mas reforça a tese da autora quanto à sua discordância em relação à postura de Maria Silvia. Se, na opinião de Maria Silvia,

os cariocas assistem passivamente à deterioração da cidade, seria de se esperar que não fizesse pouco caso das pessoas que se mobilizam pela volta da Capivara à Lagoa; não é o que acontece. O argumento mais forte não é a denúncia de Maria Silvia quanto à passividade dos cariocas, é o menosprezo que ela demonstra com relação a uma luta que a cronista acredita ser válida, reiterada no período a seguir: “Pode parecer pouco, mas é um exercício de cidadania como outro qualquer” (4º parágrafo). Novamente o operador mas aponta para o argumento mais forte que sustenta a tese da autora: a luta pela volta da Capivara é um exercício de cidadania.

“Estou inteiramente de acordo com Maria Silvia quando ela diz que precisamos sair da apatia e reagir – mas, se a mobilização pela Capivara não vale, eu gostaria muito que ela me dissesse o que fazer, e como.”

AP: ato assertivo de concordância da autora com Maria Silvia sobre a apatia do cidadão e um questionamento dirigido a ela sobre o que fazer.

ALI: asserção irônica: “Você também não sabe o que fazer nem como”, através de questionamento que denota suposto “desejo” da cronista de saber se Maria Silvia tem a solução para mudar a realidade da cidade. A tese da cronista é reforçada: “a mobilização pela Capivara vale como reação à apatia”.

“Estou inteiramente de acordo, também, com a sua idéia de que o Rio precisa ser uma Cidade-Estado – mas, novamente, gostaria muito de saber o que propõe como ponto de partida para isso, e o que é que o cidadão – este, que acusa de estar assistindo à destruição da cidade – pode fazer em relação ao assunto.”

AP: outro ato assertivo de concordância com Maria Silvia e novo questionamento dirigido a ela.

ALI: nova asserção irônica: "Você não sabe nem por onde começar" através de questionamento .

A palavra grifada "acusa", nesse segmento, evidencia a opinião da autora do texto em relação à posição de Maria Silvia: a cronista não concorda com a postura adotada pela citada escritora. A carga semântica da palavra escolhida pela cronista é fundamental para captar a opinião do leitor em favor da tese levantada por Cora Rónai e construir o ato de linguagem indireto.

6) Melhorou para quem? Artur Xexéo, 17-04-2005.

Tema: A participação de artistas nas propagandas políticas

Tese: A contratação de artistas paulistas para fazer propaganda política positiva do governo do Rio de Janeiro, pois nenhum artista do Rio aceitaria esse papel

É necessário ter muito respaldo popular, mas muito respaldo popular mesmo, para um artista sair ileso de uma campanha política. Tem que ser alguém assim como a dupla Zezé di Camargo e Luciano, garotos-propaganda da campanha de Lula para a Presidência, que ficou com a imagem arranhada depois da confusão que se meteu numa história de shows comprados pelo Banco do Brasil. Arranhou, mas não estragou. Não aconteceu nada que afetasse sua agenda de shows ou seus recordes de venda de CDs e DVDs. Mas poucos são os que conseguem sobreviver, artisticamente, vencida uma campanha eleitoral. Se não for da categoria fenômeno, como Zezé e Luciano, tá queimado. Pode ser até uma namoradinha do Brasil, como Regina Duarte, que se expôs fazendo anúncios contra Lula em apoio a José Serra, também na última eleição. Vai ver até que ela não se queimou. Mas ficou chamuscada. Até hoje.

Vai ser difícil, depois da propaganda em horário eleitoral gratuito do PMDB, na quarta-feira passada, para o ator Flávio Galvão livrar-se do fogo que arde sobre artistas que participam de campanha eleitoral.

Galvão foi mais prejudicado ainda pela expectativa que cercava os espectadores de ver Deborah Secco, a Sol de “América”, aderir ao programa da governadora Rosângela Matheus e do primeiro consorte, Tony Matheus. Deborah não apareceu. Mas pôde ser vista em propaganda de página inteira, veiculada em

revistas semanais, dando o apoio de sua imagem, de sua credibilidade, de seu carisma aos feitos administrativos (?!?!?) de Rosângela e Tony. Até agora não deu para contabilizar o estrago que o anúncio possa ter causado à carreira de Deborah, mas... sinceramente, ela tinha que reclamar da foto que escolheram. Tem a vantagem de ser tão ruim que, numa olhada rápida, nem dá para reconhecer a atriz. Mas, quando se pára na página, percebe-se que é ela mesma. Apesar do injustificado olho torto!

Sem Deborah Secco no ar, sobrou para o Flávio Galvão, que passou quase o programa inteiro saudando as muitas melhorias que aconteceram no Rio de Janeiro depois de Tony e Rosângela. Olha, nem é uma questão de acusar o casal da responsabilidade por tudo de ruim que aflige nosso estado. Mas ir para a televisão dizer que “melhorou”... tem que ter muita cara de pau. O que move um artista de sucesso a fazer isso? Quanto vale a sua credibilidade? Como é que ele encara os colegas, os vizinhos, os amigos depois de um vexame destes? Ou você conhece algum colega, algum vizinho, algum amigo que também ache que o Rio melhorou nos últimos anos? Pior: por que cargas d'água a agência responsável pela propaganda do PMDB escolheu um ator tão paulista para falar dos benefícios que o Rio vem recebendo desde que o casal 20 tomou conta do governo do estado? Ou será que só um paulista aceitaria o papel? Vai ver que é isso. Por ser paulista. Flávio Galvão não sabe o que está acontecendo no Rio ou, por ser paulista, Flávio Galvão torce pela ruína do Rio. O que não dá é para levar a sério ele dizendo que “melhorou”. Melhorou para quem, cara pálida?

Análise:

“Deborah não apareceu. Mas pôde ser vista em propaganda de página inteira, veiculada em revistas semanais, dando o apoio de sua imagem, de sua credibilidade, de seu carisma aos feitos administrativos (?!!?) de Rosângela e Tony.”

AP: ato assertivo de constatação: a participação de Deborah Secco em propagandas políticas sobre os feitos do governo em revistas semanais

ALI: ato assertivo de ironia: “O governo do Estado não tem feitos administrativos para serem mostrados”. O ato de linguagem indireto é sugerido pela seqüência de pontos de exclamação e de interrogação entre parênteses.

“Tem a vantagem de ser tão ruim que, numa olhada rápida, nem dá para reconhecer a atriz.”

AP: ato assertivo sobre a qualidade da foto em que está a atriz Deborah Secco

ALI: ato assertivo de ironia: “É bom para a atriz a foto estar ruim para que ela não seja reconhecida fazendo propaganda do governo do Estado”.

A palavra “vantagem” indica “proveito”, “sorte”, “ponto positivo”. Nesse caso, o ponto positivo para a atriz é não ser reconhecida imediatamente, necessitando de um olhar mais atento para a foto. O que seria negativo para a carreira da atriz (uma foto de má qualidade), torna-se uma “vantagem”. Ou seja, fazer propaganda política para o governo do Estado é pior para a carreira da atriz do que uma foto ruim.

“Apesar do injustificado olho torto!”

AP: ato assertivo de que a foto da atriz não era boa.

ALI: ato assertivo de ironia. Espera-se que o leitor compartilhe da informação de que a atriz é estrábica, e, portanto, tem torto um dos olhos. Essa informação compartilhada é fundamental para que se chegue ao implícito irônico visado pelo cronista. A ironia é evidente através do vocábulo “injustificado”.

“Sem Deborah Secco no ar, sobrou para o Flávio Galvão, que passou quase o programa inteiro saudando as muitas melhorias que aconteceram no Rio de Janeiro depois de Tony e Rosângela.”

AP: ato assertivo de que o ator paulista falou, em horário eleitoral, sobre melhorias no Rio feitas pela governadora Rosângela e o governador antecessor, seu marido.

ALI: ato assertivo de constatação e ironia: “Não há feitos dos governadores para serem divulgados e a função de divulgá-los é um ‘fardo’”. A palavra “sobrou” é uma importante marca lingüística que aponta para a função penosa de divulgar algo que não existe.

“O que move um artista de sucesso a fazer isso? Quanto vale a sua credibilidade? Como é que ele encara os colegas, os vizinhos, os amigos depois de um vexame destes?”

AP: perguntas direcionadas ao leitor.

ALI: a seqüência de perguntas acima (e as posteriores também) vale como questionamentos dirigidos ao leitor para que ele pense, mas também como asserções do tipo: “A credibilidade de um artista de sucesso não pode ser

colocada em xeque por ele com propagandas políticas para governos incompetentes”, “O artista deveria pensar na figura pública que é e no vexame que passará após uma propaganda mentirosa”, “O artista de sucesso deveria ter vergonha de fazer tais propagandas”.

“Ou você conhece algum colega, algum vizinho, algum amigo que também ache que o Rio melhorou nos últimos anos?”

AP: pergunta ao leitor.

ALI: asserção irônica do autor que não acha possível haver alguém que acredite na melhoria do Rio de Janeiro após os últimos governos citados.

“Pior: por que cargas d’água a agência responsável pela propaganda do PMDB escolheu um ator tão paulista para falar dos benefícios que o Rio vem recebendo desde que o casal 20 tomou conta do governo do estado? Ou será que só um paulista aceitaria o papel?”

AP: pergunta.

ALI: asserção irônica: “Somente um ator paulista aceitaria o papel de garoto-propaganda do governo do Estado; um ator do Rio de Janeiro, sabedor dos problemas pelos quais passa o Estado não aceitaria tal papel”.

O vocábulo “papel” remete o leitor à encenação e, portanto, reitera a afirmação de que não pode ser levado a sério o que é dito na propaganda política a respeito dos feitos dos governadores. Trata-se de uma personagem, e não de um cidadão que ali se encontra falando de seu Estado; este é o implícito relevante que importa resgatar.

Na construção da ironia nesse ato de linguagem indireto, é também relevante o papel da expressão “casal 20” que remete à antiga série de TV protagonizada por um casal de atores. Na série, o casal, que atuava como detetive, era simpático, inteligente, rico, sempre tomava as atitudes acertadas e jamais agia sem a aprovação e participação do outro. A ironia é evidente.

“Vai ver que é isso. Por ser paulista, Flávio Galvão não sabe o que está acontecendo no Rio ou, por ser paulista, Flávio Galvão torce pela ruína do Rio.”

AP: ato assertivo de que o ator não sabe que acontece no Rio ou que quer a ruína do Estado.

ALI: ato assertivo de ironia que reafirma a análise acima: “Um ator do Rio de Janeiro não aceitaria o papel de garoto-propaganda do governo do Estado”.

O cronista não pretende conduzir o leitor a achar que o ator deseja a ruína do Estado; trata-se de um expediente utilizado pelo autor para levar o leitor ao ato indireto pretendido: diante da opção fornecida pelo cronista, a escolha só pode ser a de que o ator desconhece o que se passa no Rio.

“Melhorou para quem, cara pálida?”

AP: pergunta dirigida ao ator Flávio Galvão

ALI: asserção de que a situação do Rio de Janeiro não melhorou para os cidadãos. A interrogação aponta ainda para o implícito: “Se a situação melhorou, não foi para o cidadão ou para o Estado”.

A expressão “cara pálida”, usualmente empregada em filmes de faroeste, diz respeito ao fato de que o ator Flávio Galvão não faz parte da “tribo” do Rio de

Janeiro. Ele é um estranho à realidade do Estado: é um “branco – cara pálida”, não é um “índio”.

7) Paulistas e a volta por cima. Artur Xexéo, 24-04-2005.

Tema: O pedido de desculpas do autor pela crônica escrita sete dias antes

Tese: O governo do Estado do Rio de Janeiro não contrata artistas do próprio Estado para suas campanhas eleitorais por conhecerem a realidade de seu governo

Muita gente não ficou satisfeita com a associação que eu fiz no domingo passado entre o fato de o ator Flávio Galvão ser paulista e o anúncio que ele está estrelando para o Governo do Estado do Rio. Não seria uma paulistada do Galvão. “O colega acha mesmo que os paulistas torcem pela ruína do Rio?”, indaga Marcelo Ruiz. “Pelo que temos visto, vocês não precisam de torcida. A governadora e o prefeito têm dado conta do recado!” Tenho que admitir: o Marcelo tem toda razão. Não quis ser agressivo com São Paulo. Quem lê esta coluna há mais tempo sabe do apreço que tenho por aquela estranha cidade ao sul do país. O que estranhei foi o casal 20 da política fluminense escolher um ator paulista para alardear as maravilhas do Rio. E não estava de todo errado na minha estranheza. Saiu o Flávio Galvão e entrou quem? Hermano Henning!!! Nascido em Guararapes, Henning é outro paulista legítimo! E saiu Hermano Henning e entrou quem? Cássia Kiss! Paulista! Cássia Kiss é paulista de São Caetano do Sul! Vem cá, dona Rosângela não encontrou nenhum fluminense que topasse dizer que o Rio deu a volta para cima?

Essa é outra implicância que tenho com o anúncio, que negócio é esse de “volta para cima”? Não seria “volta por cima”? Será que “volta para cima” é a maneira paulista de dizer “volta por cima”? Que nem semáforo, balão, carta de motorista... só para ficar na linguagem de trânsito. Mas não. Este “volta para cima” deve ser invenção de agência de propaganda. Afinal, se Flávio Galvão, Hermano Henning e Cássia Kiss – os paulistas que resolveram divulgar o quanto o Rio de Janeiro está podendo – falassem em “volta por cima”, isso significaria que, antes de dona Rosângela, o Rio estava por baixo. E quem estava no Rio antes de dona Rosângela? O Tony Matheus! Então não pode. Tem que ser “volta para cima”, mesmo que ninguém tenha idéia do que isso significa.

O fato de todos os garotos-propaganda do governo fluminense serem paulistas não significa, necessariamente, que São Paulo esteja torcendo para o Rio se dar mal. Fala outra paulista, Maria Filomena: “Pô, o Flávio Galvão ser paulista significa que nós somos contra o Rio? Que besteira... Se for seguir a sua linha, São Paulo está em desvantagem. Vocês fizeram muito pior e mandaram o Celso Pitta para cá e até hoje estamos pagando o preço”. Maria Filomena está certa. Por maior que seja a rivalidade entre as duas cidades, foi covardia exportar o Pitta. Então, o colunista humildemente se desdiz, dá a volta para cima e lembra que Deborah Secco, carioca da gema, é a estrela maior desta campanha.

E aí aparece o maior de todos os mistérios. Na recente crise que se abateu sobre “América”, Deborah, acusada de estar sempre ofegante como a Sol da novela, safou-se dizendo que seguia orientações do diretor Jayme Monjardim. No domingo passado, em pleno “Fantástico”, a gente teve a chance de ver, enfim, Deborah Secco na propaganda do governo Rosângela. Agora, me explica, foi o

Monjardim quem dirigiu o anúncio também? Então por que diabos a Deborah continua ofegante?

A explicação para Deborah estar no anúncio só pode ser uma: Na verdade, quem está ali é a Sol. E, como todo mundo sabe, o sonho de Sol é sair do Rio e fazer a América. Sol de-tes-ta o Rio.

Agora, só mais uma coisa. Antes da estréia da novela, a Globo aconselhou Deborah a se recolher para preservar a imagem. E aí, assim que a atriz sai de casa, arma uma presepada dessas? Preserve a imagem, Deborah. Preserve a imagem.

Análise:

“O colega acha mesmo que os paulistas torcem pela ruína do Rio?”, indaga Marcelo Ruiz.”

Ato de pergunta relatado pelo autor.

ALI: ato assertivo de afirmação: “Os paulistas não torcem pela ruína do Rio de Janeiro”.

“Pelo que temos visto, vocês não precisam de torcida. A governadora e o prefeito têm dado conta do recado!”

Ato de asserção relatado pelo autor.

ALI: ato assertivo de ironia: “Os governantes do Rio de Janeiro não têm administrado de maneira competente a prefeitura da Cidade e o Estado”.

"Quem lê esta coluna há mais tempo sabe do apreço que tenho por aquela estranha cidade ao sul do país."

AP: ato assertivo de afirmação: "O cronista tem apreço por São Paulo."

ALI: ato assertivo de constatação: "A cidade de São Paulo é estranha."

"O que estranhei foi o casal 20 da política fluminense escolher um ator paulista para alardear as maravilhas do Rio. E não estava de todo errado na minha estranheza."

AP: ato assertivo que informa a estranheza do autor pela escolha de atores paulistas

ALI: ato assertivo que enfatiza a informação: "Atores fluminenses não aceitariam fazer propaganda do governo do Rio de Janeiro".

"Saiu o Flávio Galvão e entrou quem? Hermano Henning!!!"

"E saiu Hermano Henning e entrou quem? Cássia Kiss!"

AP: pergunta seguida de resposta

ALI: ato assertivo de que o autor estava certo na afirmação da crônica anterior: "Somente artistas paulistas têm feito propaganda política do governo do Rio de Janeiro".

"Vem cá, dona Rosângela não encontrou nenhum fluminense que topasse dizer que o Rio deu a volta para cima?"

AP: pergunta dirigida ao leitor.

ALI: ato assertivo de ironia: "O governo do Estado não encontra atores do Rio de Janeiro dispostos a atuarem como garotos-propaganda para promoverem a administração fluminense".

Novamente, a exemplo das crônicas 1, 3 e 6, o autor recusa-se a usar o hipocorístico “Rosinha” para a governadora do Estado e a chama de Dona Rosângela (conforme análise da crônica 1).

A expressão “vem cá” aproxima o leitor do cronista, fazendo com que a crônica se torne uma conversa, uma troca com a qual o autor está contando para que o texto seja leve e o leitor compactue da opinião de quem escreve.

“Essa é outra implicância que tenho com o anúncio, que negócio é esse de “volta para cima”? Não seria “volta por cima”? Será que “volta para cima” é a maneira paulista de dizer “volta por cima”?”

AP: pergunta dirigida ao leitor.

ALI: ato assertivo de crítica com a expressão “volta para cima”, que não é usual (pelo menos no Rio de Janeiro), utilizada na propaganda política pelos artistas de São Paulo.

“E quem estava no Rio antes de dona Rosângela? O Tony Matheus! Então não pode.”

AP: pergunta seguida de resposta.

ALI: asserção irônica quanto ao fato de a expressão “volta para cima” ter sido escolhida em detrimento de “volta por cima”. A asserção é: “Escolher “volta por cima” seria o mesmo que afirmar que o governo anterior ao de Dona Rosângela não foi eficaz, o que seria péssimo para ela, já que seu governo é a continuação do anterior e o então governador é seu marido”.

“Tem que ser “volta para cima”, mesmo que ninguém tenha idéia do que isso significa.”

AP: ato assertivo de que a expressão apropriada é “volta para cima”.

ALI: ato assertivo de ironia. Na opinião do autor, a expressão “volta para cima” é de sentido desconhecido e, por isso, duvidoso. A asserção é “O governo não poderia dizer que o Rio deu a “volta por cima” porque não seria verdade”, então escolheu uma expressão enigmática: ninguém sabe ao certo o que pode significar”.

“Pô, o Flávio Galvão ser paulista significa que nós somos contra o Rio? Que besteira...”

AP: ato de pergunta relatado pelo autor.

ALI: ato de asserção: “O fato de o ator Flávio Galvão ser paulista e fazer propaganda política do governo do Rio de Janeiro não significa que os paulistas odeiam o Rio”. O ato relatado pelo autor serve de ponte para o pedido de desculpas que segue.

“Então, o colunista humildemente se desdiz, dá a volta para cima e lembra que Deborah Secco, carioca da gema, é a estrela maior desta campanha.”

AP: ato de pedido de desculpas e a afirmação do papel de Deborah Secco na campanha.

ALI: ato assertivo de ironia com a expressão utilizada “volta para cima”. O cronista se desdiz “humildemente”, porém utiliza a expressão anteriormente criticada “volta para cima”, o que diminui o grau de sua “humildade”.

"Agora, me explica, foi o Monjardim quem dirigiu o anúncio também? Então por que diabos a Deborah continua ofegante?"

AP: ato de pergunta.

ALI: ato assertivo de ironia: "A Deborah Secco continua ofegante como na interpretação de sua personagem "Sol" na novela "América", então é uma personagem aquela que ali está, e não a cidadã Deborah Secco".

"A explicação para Deborah estar no anúncio só pode ser uma: Na verdade, quem está ali é a Sol. E, como todo mundo sabe, o sonho de Sol é sair do Rio e fazer a América. Sol de-tes-ta o Rio."

AP: ato assertivo de que é a personagem "Sol" que está fazendo propaganda do Rio.

ALI: ato assertivo de ironia: "Somente interpretando um papel um ator do Rio de Janeiro apareceria fazendo propaganda do governo do Estado, mesmo assim se for uma personagem que não gosta do Estado, como é o caso da personagem "Sol" ".

"E aí, assim que a atriz sai de casa, arma uma presepada dessas?"

AP: ato de pergunta dirigida ao leitor.

ALI: ato assertivo de crítica à participação da atriz carioca na propaganda do governo do Rio de Janeiro. O cronista considera um risco à sua imagem, após tanto tempo de reclusão para preservá-la, aparecer em campanha para Dona Rosângela Matheus. O conselho que dá a seguir é relevante para se chegar a esse ato indireto: "Preserve a imagem, Deborah".

8) A analogia doméstica. Veríssimo, 14-04-2005.

Tema: A comparação dos economistas entre a economia doméstica e a economia de um país

Tese: A impossibilidade de se comparar a economia de uma casa com a economia de uma nação

Quando querem tornar as coisas mais fáceis para nós os leigos (leia-se os burros) compreendermos, os economistas costumam recorrer à analogia doméstica. Um país é como uma família que não pode gastar mais do que ganha, dizem. Um país, como uma família, precisa ser realista no seu orçamento e responsável nos seus gastos. Senão um país, como uma família, vai à bancarrota.

Como todos nós (os burros) temos ou tivemos uma família, fica fácil entender o que os economistas querem dizer. Ainda mais se eles falarem devagar. A analogia é até algo enternecedora, pois lembra aquelas velhas aulas de aritmética em que os problemas sempre envolviam uma situação doméstica com a qual podíamos nos identificar. Você eu não sei, mas eu estudei aritmética acompanhando os repetidos dilemas de mães obrigadas a dividir quatro gomos de laranja entre cinco filhos, e até desafios maiores à sua engenhosidade e senso maternal de justiça. É verdade que quando passávamos para problemas mais complicados, trocávamos o ambiente familiar pelo mundo lá fora, com suas contas difíceis e suas tragédias latentes. Quando tempo levaria para que dois

trens vindo de direções opostas nos mesmos trilhos, numa determinada distância, cada um numa determinada velocidade, se chocassem? Mas ainda eram narrativas, ainda tinham ação e personagens. Eu me distraía tanto pensando naquelas histórias, nas suas possíveis vítimas – filhos esquecidos pela mãe e traumatizados para toda a vida, os prováveis mortos e feridos no terrível acidente ferroviário – que esqueci a aritmética.

Existe o mesmo perigo de ficarmos imaginando a família modelo dos economistas e esquecermos a sua lição. O pai (Egídio) é um exemplo de controle e sobriedade, como os economistas no poder gostam. No passado se excedeu, gastou mais do que podia e foi obrigado a fazer um empréstimo. Mas está pagando o seu empréstimo responsabilmente, como os economistas recomendam. Mesmo porque precisa manter o crédito para conseguir empréstimos para pagar o seu empréstimo. Mas já que estamos no terreno do reducionismo didático, me ocorre uma situação familiar supersimples: um dia o seu Egídio é obrigado a escolher entre alimentar os seus filhos e pagar a sua dívida. Qual o exemplo que ele deve dar para a nação? Está certo, melodrama não. Mas se vamos recorrer a exemplos simplistas, então sejamos simplistas até o fim. A escolha diante da nação é exatamente a escolha do nosso pai de família imaginário.

Análise:

“Quando querem tornar as coisas mais fáceis para nós os leigos (leia-se os burros) compreendermos, os economistas costumam recorrer à analogia doméstica.”

AP: ato assertivo de como os economistas facilitam suas explicações para os leigos.

ALI: ato assertivo de ironia com relação às explicações dos economistas. Geralmente são explicações muito rebuscadas e cheias de termos técnicos que dificultam o entendimento do cidadão comum. (espera-se que o leitor compartilhe dessa informação para que chegue ao implícito pretendido pelo cronista). Algumas vezes, porém, (Quando querem tornar as coisas mais fáceis) usam a analogia doméstica e simplificam demais as explicações, como se fossem burras as pessoas a quem são dirigidas. O autor se enquadra nesse perfil e utiliza entre parênteses o vocábulo “burros” em substituição ao vocábulo “leigos”.

“Um país é como uma família que não pode gastar mais do que ganha, dizem.

Um país, como uma família, precisa ser realista no seu orçamento e responsável nos seus gastos. Senão um país, como uma família, vai à bancarrota.”

AP: ato relatado pelo autor

ALI: ato assertivo de ironia com relação à analogia doméstica feita pelos economistas. A repetição da expressão comparativa como uma família torna evidente a ironia pretendida pelo cronista.

“Como todos nós (os burros) temos ou tivemos uma família, fica fácil entender o que os economistas querem dizer.”

AP: ato assertivo de que é fácil entender a analogia dos economistas.

ALI: ato assertivo de ironia: “As explicações dos economistas usando a analogia doméstica não leva em consideração a inteligência das pessoas”.

“A analogia é até algo enternecedora, pois lembra aquelas velhas aulas de aritmética em que os problemas sempre envolviam uma situação doméstica com a qual podíamos nos identificar.”

AP: ato assertivo de que a analogia usada lembra as aulas de aritmética do passado.

ALI: ato assertivo de ironia: “Os economistas apelam para o sentimento das pessoas ao se referirem à família”. Para se chegar a esse implícito, é relevante o vocábulo “enternecedora” que remete a “terno”, “carinhoso”, “aconchegante”, entre outros, todos aplicáveis à idéia do que seja “família” para maioria das pessoas.

“Quando tempo levaria para que dois trens vindo de direções opostas nos mesmos trilhos, numa determinada distância, cada um numa determinada velocidade, se chocassem?”

AP: ato relatado de pergunta.

ALI: ato assertivo de crítica às questões matemáticas propostas ao autor quando ainda estudava as quais aludiam a acidentes e catástrofes.

“Eu me distraía tanto pensando naquelas histórias, nas suas possíveis vítimas – filhos esquecidos pela mãe e traumatizados para toda a vida, os prováveis mortos e feridos no terrível acidente ferroviário – que esqueci a aritmética.”

AP: ato assertivo de constatação da distração do autor em aulas de aritmética.

ALI: ato assertivo de ironia: “As situações apresentadas durante as aulas de matemática eram tão dramáticas que fazia o aluno esquecer a aritmética e pensar nas histórias e suas vítimas”.

"Existe o mesmo perigo de ficarmos imaginando a família modelo dos economistas e esquecermos a sua lição."

AP: ato assertivo de constatação.

ALI: ato assertivo de crítica: "O modelo apresentado pelos economistas não condiz com a realidade, como os problemas apresentados nas aulas de aritmética; assim, há o risco de o problema verdadeiro não ser entendido e analisado, mas o modelo reducionista e simplificado".

"Qual o exemplo que ele deve dar para a nação?"

AP: ato de pergunta dirigida ao leitor.

ALI: ato assertivo de crítica ao modelo simplista apresentado pelos economistas à nação; equivale a dizer: "Não é uma escolha fácil para um pai de família entre alimentar seus filhos e pagar uma dívida; então essa não é uma boa analogia para explicar como funciona a economia de uma nação".

"Está certo, melodrama não."

AP: ato assertivo de resposta.

ALI: ato assertivo de ironia. É resposta a um provável questionamento de uma outra voz fora do texto que possa acusar o cronista de usar exemplos melodramáticos para defender a sua posição em relação ao discurso dos economistas, e, dessa forma, apelar para o sentimento de seus leitores e não para a sua racionalidade. Ele mesmo afirma que está sendo melodramático.

“Mas se vamos recorrer a exemplos simplistas, então sejamos simplistas até o fim. A escolha diante da nação é exatamente a escolha do nosso pai de família imaginário.”

AP: ato assertivo de constatação.

ALI: ato assertivo de crítica e de ironia. O autor reconhece que simplificou demais sua comparação entre o pai de família e o chefe de uma nação diante das dificuldades financeiras que encontram para administrar uma família e uma nação. Essa é, no entanto, a analogia simplificada que apresentam ao país “quando querem tornar as coisas mais fáceis para os leigos” entenderem como funciona a máquina econômica nacional. A crítica do cronista encontra-se nessa simplificação que ele apresenta em comparação à simplificação dos economistas: elas são similares. Seu exemplo é tão reducionista quanto o dos economistas.

9) **Falabilizando** Luiz Garcia, 05-04-2005.

Tema: O amor e respeito pelas palavras do português falado no Brasil

Tese: Modismos incorporados à língua, como o sufixo –ilizar, são desnecessários e empobrecem o idioma

É sempre agradável encontrar aliados em nossas guerras de amor. No caso presente, pelas palavras. **Amor e respeito pelas veteranas e honestas palavras do português falado no Brasil.**

Não se trata de paixão cega ou surda: todo idioma que se preza não hesita em adotar palavras que o enriqueçam, venham de onde vierem. **O que seria de nós, por exemplo, sem bares ou motéis? Temos de ter a humildade de incorporar até mesmo termos não aportuguesados. Ou vamos trocar o mouse por um ratinho ou camundongo?**

Mas ter a mente e o coração abertos para adoções não exige que se abra mão da inteligência. Esta nos impede, por exemplo, de aceitar “planta” (do inglês “plant”) com o sentido de instalação industrial. Porque é desnecessário e pernóstico – e o bom idioma preserva sua força e sua herança importando apenas o indispensável.

Por amor ao bom português qualquer bom brasileiro apreciará a pérola que vai abaixo, de Ricardo Freire. Colhi-a na Internet, mas saiu numa revista há quase dois anos.

“Não, por favor, nem tente me disponibilizar alguma coisa, que eu não quero. Não aceito nada que pessoas, empresas ou organizações me disponibilizem. É questão de princípios. Se você me oferecer, me der, me vender,

me emprestar, talvez eu venha a topar. Até mesmo se você tornar disponível, quem sabe, eu aceite. Mas, se você insistir em disponibilizar, nada feito.

“Caso você esteja contando comigo para operacionalizar algo, vou dizendo desde já: pode tirar seu cavalinho da chuva. Eu não operacionalizo nada para ninguém. Tampouco compactuo com quem operacionaliza. Se você quiser, eu monto, eu realizo, eu aplico, eu ponho em operação. Se você pedir com jeitinho, eu até implemento. Mas, operacionalizar, jamais. (...).

“Por falar nisso, é bom que você saiba que eu parei de utilizar. Assim, sem mais nem menos. Eu sei, é uma atitude um tanto quanto radical da minha parte, mas eu não utilizo mais nada. Tenho consciência de que a cada dia que passa mais e mais pessoas estão utilizando, mas eu parei. Não utilizo mais. Agora só uso. E recomendo. Se você soubesse como é muito mais elegante, também deixaria de utilizar e passaria a usar.

“Sim, estou me associando à campanha nacional contra os verbos que acabam em ‘ilizar’. Se nada for feito, daqui a pouco eles serão mais numerosos do que os terminados simplesmente em ‘ar’. Todos os dias os maus tradutores de livros de marketing e administração disponibilizam mais e mais termos infelizes, que imediatamente são operacionalizados pela mídia, reinicializando palavras que já existiam e eram perfeitamente claras e eufônicas.

“É triste demorar tanto tempo para a gente se dar conta de que ‘desincompatibilizar’ sempre foi um palavrão. Precisamos reparabilizar nessas palavras que o pessoal inventabiliza só para complicabilizar. Caso contrário, daqui a pouco nossos filhos vão pensabilizar que o certo é ficar se expressabilizando dessa maneira. Já posso até ouvir as reclamações: ‘Você não vai me impedibilizar

de falabilizar do jeito que eu bem quisibiliser.’ Problema seu. Inclua-me fora dessa.”

Análise:

“Falabilizando”

AP: ato assertivo sobre o ato de falar.

ALI: ato assertivo de crítica, já no título, ao fato de muitas pessoas usarem o sufixo –ilizar desnecessariamente na língua portuguesa do Brasil.

“Amor e respeito pelas veteranas e honestas palavras do português falado no Brasil.”

AP: ato assertivo de declaração sobre o amor e respeito pelas palavras portuguesas do Brasil.

ALI: ato assertivo de crítica: “Usar palavras estrangeiras em lugar de vernáculos da língua portuguesa ou incorporar modismos desnecessariamente é não mostrar respeito pelas palavras do português do Brasil”.

O vocábulo “veteranas” indica que deve-se preferir vocábulos já existentes na língua, e “honestas” indica que deve-se respeitar a constituição desses vocábulos, pois sua formação é “correta”, “limpa”, “clara”, ou seja, tem respaldo na própria língua.

“O que seria de nós, por exemplo, sem bares ou motéis?”

AP: ato de pergunta.

ALI: ato assertivo de que alguns estrangeirismos são necessários quando a língua não oferece um cunho vernáculo para tal significação. A interrogação é retórica.

"Temos de ter a humildade de incorporar até mesmo termos não aportuguesados."

AP: ato assertivo de constatação da humildade necessária para incorporar termos estrangeiros.

ALI: ato assertivo de crítica: "Não é proibido adotar termos estrangeiros; deve-se, no entanto, preferir os aportuguesados aos não aportuguesados". Essa preferência é evidente através do uso da marca lingüística "até mesmo" que leva a esse implícito.

"Ou vamos trocar o mouse por um ratinho ou camundongo?"

AP: ato de pergunta dirigida ao leitor.

ALI: ato assertivo de constatação: "Seria ridículo substituir alguns termos estrangeiros consagrados por vernáculos sem nenhuma tradição em determinadas situações de uso.

"Mas ter a mente e o coração abertos para adoções não exige que se abra mão da inteligência."

AP: ato assertivo de constatação: "não é preciso abrir mão da inteligência ao adotar estrangeirismos."

ALI: ato assertivo de crítica: "A adoção de termos estrangeiros tem que ser criteriosa e inteligente. Não se pode simplesmente acolhê-los, por estarem 'na moda', sem a real necessidade de incorporá-los à língua".

O operador argumentativo mas aponta para o argumento mais forte do cronista: - “não se deve abrir mão da inteligência” ao adotar termos estrangeiros – que reafirma sua tese. “Deve-se ter mente e coração abertos para adoções” de termos estrangeiros não é argumento suficientemente forte para que todos sejam aceitos. Essa conseqüência negada implícita é revelada pelo mas.

Os parágrafos 5, 6, 7, 8 e 9 (destacados em rosa) funcionam como argumento para a tese do cronista. Todo o segmento é um ato relatado de Ricardo Freire. O cronista Luiz Garcia, através do texto desse autor, busca o respaldo para sua posição contrária diante dos modismos incorporados à língua. Não se trata de uma voz isolada, pois outros escritores compartilham de sua opinião na questão levantada. O argumento de autoridade, de que o cronista se vale, seduz o leitor, convence-o e capta sua opinião em favor do autor da crônica. O ato relatado apresenta uma crítica ferrenha ao uso desmedido de formas verbais terminadas pelo sufixo -ilizar, apontado como oriundo de traduções mal elaboradas do inglês para o português. A seqüência de ironias, respostas a perguntas supostamente feitas por alguém, palavras criadas para compor o humor do texto e o tratamento íntimo dado ao leitor resultam num macro ato de linguagem indireto de crítica.

10) Viva a escrita! Zuenir Ventura, 12-03-2005.

Tema: A previsão, feita por Bill Gates, do desaparecimento em breve do papel impresso e também do cinema e do CD como são hoje conhecidos

Tese: As previsões de Bill Gates estão equivocadas e ele mesmo desaparecerá antes do papel

O poderoso Bill Gates, que décadas atrás previu para o ano 2000 o começo do fim dos jornais e das revistas, voltou a atacar, anunciando o desaparecimento em dez anos do cinema no formato tradicional e do CD como tal. Mais: prometeu não morrer sem antes acabar com o papel impresso; espera que os livros sejam todos informatizados. Há muita gente preocupada com as declarações do dono da Microsoft, feitas recentemente na Espanha. Pelo visto, porém, não é o caso. O Grande Irmão entende muito de informática, não de profecia. Ele não desconfia que vai acabar antes do papel.

Pode ser até que a longo prazo esse seja mesmo o futuro, não sei. Nesse mundo virtual e louco tudo é possível. Mas tenho cá minhas dúvidas. Já se disse ao longo da História que a escrita ia acabar com a transmissão oral e apagar a memória, que a fotografia substituiria a pintura, que o cinema acabaria com o teatro, que a televisão poria fim ao rádio aos jornais e às revistas e que, com a Internet, arquivos e bibliotecas iriam tornar-se dispensáveis.

Se de fato o universo digital vier a prevalecer sem lugar para o literal, ficarei feliz em não estar aí para ver – aliás, ver será a única coisa a fazer nesse mundo sem leitura. Os que, como Gates, decretam a obsolescência do papel como suporte alegam a preservação das florestas (como se o risco viesse daí) e

falam que serão criadas telas finas, películas com a espessura de uma página, nas quais se imprimirão as palavras.

A tecnologia promete assim um substituto perfeito para o papel. Tudo bem.

Mas quem me devolverá o prazer insuperável de dobrar o meu jornal em quatro, de folhear as páginas de um livro, o gosto de sentir aquele cheirinho inconfundível de papel novo, a mania de dobrar a quina de cima e de sublinhar com a caneta o trecho que a gente gostaria de ter escrito?

O consolo é que essas previsões são como a afirmação que é sempre repetida como verdade: uma imagem vale mil palavras. Mas vai dizer isso com imagens.

Análise:

“O poderoso Bill Gates, que décadas atrás previu para o ano 2000 o começo do fim dos jornais e das revistas, voltou a atacar ...”

AP: ato assertivo de que Bill Gates voltou a fazer previsões.

ALI: ato assertivo de ironia: “Bill Gates fez previsões equivocadas há décadas para o ano 2000 e volta a fazer previsões que novamente não se cumprirão”.

A locução verbal “volta a atacar” é uma marca lingüística relevante para o resgate desse implícito. Bill Gates já “atacou” uma vez, isto é, já errou em seus cálculos, e “ataca” novamente e mais uma vez errará.

“O Grande Irmão entende muito de informática, não de profecia.”

AP: ato assertivo sobre a área de domínio de Bill Gates

ALI: ato assertivo irônico: “Bill Gates é técnico do mundo da informática, não entende nada de comportamento humano, por isso não deve fazer previsões de situações que fogem ao seu conhecimento”.

A expressão “Grande Irmão” é irônica, pois diz respeito à obra *1984*, de George Orwell, cuja figura central do livro tentava controlar o destino das pessoas a partir da observação de todos os seus atos. Gates, assim como o “Grande Irmão” de Orwell, pretende-se profeta. “Profecia” é um vocábulo igualmente irônico que reforça a ironia presente na expressão de Orwell. O conhecimento do significado dessa expressão pode não ser resgatado tão facilmente pelo leitor, por isso o vocábulo “profecia” é bastante relevante para a compreensão de que é uma passagem irônica.

“ Ele não desconfia que vai acabar antes do papel.”

AP: ato assertivo que declara a ignorância de Gates

ALI: ato assertivo de ironia: “Bill Gates não vai viver tanto quanto pensa. O papel não vai desaparecer como previu Gates”.

A seguir, o autor usa uma série de argumentos para sustentar a opinião de que o papel não desaparecerá, como pensa Gates, e que mesmo que isso aconteça, Gates não estará aqui para conferir.

“Os que, como Gates, decretam a obsolescência do papel como suporte alegam a preservação das florestas (como se o risco viesse daí)...”

AP: ato assertivo que informa a crença dos que concordam com Gates.

ALI: ato assertivo de denúncia: “Não é o desaparecimento do papel que garantirá a preservação das florestas, pois não é ele que as põe em risco”.

“Mas quem me devolverá o prazer insuperável de dobrar o meu jornal em quatro, de folhear as páginas de um livro, o gosto de sentir aquele cheirinho inconfundível de papel novo, a mania de dobrar a quina de cima e de sublinhar com a caneta o trecho que a gente gostaria de ter escrito?”

AP: ato de pergunta.

ALI: ato assertivo que declara o prazer que sente o cronista em manusear o papel. Não é uma pergunta dirigida ao leitor. É uma reflexão do próprio autor.

“Mas vai dizer isso com imagens.”

AP: ato de ordem.

ALI: ato assertivo de constatação: “É impossível traduzir em uma imagem a asserção ‘Uma imagem vale mil palavras’”, ou seja, as previsões de Gates são falhas como essa frase simples entre aspas e que é repetida como verdade.

O operador argumentativo mas direciona o leitor para o argumento do cronista da impossibilidade de a imagem valer por mil palavras.

11) **Língua – quem pode fala, quem não pode repete**. Arthur Dapieve, 01-04-2005.

Tema: O uso da palavra “então” como cacoete lingüístico

Tese: Os modismos lingüísticos são ditados por aqueles que dominam o cenário político e econômico de um país, ou estado, ou cidade

Peço licença ao Joaquim Ferreira dos Santos para mudar ligeiramente o rumo da prosa iniciada, na última segunda-feira, em sua coluna pessoa física. Nela, Joaquim lamentava, com toda a paixão pela língua portuguesa, o último cacoete coloquial: “então, o que acontece”, não raro seguido de argh, pontos de exclamação e interrogação.

O colega sacou que o uso de tal expressão trai, simultaneamente, pura e simples falta do que dizer, recurso para ganhar tempo, gancho retórico para prosseguir num assunto que só interessa ao seu emitente, um zero semântico. Assino embaixo. Gostaria de cá, do meu modesto canto, acrescentar alguns palpites e chutes a título de colaboração.

Por viver das palavras, qual o Joaquim, mantenho meu melhor ouvido – o pior ficou pior por conta da explosão de um morteiro na Miguel Lemos e de um show de heavy metal Venom no Maracanãzinho – voltado para o que as pessoas falam. **Não para aquilo que os políticos e os gramáticos gostariam que elas falassem: para o que de fato elas falam.**

Assim, parafraseando o romano Terêncio, nada do que é palavra me é estranho. **Já mencionei a descoberta, graças às extraterrestres disfarçadas de adolescentes daqui de casa, de expressões da riqueza metafísica de uma “muito**

sem noção. Há dias, anotei uma “totalmente excelente”, que, mais coluna, menos coluna, haverá de ter serventia.

Até por isso vinha me incomodando o exagero no uso do “então”. Não “então, o que acontece”, que não captei: “então”, em carreira solo, onipresente nos inícios de frase. “Então, isso mesmo. Então o contribuinte deve entregar a declaração até o dia 29 de abril. Então, com esse prazo a Receita espera receber mais dois milhões de declarações. Então...”

Longe de mim buscar culpados pela nova muleta oral. No entanto, a bem da verdade, “então” quase sempre chega-me ao ouvido com sotaque paulista. Em nove entre dez casos, aliás, “então” arrasta um ataque de gerundismo (**já vou estar explicando o que é isso... pronto, expliquei**), contribuição anglicista do telemarketing de São Paulo.

Haveria razão para tantos “então” na outra ponta da Dutra? Pensei na ressurgência do italiano ancestral de muitos de seus habitantes, no qual *allora* é vírgula. Estranho? Já vi explicarem o descompasso nas concordâncias dos paulistas e de pessoas lá aculturadas, como o presidente Lula, tipo “dois pastel”, como eco do plural italiano, feito sem S.

O “então” engrossa o tráfego de lá para cá. **Ainda mangamos de “semáforo” e “holerite”, mas usamos, sem pestanejar, palavras à paulista.** São os casos, por exemplo, de “balada”, para noitada e/ou diversão, e de “descolado”, para moderno e/ou chique. **Tá ligado? Implico com “descolado”: lá onde fui malcriado, tem conotações proctológicas.**

Por muitos anos, os paulistas tiveram de aturar o falar carioca. É a hora de sua forra. Ela, porém, não está solta no tempo e no espaço. Está ligada a circunstâncias históricas: embora a maioria das novelas continue a ser produzida

no Rio, e até a Record esteja vindo gravá-las aqui para aproveitar a população artística, nunca estivemos tão mal politicamente.

Não temos representatividade no ministério – chamado de paulistério – ou no governo federal e há um desnível ululante entre os ocupantes dos governos estaduais e dos das capitais. Compare o Sr. Geraldo Alckmin com a Sra. Rosângela Matheus. Compare o Sr. José Serra e o Sr. César Maia. Aí está a diferença, não nos índices de criminalidade.

Então, mano, São Paulo é da hora no Brasil. E, como mostrou Sandra Moreyra, no “JN” do mesmo dia do Joaquim, o Brasil é da hora na comunidade lusófona. Reunidos no Rio para o colóquio “A língua portuguesa no mundo da lusofonia”, estudiosos de Portugal, de Angola e de Macau concordaram que as novelas tornaram nosso português hegemônico.

Quando Aldo Rebelo não tem nenhuma articulação política melhor para fazer, a não ser legislar sobre uma língua viva, e o Itamaraty dispensa o domínio do inglês pelos candidatos a diplomata, tenta-se tapar o sol com a peneira: a nação (ou o estado ou cidade) mais forte dá não só as cartas, dá também as palavras. O inglês se beneficiou por ter emplacado em seqüência duas potências hegemônicas mundiais, a Grã-Bretanha e EUA. **O camarada Rebelo deveria saber que não adianta remar contra a História.**

Sugiro, a quem quer expurgar o idioma dos estrangeirismos, que arranque dos dicionários as páginas com palavras iniciadas por “al”. Nelas abundam belos vocábulos legados pela ocupação árabe da Península Ibérica de 711 a 1492. Um Brasil e meio.

Análise:

“Língua – quem pode fala, quem não pode repete.”

AP: ato assertivo de constatação sobre a capacidade de poder ou não poder falar a língua.

ALI: ato assertivo irônico de constatação: “Dita as regras de uma língua quem pode fazê-lo, ou seja, quem no momento tem uma posição política ou econômica superior; os demais copiam essas regras”. O ato de linguagem indireto aqui é baseado nos *topoi* “Quem pode pode, quem não pode se sacode”, constante da sabedoria popular. O reconhecimento desse ditado leva à compreensão do que o autor sustenta em sua tese “manda quem pode”.

“Não para aquilo que os políticos e os gramáticos gostariam que elas falassem: para o que de fato elas falam.”

AP: ato assertivo que informa para o quê os ouvidos do cronista se voltam.

ALI: ato assertivo de crítica: “Os políticos e gramáticos prendem-se a uma língua utópica”, “As pessoas comuns não utilizam a língua idealizada pelos políticos e gramáticos”.

As formas verbais “gostariam” e “falassem” são marcas lingüísticas que remetem ao implícito de que se trata de uma realidade hipotética. Parte-se, então, do pressuposto de que as pessoas não se comunicam da maneira como imaginam políticos e gramáticos. A forma verbal “falam” denota o mundo real em que as pessoas se encontram, o modo como de fato se comunicam.

“Já mencionei a descoberta, graças às extraterrestres disfarçadas de adolescentes daqui de casa, de expressões da riqueza metafísica de uma “muito sem noção”.”

AP: ato assertivo que informa expressão usada por parentes do cronista.

ALI: ato assertivo que critica e ironiza expressões atualmente usadas por adolescentes como ‘muito sem noção’.

A ironia é construída através de “expressões de riqueza metafísica” e “extraterrestres disfarçadas de adolescentes”. O autor espera que o leitor chegue à implicatura desejada fazendo o seguinte percurso interpretativo: as adolescentes comportam-se, lingüisticamente, de maneira distinta do cronista (são de outro planeta) e usam termos cuja construção são estranhas a ele (de natureza metafísica).

“Longe de mim buscar culpados pela nova muleta oral.”

AP: asserção sobre o quê o autor não deseja: buscar culpados.

ALI: ato assertivo que evidencia o desejo do autor negando o ato primário: não é verdade que não queira buscar culpados para a muleta oral (uso do então); ele deseja isso.

“No entanto, a bem da verdade, “então” quase sempre chega-me ao ouvido com sotaque paulista.”

AP: asserção que coloca em dúvida a origem do uso de “então”.

ALI: ato assertivo de afirmação: “então” é um modismo criado em São Paulo.

A expressão no entanto direciona o leitor para a tese levantada pelo cronista: de que atualmente o Estado de São Paulo tem ditado os modismos da língua

portuguesa falada no Brasil. O sotaque paulista do “então” é argumento suficientemente forte para que “esqueça” seu desejo de não buscar culpados pela “nova muleta oral”.

“(já vou estar explicando o que é isso... pronto, expliquei)”

AP: ato promissivo.

ALI: ato assertivo de crítica ao uso do gerúndio. O autor promete que vai explicar o que é o “gerundismo” e automaticamente o faz através do uso da locução verbal “vou estar explicando”. Embora seja um ato de crítica, o humor característico das crônicas está presente, o que faz com que também haja um certo teor de ironia no uso da expressão que ele mesmo critica.

“Haveria razão para tantos “então” na outra ponta da Dutra?”

AP: ato de pergunta.

ALI: ato assertivo de constatação: “Não há uma explicação razoável para o uso desmedido, em São Paulo, do vocábulo ‘então’”. Dessa forma, o ato primário de pergunta é mero pretexto para conjecturas a respeito do aparecimento do citado modismo.

“Ainda mangamos de “semáforo” e “holerite”, mas usamos, sem pestanejar, palavras à paulista.”

AP: ato assertivo de constatação dos hábitos lingüísticos dos habitantes do Rio de Janeiro.

ALI: ato assertivo de crítica ao comportamento lingüístico preconceituoso de quem vive no Rio de Janeiro com relação às expressões tipicamente paulistas: “Não faz sentido criticá-las, visto que muitas são usadas no Rio”.

O operador argumentativo mas aponta para o argumento mais forte (conforme análise da página 44, item 2.6) “usamos, sem pestanejar, palavras à paulista”, que é a restrição. O argumento mais fraco (ou concessão) “ainda mangamos de semáforo e holerite” não é suficiente para sustentar a conseqüência “não deveríamos usar palavras e expressões paulistas já que debochamos de algumas delas”. Por isso, tal conseqüência é negada. O que importa é o argumento do cronista.

“Tá ligado?”

AP: ato de pergunta.

ALI: ato assertivo de crítica à expressão “tá ligado?”, surgida em São Paulo e “exportada” para o Rio de Janeiro. A expressão é convencionalmente usada para o locutor certificar-se de está sendo compreendido pelo interlocutor (equivalendo a “está entendendo”?) da linguagem, ou ainda para certificar-se de que o canal continua aberto para a troca conversacional (tendo a expressão a função fática).

“Implico com “descolado”: lá onde fui malcriado, tem conotações proctológicas.”

AP: asserção sobre a implicância do autor.

ALI: ato assertivo de ironia: para o autor, “descolado” está longe de significar “chique” ou “moderno”; ele induz o leitor a entender que, em sua terra, a palavra

significa “rompido” ou “roto” e que tem relação com as partes específicas do corpo humano cuidadas pelo proctologista.

O vocábulo “malcriado” também induz o leitor a essa ironia: o cronista não acredita realmente que tenha sido malcriado; acredita, sim, que muitos vocábulos são mal empregados.

“Está ligada a circunstâncias históricas: embora a maioria das novelas continue a ser produzida no Rio, e até a Record esteja vindo gravá-las aqui para aproveitar a população artística, nunca estivemos tão mal politicamente.”

Como analisado na página 43 (item 2.6), a má atuação dos políticos do Rio de Janeiro é o argumento mais forte, que direciona para a tese do cronista de que o falar paulista tem ditado as regras atualmente do português falado no Brasil. O fato de as novelas serem gravadas no Rio é o argumento mais fraco (é a concessão). Houve um tempo em que o falar carioca ditava as regras, que eram divulgadas pelas novelas e programas gravados no Rio de Janeiro. Tal realidade, no entanto, mudou a partir do momento que São Paulo passou a ter maior representatividade política no cenário nacional. Seu argumento é ratificado na análise a seguir.

“Não temos representatividade no ministério – chamado de *paulistério*...”

AP: ato assertivo de declaração sobre a ausência de políticos do Rio no ministério.

ALI: ato assertivo de crítica e denúncia: “A presença maciça de representantes do Estado de São Paulo no ministério revela organização e capacidade para exercer funções políticas; a ausência de representantes do Rio de Janeiro revela exatamente o contrário – despreparo e desqualificação para a política”.

O vocábulo “paulistério” endossa essa asserção. Ao juntar “paulista” e “ministério”, o autor cria um neologismo que reafirma a representatividade paulista no ministério.

“Então, mano, São Paulo é da hora no Brasil.”

AP: ato assertivo de afirmação.

ALI: ato assertivo de constatação: é uma bem-humorada construção em que o autor mostra, através do uso de expressões notadamente paulistas que estão em evidência (“mano” e “da hora”), que os hábitos lingüísticos de São Paulo têm influenciado a todos. O fato de o próprio autor usar dois desses modismos comprova isso.

“O camarada Rebelo deveria saber que não adianta remar contra a História.”

AP: ato assertivo sobre um conhecimento que alguém deveria possuir.

ALI: ato assertivo de crítica à atuação do político Aldo Rebelo cujo projeto de lei propunha retirar os estrangeirismos (especificamente os anglicismos) da língua portuguesa do Brasil. O cronista afirma que “é da história do mundo a língua dos mais fortes prevalecer sobre a dos economicamente mais fracos”. Tal “limpeza”, portanto, resulta num gesto sem sentido, infrutífero e até mesmo ridículo.

“Sugiro, a quem quer expurgar o idioma dos estrangeirismos, que arranque dos dicionários as páginas com palavras iniciadas por “al”.”

AP: ato de sugestão.

ALI: ato assertivo de ironia e crítica: “É impossível retirar os estrangeirismos da língua portuguesa falada no Brasil, visto que são muitas as influências recebidas

ao longo dos séculos”. A “sugestão” feita pelo autor é uma bem-humorada forma de ratificar a impossibilidade de se “expurgar” do idioma os estrangeirismos. Dessa forma, o efeito de sentido visado pelo autor é alcançado.

12) **Quem precisa saber escrever?** Martha Medeiros, 15-05-2005.

Tema: Recebimento de e-mail com erros de português

Tese: O dever de todos saberem escrever corretamente a língua portuguesa e o convite à visita da XII Bienal do livro

Recebo e-mails de pessoas com idades e profissões diversas. Outro dia, chegou a mensagem de um sujeito muito gentil, fazendo comentários elogiosos à coluna. Cometeu alguns erros gramaticais comuns, como acontece com meio mundo, mas o que me surpreendeu foi que ele se despediu dizendo: “Desculpe por não escrever o português corretamente, mas sabe como é, sou engenheiro.” O raciocínio era que se ele fosse escritor, jornalista ou professor, escrever certo seria obrigatório, mas sendo engenheiro estava liberado desta fatura.

Assim como ele, inúmeras pessoas acreditam que escrever não está na lista das cem coisas que se deva aprender a fazer direito na vida. Antes de aprender a escrever bem, esforçam-se em aprender a falar um inglês fluente, a jogar golfe e a utilizar o hashi num restaurante japonês. **Escrever bem?** Não parece tão necessário, já que acabamos sendo igualmente compreendidos. “Espero não lhe *encomodar* com este e-mail, é que *fasso* jornalismo e queria umas dicas”. O recado foi dado, **quem vai negar?**

É preciso dizer que não há ninguém que seja imune a erros. Todo mundo se engana, todo mundo tem dúvidas. Não conheço um único escritor que não trabalhe com o dicionário ao lado. De minha parte, sempre tenho uma consulta a fazer, nunca estou 100% segura, e mesmo tomando todas as precauções, erro. Acidentes acontecem. O que não pode acontecer é a gente se lixar para a aparência das nossas palavras.

Escrever bem – não estou falando de escrever com estilo, talento, criatividade, apenas de escrever certo – deveria ser considerado um hábito tão fundamental quanto tomar banho ou escovar os dentes. Um texto limpo também faz parte da higiene. Bilhetes, e-mails, cartões de agradecimento, tudo isso diz quem a gente é. **Se você não sai de casa com um botão faltando na camisa, por que acharia natural escrever uma carta com as letras fora do lugar?**

Trago este assunto à baila porque está acontecendo no Rio a XII Bienal do Livro, que até domingo que vem seguirá colocando à disposição do público dezenas de estandes de editoras, e mais palestras, sessões de autógrafos, debates bochicho. Um programa. É uma oportunidade de adquirir bons títulos e desenferrujar o português. Sei que todos estão carecas de saber a importância da leitura na vida de uma pessoa, mas não custa lembrar que quem não lê corre muito mais riscos de dar vexame por escrito, e isso não é algo a ser desconsiderado só porque se trabalha numa profissão que, aparentemente, não exige familiaridade com as palavras. Ninguém precisa ser expert, mas ser cuidadoso não mata ninguém. Engenheiros, pilotos de avião, corretores da bolsa, guias turísticos, alfaiates, assistentes sociais, vitrinistas, biólogos, modelos e manequins: a Bienal é para todos.

Análise:

“Quem precisa saber escrever?”

AP: pergunta.

ALI: é uma pergunta retórica, não está dirigida ao leitor. A autora espera levar à reflexão sobre a necessidade de todos dominarem a língua escrita. No decorrer

do texto, percebe-se a afirmação implícita no título: “Saber escrever corretamente a língua portuguesa é dever de todo profissional, de todo cidadão e não só daqueles que vivem de escrever ou ensinar”. Nesse aspecto, trata-se de um ato assertivo de constatação e crítica.

“Desculpe por não escrever o português corretamente, mas sabe como é, sou engenheiro.”

Ato de pedido de desculpa relatado pela autora.

ALI: ato assertivo de constatação: “Os engenheiros não escrevem corretamente”; e também de crítica. O ato relatado, explicado pela própria autora no último período do primeiro parágrafo, é relevante para que se possa entender a crítica da cronista.

“ Assim como ele, inúmeras pessoas acreditam que escrever não está na lista das cem coisas que se deva aprender a fazer direito na vida.”

AP: ato assertivo de constatação.

ALI: ato assertivo de crítica. A autora acredita que “Escrever corretamente deve ser uma das prioridades na vida “

.

“Escrever bem?”

AP: pergunta.

ALI: ato assertivo de constatação e crítica: “As pessoas não se preocupam em escrever corretamente”. A seguir, a autora explica: “Não parece tão necessário, já que acabamos sendo igualmente compreendidos”.

“Espero não lhe *encomodar* com este e-mail, é que *fasso* jornalismo e queria umas dicas”

Ato relatado pela autora.

ALI: ato assertivo de constatação. A autora usa esse recurso para reiterar a afirmação anterior: “Muitos acreditam que escrever corretamente não é necessário”. O uso de formas lingüísticas que contrariam a norma culta, como “encomodar” e “fasso” (transcritas do e-mail por ela recebido), reforça essa afirmação e introduz a que vem a seguir.

“O recado foi dado, quem vai negar?”

AP: pergunta.

ALI: ato assertivo de constatação: “Os desvios da norma culta, constatados no e-mail recebido pela autora, não comprometeram a compreensão da mensagem”.

Mais uma vez a cronista utiliza-se de forma de frase interrogativa para introduzir suas asserções e captar a opinião do leitor. O interlocutor poderia não concordar com a opinião da autora com relação a necessidade de escrever corretamente a língua. Antevendo essa contraargumentação, a autora constrói, estrategicamente, sua argumentação com uma pergunta que funciona como concessão. Mais adiante, no entanto, apresentará o argumento que considera mais forte – “Não nego que o recado foi dado, mas o que não pode acontecer é a gente se lixar para a aparência das palavras’.

“Se você não sai de casa com um botão faltando na camisa, por que acharia natural escrever uma carta com as letras fora do lugar?”

AP: pergunta.

ALI: ato assertivo de crítica: “É tão deselegante escrever com as letras fora do lugar quanto sair com uma camisa faltando botão”.

“Trago este assunto à baila porque está acontecendo no Rio a XII Bienal do Livro, que até domingo que vem seguirá colocando à disposição do público dezenas de estandes de editoras, e mais palestras, sessões de autógrafos, debates bochicho. Um programão.”

AP: ato assertivo que informa um evento no Rio de Janeiro.

ALI: ato de convidar o público para o evento.

Toda a crônica funciona como uma preparação para o convite à visita do público à XII Bienal do livro. A autora utiliza-se de inúmeros atos indiretos para fazer esse convite no último parágrafo do texto. Ela convence o leitor que é preciso escrever corretamente e, para isso, o domínio da língua é essencial. Por fim, já convencido da necessidade de conhecer melhor a língua, o leitor é convidado a visitar uma feira de livros. Nesse texto, pode-se afirmar que o macroato de linguagem é o convite feito pela autora. O evento é apresentado como sendo “muito bom” através das palavras “programão”, que remete à idéia de excelência do programa, e “bochicho”, que remete à idéia de que vai render discussões. Sendo assim, todos devem estar presentes.

13) **O que deu no 'NYT'?** Zuenir Ventura, 20-01-2005.

Tema: Matéria publicada no New York Times sobre 'Garotas de Ipanema gordas'

Tese: A intenção maldosa de conceituado repórter do jornal americano New York Times ao publicar, pela segunda vez, notícia negativa e equivocada sobre o Brasil

Descobri que não posso me ausentar. Foi só sair por algumas semanas para anunciarem que a Terra ficou mais redonda e os dias mais curtos. E para Larry Rohter se meter em mais uma confusão. A culpa deve ser minha. Quando ele fez aquela matéria tentando mostrar sem fundamento que o Brasil estava preocupado com o suposto alcoolismo de Lula, eu me encontrava fora. Ele quase foi expulso. Agora, aproveitou para querer provar que no país que exporta Giselles Bündchen as garotas de Ipanema estão gordas.

Resultado: mais uma saia justa para o "New York Times", que ainda não se refez de alguns outros embaraços recentes, tendo sido obrigado a pedir desculpas pelas reportagens que o seu repórter-cascadeiro Jason Blair inventou e a fazer autocrítica pela cobertura pouco isenta da guerra do Iraque. Desta vez, além de tudo, talvez enfrente um processo por danos morais.

Antes era: "deu no 'New York Times'". Agora é: "o que deu no 'New York Times'?" O que deu no Rohter? O jornal isentou-o de qualquer responsabilidade no caso, repassando-a para o fotógrafo, que teria trabalhado independentemente, e para o próprio veículo, que publicou as fotos sem saber quem eram as pessoas. Não sei se tirar a culpa de um para jogar no outro foi a forma mais correta de preservar o seu correspondente.

Afinal, não se explica como Rohter, repórter experimentado, não se interessou pelas imagens que documentariam a sua matéria. Se tivesse dado

uma olhada, verificaria que as tchecas dificilmente lembrariam três garotas de Ipanema, ainda que tivessem engordado muito.

Também não se justificam a invasão de privacidade e o uso indevido de imagem. Mesmo que as estrangeiras fossem cariocas, seria preciso identificá-las e obter uma autorização prévia para fotografá-las, já que o objetivo era depreciá-las. Incrível que no “New York Times” não se soubesse disso. Hoje, até o estudante que nos entrevista para um canal ou jornal universitário traz pronta para assinar a declaração de cessão de direitos.

Rohter já fez excelentes reportagens sobre o Brasil e continua sendo um profissional respeitado, como atestam seus colegas estrangeiros. Tomara que tudo isso tenha sido azar e não uma tentação a que o correspondente sucumbiu pelo menos duas vezes, por vontade do jornal ou dele próprio – a tentação da maledicência e da apelação. O gênero causa impacto, desperta polêmica e pode até estar na moda, mas com o tempo acaba no lixo.

Nem a biografia de Larry Rohter merece isso nem a história do “New York Times”, que sempre serviu de modelo para todos nós.

Análise:

“O que deu no ‘NYT’?”

AP: pergunta.

ALI: ato assertivo de crítica: “O New York Times não é mais o jornal sério e criterioso de antes”. Entende-se que a frase acima é uma alusão à famosa expressão “Deu no New York Times” - sinônimo de notícia verdadeira e

inquestionável devido à credibilidade desse jornal. A mesma expressão é mais adiante explorada.

"Descobri que não posso me ausentar. Foi só sair por algumas semanas para anunciarem que a Terra ficou mais redonda e os dias mais curtos. E para Larry Rohter se meter em mais uma confusão."

AP: asserção sobre a descoberta feita pelo autor do texto.

ALI: ato assertivo de crítica. A ausência do autor de suas atividades é apontada como a causa dos enganos cometidos pelo repórter americano Larry Rohter, uma vez que já aconteceu de publicar notícia equivocada referente ao Brasil justamente em outra ausência do cronista. A crítica indireta é apresentada de forma bem-humorada pelo cronista.

"Agora, aproveitou para querer provar que no país que exporta Giselles Bündchen as garotas de Ipanema estão gordas."

AP: ato assertivo sobre o que o repórter quer provar.

ALI ato assertivo de crítica: "A intenção do repórter americano foi de depreciar a beleza das mulheres brasileiras, especificamente as que freqüentam a praia de Ipanema". A referência a modelo brasileira internacionalmente conhecida Gisele Bündchen é relevante para se chegar ao implícito pretendido pelo autor.

"Antes era: "deu no 'New York Times'". Agora é: "o que deu no 'New York Times'"? O que deu no Rohter?"

AP: pergunta.

ALI: ato assertivo de crítica. A pergunta equivale a dizer que já não se pode mais acreditar em tudo o que o jornal e, principalmente, o repórter publicam, pois cometeram uma série de equívocos inadmissíveis (para os profissionais que são) ao veicularem uma notícia sem fundamento e sem se certificarem da veracidade das informações. A referência à famosa frase “deu no NYT”, utilizando-a como suporte para a crítica, cria o humor pretendido pelo autor para ridicularizar o ato do repórter americano. Enquanto “Deu no NYT” denotava seriedade e competência, “O que deu no NYT?” denota desvario e sensacionalismo.

“Não sei se tirar a culpa de um para jogar no outro foi a forma mais correta de preservar o seu correspondente.”

AP: ato assertivo sobre a dúvida do cronista.

ALI: ato assertivo de afirmação: “Não está certo jogar a culpa para outra pessoa. O repórter tem de assumir a sua culpa”, e de crítica: “A culpa foi retirada de Larry Rohter na tentativa de poupá-lo por ser um conceituado correspondente”, postura com a qual o autor não concorda.

“Mesmo que as estrangeiras fossem cariocas, seria preciso identificá-las e obter uma autorização prévia para fotografá-las, **já que o objetivo era depreciá-las.**”

AP: ato assertivo de afirmação da necessidade de verificar a identidade das mulheres.

ALI: ato assertivo de crítica: “O objetivo do repórter era, sem dúvida nenhuma, depreciar as mulheres que apareceram na reportagem; não era fazer uma matéria séria e respaldada em informações cuidadosamente checadas”. Assim, o autor do

texto sustenta a opinião de que a intenção do repórter era pintar uma imagem negativa do Brasil de alguma forma.

"Incrível que no "New York Times" não se soubesse disso."

AP: ato expressivo de surpresa do autor.

ALI: ato assertivo irônico de crítica: "O New York Times é um jornal de grande porte, logo tem conhecimento dessa informação e não se justifica tal equívoco".

"Hoje, até o estudante que nos entrevista para um canal ou jornal universitário traz pronta para assinar a declaração de cessão de direitos."

AP: ato assertivo

ALI: ato assertivo de crítica ao comportamento do jornal reafirmando a crítica anterior. As duas somadas podem ser entendidas como a afirmação de que "Se um estudante universitário (portanto, sem experiência), tem de ter conhecimento dos trâmites legais para a cessão de direitos, mais ainda tem de tê-lo um jornal como o New York Times"

14) **Fat is beautiful** – O vexame do NYT trouxe a sensação de que no Rio não há gordas. Há sim. E são belas. Arnaldo Bloch, 29-01-2005.

Tema: A notícia equivocada do 'NYT' e a constatação de que existem mulheres gordas no Rio

Tese: O preconceito sofrido pelas mulheres gordas da cidade do Rio e a constatação de que são mais interessantes do que as *patricinhas*

Uma das mais interessantes repercussões do caso Garotas Tchecas de Ipanema é a constatação do horror absoluto que a maioria do povo carioca, principalmente o da Zona Sul, tem à obesidade feminina.

Primeiro, foi a indignação provocada pela publicação das fotos no "New York Times". Aquelas terríveis imagens (fêmeas humanas obesas) nos jornais brasileiros e no site do NYT arranhavam o lustro do nosso grande símbolo, a Garota de Ipanema, expressão definitiva do *corpitcho* lindo da cidade. Para o carioca de Ipanema, a praia é um jardim suspenso apolíneo, onde a aparição de uma mulher obesa é espectral.

Agora que o vexaminoso erro do "New York Times" foi descoberto pelo fotógrafo Marco Antônio Cavalcanti, do GLOBO, uma nuvem de alívio parece refrescar a cidade junto com as chuvas da semana.

Todos sabemos que há gordas no Rio dourado de sol e sal. As que têm coragem de ir à praia procuram pontos menos expostos que os points de Ipanema.

Mas, no fundo, no fundo, é como se fossem ilusão, como se a essência do Rio fosse curvilínea e sem gordura, violão perfeito e moreno ressoando e fazendo as ondas quebrarem com mais graça.

Acontece que é lá no fundo que estão as gordas do Rio. **No fundo dos corredores, em seus quartos, com medo de enfrentar a repulsa que causam nas patricinhas frígidas, nos machões anabolizados e broxas, nas lipoaspiradas disformes.**

Vamos imaginar que todas as gordas cariocas resolvessem seus problemas com a alma da cidade (e com a própria alma) e fossem a Ipanema no domingo de sol, disputar atenção (e o já exíguo espaço) com as gostosas, as saradas e as bulímicas vomitadoras de chocolate? Daria um belo ensaio fotográfico.

“Mulher gorda” tornou-se, para muitos e muitas, sinônimo de feia, problemática, chata, sem interesse. Pensar nas gordas como um universo múltiplo e rico está sempre fora de moda, apesar de esforços das lojas especializadas. Mas, numa escala que começa nas falsas-magras, passa pelas cheinhas e gordinhas, e termina nas gordonas, há toda uma gama de formas, estilos e psiques.

As quase-gordinhas e as gordinhas são muitas vezes mulheres sensacionais, de sensualidade e fogo intensos, e com uma beleza à parte para os que apreciam mais pele que ossos. As gordonas, se menos palatáveis à maior parte dos gostos em vigor, têm seus afetos criativos quando sabem se transar.

E até aqui só falamos de estética e sensualidade. Mas podemos mencionar aquelas gordas que se transformam em divas, com seus vestidos longos e seus leques, usando charme nos salões, **enquanto patricinhas idiotizadas não conseguem contar de um a dez.**

Mas quem está querendo saber de conversa? Quem está à cata de ironia, charme, conteúdo? Experimente chamar uma loura burra de burra. Às vezes nem precisa: é comum, ultimamente, a antinha se antecipar e ir avisando:

-Olha, eu sou completamente loura burra, viu?

Agora, tente dizer que nas últimas semanas a sua burrinha ganhou um pneuzinho nas arestas cansadas. A porrada vai comer, seu Zé.

Não se trata aqui de fazer apologia da obesidade, até porque para muita gente ela é um problema de saúde que interfere na qualidade e na quantidade de vida.

Ainda assim, mesmo quando obesidade é doença, quem está ali é gente, com personalidade, voz, humor, jeito. E quando um gordo ou uma gorda chutam o balde, qualquer festa fica mais animada.

Vivam as gordas. Inclusive as gordotas de Ipanema, tão humilhadas e ofendidas ao longo da história. Ponham o biquíni ou o maiô, mulheres de peso. Saiam às ruas. Misturem-se às garotas do Posto Nove, e às outras, do morro, do Ceará, da Bahia, do Brasil e até da República Tcheca.

Análise:

"Fat is beautiful"

AP: asserção sobre o fato de que "gordas são belas".

ALI: ato assertivo de crítica à notícia publicada no New York Times sobre "garotas de Ipanema gordas" que na verdade eram tchecas. O uso da frase em inglês é relevante para se chegar à crítica presente no título da crônica, visto que a notícia foi publicada em jornal americano e obviamente estava em inglês..

“Uma das mais interessantes repercussões do caso Garotas Tchecas de Ipanema é a constatação do horror absoluto que a maioria do povo carioca, principalmente o da Zona Sul, tem à obesidade feminina.”

AP: asserção sobre o horror do povo carioca.

ALI: ato assertivo de crítica. Há uma dupla crítica nessa passagem: uma explícita - ao comportamento do povo carioca, principalmente o da Zona Sul, em relação às mulheres gordas - e uma implícita, que diz respeito ao fato de mulheres tchecas terem sido confundidas com “garotas de Ipanema”. A expressão “Garotas Tchecas de Ipanema” cria um efeito de humor à crítica do autor.

“Aqueles terríveis imagens (fêmeas humanas obesas) nos jornais brasileiros e no site do NYT arranhavam o lustro do nosso grande símbolo, a Garota de Ipanema, expressão definitiva do *corpitcho* lindo da cidade.”

AP: ato assertivo que informa o arranhão sofrido na imagem da Garota de Ipanema.

ALI: ato assertivo de crítica. Todo o segmento é uma crítica: ao fato de mulheres gordas serem consideradas horrendas e até mesmo de causar espanto serem humanas (fêmeas humanas obesas); ao fato de o símbolo maior da nação ser o corpo da Garota de Ipanema. Esse implícito é resgatado pelo uso do vocábulo *corpitcho*, termo normalmente usado nas praias da Zona Sul da cidade por adeptos do culto ao corpo e à beleza das formas conquistadas com anabolizantes e exercícios exaustivos em academias. Esse símbolo “conseguido a duras penas” foi manchado com a divulgação de fotos “comprometedoras” de mulheres gordas justamente na praia de Ipanema.

"No fundo dos corredores, em seus quartos, com medo de enfrentar a repulsa que causam nas patricinhas frígidas, nos machões anabolizados e broxas, nas lipoaspiradas disformes."

AP: asserção sobre a repulsa que as mulheres gordas causam.

ALI: asserção crítica sobre o preconceito que sofrem as gordas da cidade. São acuadas pelas demais pessoas, escondem-se e sentem medo. O autor categoriza as pessoas preconceituosas da cidade, a partir de expressões conhecidas pelo leitor, em "patricinhas frígidas" (aquelas que só pensam em gastar dinheiro, usar cartões de crédito e cuidar da aparência, mas que são insensíveis), "machões anabolizados e broxas" (homens que se preocupam demais com os músculos a ponto de tomar anabolizantes para que cresçam, correndo o risco de tornarem-se impotentes) e as "lipoaspiradas disformes" (mulheres que se sujeitam a cirurgias, muitas vezes desnecessárias, e perdem suas formas femininas, em nome da beleza). O autor busca o implícito de que essas pessoas preconceituosas da cidade do Rio de Janeiro, especialmente as da Zona Sul, é que apresentam "defeito", não as gordinhas. Dessa forma, as expressões entre aspas são relevantes para o resgate desse implícito.

"Mas podemos mencionar aquelas gordas que se transformam em divas, com seus vestidos longos e seus leques, usando charme nos salões, enquanto patricinhas idiotizadas não conseguem contar de um a dez."

AP: ato assertivo que informa a incapacidade de as "patricinhas" não contarem de um a dez.

ALI: ato assertivo de crítica: “As mulheres gordas são muito mais interessantes que as patricinhas”; “As ‘patricinhas’, incapazes de conversar sobre algo inteligente, não dominam nenhum assunto”.

“Mas quem está querendo saber de conversa? Quem está à cata de ironia, charme, conteúdo?”

AP: pergunta.

ALI: ato assertivo de crítica: “As pessoas não têm demonstrado interesse em conversar, em trocar idéias. A inteligência, o charme e o conteúdo não importam. O que importa é a beleza física.”

“Experimente chamar uma loura burra de burra. Às vezes nem precisa: é comum, ultimamente, a antinha se antecipar e ir avisando:”

AP: ato diretivo de convite acompanhado de ato assertivo que informa comportamento das mulheres louras.

ALI: ato assertivo de ironia: O autor afirma que existe a “loura burra” e que ela admite sua limitação sem o menor constrangimento.

“-Olha, eu sou completamente loura burra, viu?”

Ato relatado pelo autor,

ALI: ato assertivo de afirmação da ironia acima descrita.”A mulher “loura burra” não se importa em ser chamada dessa forma, e até mesmo ela, que deveria repelir tal tratamento, apresenta-se dessa forma’.

“Agora, tente dizer que nas últimas semanas a sua burrinha ganhou um pneuzinho nas arestas cansadas. A porrada vai comer, seu Zé.”

AP: ato diretivo de sugestão ao locutor sobre o que deve dizer.

ALI: ato assertivo de crítica: “O fanatismo do culto ao corpo chegou a tal ponto, que muitas mulheres preferem ser chamadas de burras a gordas”. Mesmo se tratando de um “pneuzinho”, palavra utilizada para uma adiposidade pequena, trata-se de um verdadeiro xingamento direcionar a uma mulher esse comentário em nossa sociedade carioca de fisiculturismo.

“Ainda assim, mesmo quando obesidade é doença, quem está ali é gente, com personalidade, voz, humor, jeitão.”

AP: ato assertivo de constatação.

ALI: ato assertivo de denúncia: “Os obesos não são tratados com a dignidade que merece qualquer um, independente de como seja a pessoa”.

“Ponham o biquíni ou o maiô, mulheres de peso. Saiam às ruas. Misturem-se às garotas do Posto Nove, e às outras, do morro, do Ceará, da Bahia, do Brasil e até da República Tcheca.”

AP: ato diretivo.

ALI: ato assertivo de crítica: “As mulheres obesas, tanto como qualquer outra do Brasil e do mundo, têm o direito de sair às ruas, de frequentar as praias, de usarem maiôs e biquínis; não precisam se envergonhar de seus corpos: elas têm mais a oferecer do que um simples modelo de vitrine”.

A relevância da expressão “mulheres de peso” é notória: remete às mulheres que estão acima do peso, mas também ao implícito de que são elas as realmente

interessantes, inteligentes, sedutoras. “De peso”, então, marca a importância dessas mulheres na sociedade.

15) **A volta de Josivaldo** – José de Abreu roda baiana no Antiquarius e, aos berros, constrange freqüentadores: **'Sou da Globo!'**. Arnaldo Bloch, 30-04-2005.

Tema: Vexame dado por ator da Rede Globo em restaurante da Zona Sul

Tese: Ator conhecido da Rede Globo de televisão se considera mais importante que cidadão comum

Aconteceu no dia 20 de abril, quarta-feira da semana passada, no Antiquarius, tradicional e chique restaurante português no finzinho do Leblon, freqüentado por grã-finos, empresários, artistas, novos-ricos e turistas acompanhados de moças.

O Lúcio Mauro estava lá, tomando seu indefectível uísque, ele que é órfão do Florentino e agora bebe no balcão do Manoelzinho.

Talvez o Lúcio tenha testemunhado a cena, mas não posso dizer se ele teria condições de lembrar-se dela no dia seguinte.

Freqüentadores mais sóbrios, entretanto, viram tudo, com grande estupefação e até com um medo indignado.

Pois bem, lá pela meia-noite, chegou, barbado, o José de Abreu. Sei lá de onde vinha. **Sei lá com o que vinha na cabeça.**

Dizem-me fontes secretas, as quais protegerei até a morte, que ele havia chegado da Patagônia, o que pode ser útil em investigações futuras.

O ator sentou-se numa mesa com o Manoelzinho e um outro sujeito com carranca de importante, e ficou de conversa com eles.

Na hora de pagar a conta, algo deu errado, e o José de Abreu se levantou da mesa, dirigindo-se possesso ao telefone que fica no bar.

Então, produziu-se a pavorosa barafunda.

Eis que o vozeirão de José de Abreu (o mesmo do Josivaldo da última novela das oito) vai aos poucos ocupando todos os espaços, num crescendo que, não estivéssemos no mundo real, mereceria Nota 10 na coluna da Patrícia Kogut.

-Quem vocês pensam que são? Safados! Não sou ladrão! Com que direito vocês bloqueiam meu cartão? Chama a supervisora desta merda!

Durante quase dez minutos, o Antiquarius se transformou na casa de Josivaldo.

Se é que em casa ele grita assim.

O homem berrava ensandecido, e parecia que, a qualquer momento, surgiria uma Nazaré pasma, frustrada com a fêria pouca do bordel.

No auge, Josivaldo urrava, para assombro e constrangimento dos presentes:

-Sou da Globo! Vim do aeroporto, gastei quinhentos dólares no *free shop*, e vocês bloqueiam meu cartão sem mais nem menos! Vocês não sabem com quem estão falando! Sou um artista da Glooooooooooooo!!!!

Diante daquele Josivaldo redivivo com marra de diretor, o inesquecível Bozó de Chico Anísio estaria perdoado por todas as suas faltas, e teria lugar certo no Paraíso, não fosse ele um personagem.

Afinal, Bozó é um humilde, está do outro lado da linha, é aquele que serve, e, se o Bozó um dia trocou as bolas e serviu-se, do crachá, para investir no mulherio bundudo, não terá sido o primeiro, nem o último, da hierarquia do mundo, a fazê-lo.

A argumentação do José de Abreu, diga-se, era justa: os bancos, com a ganância animal de sempre, para evitar pagar o seguro, e a pretexto de agir em

nome da segurança do correntista, enchem o saco do cliente com um robô que analisa o seu “comportamento de compra”. Arre!

Ou seja, se o cliente compra arroz na Zona Sul toda semana e um dia resolve comprar geléia de mocotó no Pão de Açúcar, seu cartão é bloqueado e ele é obrigado a telefonar para confirmar a ficha da sua vida, CPF, endereço, lugares em que comprou, cor do cabelo, formato da orelha, tamanho do pênis, nome da mãe e do cão.

Isso não dá ao *zédabreu* o direito de dividir grosseiramente seus insultos com os freqüentadores, que pagam a conta e só querem paz.

O pior é que, terminado o escândalo, Josivaldo caminhou incólume até o banheiro, onde esvaziou (ou, sabe-se lá, se preencheu) o tanque.

Durante a gritaria, ninguém, nem um garçom, nem o Manoelzinho, fora capaz de aproximar-se dele pedindo, ainda que gentilmente, que se comportasse.

Só dois clientes reagiram, tímidos, à insuportável afronta. Um fez “*psiu*” e reivindicou mais respeito sem efeito. Outro fez troça baixinho, só para os seus: “Vou pagar a conta desse anormal pra ver se fecha a matraca”.

Nada mais. Nem pio. Nem antes, nem depois. Josivaldo recebeu, sim, tapinhas nas costas do Manoelzinho e do sujeito importante. Como prêmio. E fez piadas sobre o absurdo da situação.

Da parte dele, absurdo nenhum. É uma celebridade. Celebidades podem evacuar seu estresse na cabeça dos convivas sem que nada lhes seja cobrado, além da conta, se muito.

Ao sair, Josivaldo não pediu desculpas a ninguém. Deixou o resto com um sorriso cafajeste na cara. Não estava representando.

Análise:**“A volta de Josivaldo”**

AP: ato assertivo que dá uma informação sobre a volta de alguém.

ALI: ato assertivo de crítica: “Ator da Globo comporta-se como a personagem por ele vivida há pouco tempo na novela das oito – um sujeito ignorante, grosseiro, desrespeitoso e insensível – o Josivaldo”. A novela já havia acabado, por isso a expressão “A volta de”. O cronista espera que o leitor recupere esta informação para entender o implícito e a crítica aqui construída.

“Sou da Globo!”

Ato relatado pelo autor.

ALI: o ato relatado respalda a crítica do autor: “O ator acredita estar livre de convenções sociais (comportar-se educadamente em público seria uma delas) pelo simples fato de ser contratado por famosa rede de televisão”.

“Talvez o Lúcio tenha testemunhado a cena, mas não posso dizer se ele teria condições de lembrar-se dela no dia seguinte.”

AP: ato assertivo que dá a informação de que outro artista estava no mesmo restaurante. .

ALI: ato assertivo de crítica ao também ator Lúcio Mauro: “O artista Lúcio Mauro estava bêbado e não serve como testemunha do ocorrido”.

O parágrafo anterior assegura essa interpretação, pois o autor relata a “troca” de um bar onde bebia o artista por este em que agora está. Usa ainda as expressões

“órfão” (que revela que era fiel a outro balcão) e “indefectível uísque” (que revela tratar-se de um hábito regular do artista).

“Sei lá com o que vinha na cabeça.”

AP: ato assertivo que informa o que o autor ignora.

ALI: ato assertivo de crítica: “A atitude tomada pelo ator, naquele momento, revela que ele não estava usando sua capacidade de raciocínio”

.

“-Quem vocês pensam que são? Safados! Não sou ladrão! Com que direito vocês bloqueiam meu cartão? Chama a supervisora desta merda!”

Ato relatado pelo autor.

ALI: ato assertivo de crítica. O cronista espera causar um grande impacto a partir da transcrição do que teria sido a fala do ator José de Abreu e assim captar a opinião do leitor em favor da sua: “A postura do ator foi desagradável e inconveniente”.

O vocábulo “merda” é relevante visto que é considerado “agressivo” e “deselegante” em ambientes como o da situação apresentada.

“-Sou da Globo! Vim do aeroporto, gastei quinhentos dólares no *free shop*, e vocês bloqueiam meu cartão sem mais nem menos! Vocês não sabem com quem estão falando! Sou um artista da Glooooooooooooo!!!!!!”

Ato relatado pelo autor.

ALI: ato assertivo de crítica. Mais uma vez o cronista procura captar a opinião do leitor a partir da fala do ator.

A seqüência utilizada pelo cronista é bastante significativa na interpretação da crítica implícita: “Sou da Globo”, como se qualquer atitude dele fosse justificada pelo simples fato de ser um contratado da conceituada rede de televisão; “Vim do aeroporto, gastei quinhentos dólares no *free shop*...”, o ator não veio do subúrbio, da rodoviária, do estacionamento da rua de trás, veio “do aeroporto”, o que lhe dá *status*, e gastou “quinhentos dólares”, que é uma quantia considerável para a maioria das pessoas que não a possuem para fazer compras em um “*free shop*”.

“Afinal, Bozó é um humilde, está do outro lado da linha, é aquele que serve, e, se o Bozó um dia trocou as bolas e serviu-se, do crachá, para investir no mulhério bundudo, não terá sido o primeiro, nem o último, da hierarquia do mundo, a fazê-lo.”

AP: ato assertivo que informa a humildade de um antigo e famoso personagem global – Bozó.

ALI: ato assertivo de crítica. A personagem Bozó é citada para criar um contraponto com o ator José de Abreu. Bozó usava o crachá da rede Globo para conquistar mulheres, o que o cronista afirma não ter sido o primeiro nem o único a fazê-lo. Diante da arrogância e prepotência do ator, porém, o comportamento daquele personagem estaria perdoado. Em outras palavras “Faltou humildade ao ator José de Abreu, que usou o fato de ser um conhecido ator para xingar, gritar e desrespeitar outras pessoas que estavam no mesmo ambiente”.

“Ou seja, se o cliente compra arroz na Zona Sul toda semana e um dia resolve comprar geléia de mocotó no Pão de Açúcar, seu cartão é bloqueado e ele é obrigado a telefonar para confirmar a ficha da sua vida, CPF, endereço, lugares

em que comprou, cor do cabelo, formato da orelha, tamanho do pênis, nome da mãe e do cão.”

AP: ato assertivo que informa o procedimento das companhias de cartão de crédito e de bancos.

ALI: ato assertivo de crítica e ironia. É certo que os bancos não perguntam o nome do cão, cor do cabelo ou formato da orelha de seus clientes, muito menos o tamanho do pênis. A ironia presente nessa passagem leva o leitor a decodificar a crítica do autor: “Há um número excessivo de perguntas feitas aos clientes, muitas delas desnecessárias, o que faz com que esse procedimento seja cansativo e torne-se um verdadeiro interrogatório – como se fosse uma investigação policial”.

“O pior é que, terminado o escândalo, Josivaldo caminhou incólume até o banheiro, onde esvaziou (ou, sabe-se lá, se preencheu) o tanque.”

AP: ato assertivo que informa a ida do ator ao banheiro.

ALI: ato assertivo de crítica e de ironia: “O ator fez um escândalo no restaurante, agrediu pessoas, xingou, e após o vexame, foi ao banheiro como se fosse natural agir dessa maneira”. O autor sugere também que o ator já havia bebido bastante, pois ele “esvaziou o tanque” – termo freqüentemente usado para significar que alguém estava bebendo até a ponto de sentir necessidade de ir ao banheiro. É interessante notar que o cronista também sugere que talvez o ator não tenha ido ao banheiro para “esvaziar” o tanque, mas para “preenchê-lo”, ou seja, que tenha ido “beber” algo que se encontra no banheiro: água da torneira ou do vaso sanitário. A ironia é a seguinte: “O ator deve ter ingerido algo diferente de bebida

alcoólica”. O cronista acredita que somente uma substância diferente de bebida alcoólica faria alguém agir daquele modo.

O cronista segue com a ironia ao chamar o ator pelo nome da personagem Josivaldo, que como se viu, era agressivo com as pessoas que o cercavam.

“Durante a gritaria, ninguém, nem um garçom, nem o Manoelzinho, fora capaz de aproximar-se dele pedindo, ainda que gentilmente, que se comportasse.”

AP: ato assertivo que informa o fato de ninguém ter agido.

ALI: ato assertivo de crítica ao fato de ninguém ter tido coragem de falar ou fazer alguma coisa que impedisse a cena retratada: “Todos se acovardaram diante do ator José de Abreu e ele fez o que quis sem ser repreendido”. O “Manoelzinho” parece ser alguém (gerente ou dono) que possuía condições de interferir na situação constrangedora e minimizá-la. Esse homem, no entanto, não foi capaz de chamar a atenção do ator, ainda que de maneira gentil. Desse modo, o autor sugere que a atitude do artista encontrou respaldo na imobilidade das pessoas e conseqüente aceitação da cena, que seguiu como normal.

“Ao sair, Josivaldo não pediu desculpas a ninguém. Deixou o *resto* com um sorriso cafajeste na cara. Não estava representando.”

AP: ato assertivo que informa a saída da personagem sem pedir desculpas.

ALI: ato assertivo de crítica. O autor constata que o ator não estava representando, era ele mesmo, ou seja, José de Abreu age normalmente assim. As atitudes deselegantes e grosseiras fazem parte da natureza do ator e não da personagem que ele representava. “O resto” é uma expressão usada para denotar a desimportância de todas as pessoas do estabelecimento para o artista

16) Sem palpite. Veríssimo, 03-04-2005.

Tema: A ausência de palpite por parte do cronista no caso Terri Schiavo

Tese: O cronista não sabe o que pensar sobre o assunto

Neste estranho ofício de dar palpite a gente se obriga a ter uma opinião pronta sobre tudo, ou pelo menos fingir que tem. Muitas vezes só descubro o que penso de determinado assunto quando escrevo sobre ele, e não é raro me surpreender com o que penso. O fato de não saber nada sobre o assunto não me detém, como alguns leitores não se cansam de reclamar, pois não há nada melhor para estimular opiniões categóricas e conclusões definitivas do que a total ignorância. Por exemplo: tenho várias teses profundas sobre o “Big Brother Brasil” (esse “Brasil” não deveria ser com “z”?) e o que ele revela sobre o caráter nacional e a atual conjuntura, apesar de ser provavelmente o único brasileiro que nunca viu o programa.

Mas se há um assunto sobre o qual eu peço humildemente licença para não ter uma opinião é esse que esteve nos noticiários até quinta-feira, quando morreu a Terri Schiavo. Não sei o que eu penso sobre prolongar ou não a vida de um ser naquele estado, e espero nunca ter que descobrir.

O assunto tem vários lados – o médico, o legal, até o filosófico – mas o único que conta para a nossa empatia, pois é o único que nos pega no peito, é o do drama do ser humano obrigado a decidir sobre a vida de outro, e de um outro amado, sem saber ao certo se está sendo compassivo ou egoísta. Já que interromper os suportes da vida do outro também é nos liberar do seu sofrimento.

O caso da Terri Schiavo, nas semanas que levaram ao seu desenlace, teve outro lado, nos Estados Unidos. O político. Bush, seu irmão Jeb, governador da

Flórida, onde Terri estava internada, e congressistas intervieram na batalha judicial sobre o destino da moça, inclusive contrariando alguns princípios conservadores, para satisfazer à direita religiosa – que, desde que a reeleição de Bush foi supostamente decidida pelos “valores morais” que representam, tem cada vez mais força entre os republicanos. Mas a opinião da maioria do povo americano era que deviam deixar a Terri morrer em paz.

Análise:

“Neste estranho ofício de dar palpite a gente se obriga a ter uma opinião pronta sobre tudo, ou pelo menos fingir que tem.”

AP: ato assertivo que informa a obrigação do cronista em ter uma opinião pronta.

ALI: ato assertivo que constata que o cronista também finge: “Às vezes o palpite do cronista não reflete sua opinião”, ou seja, “Não se pode crer que tudo o que o cronista diz é resultado de sua atividade reflexiva e crítica”.

O cronista põe em dúvida sua própria função: a de dar opinião. O leitor atento pode, então, passar a uma leitura mais crítica e refletir sobre o que lê, como pode também acatar as opiniões do autor visto que foi “sincero” ao admitir que não tem opinião formada sobre todas as questões. Alcançando um ou outro ponto, o cronista terá, de qualquer forma, atingido seu objetivo.

“O fato de não saber nada sobre o assunto não me detém, como alguns leitores não se cansam de reclamar, pois não há nada melhor para estimular opiniões categóricas e conclusões definitivas do que a total ignorância.”

AP: asserção que informa: A ignorância não detém o autor de opinar.

ALI: ato assertivo de constatação e de crítica. O autor declara que opina sobre determinado assunto sobre o qual não tem domínio de propósito, pois dessa forma estimulará “opiniões categóricas e conclusões definitivas”. Assim, quando o cronista quer “conhecer” o que pensam outras pessoas, usa o artifício de “manifestar uma opinião”, mesmo que se considere ignorante no assunto. Esse argumento pode ser uma resposta àqueles que o criticam pelo fato de não dominar todos os assuntos e ainda assim opinar sobre eles, mostrando com isso inteligência (embora ignorante no assunto, inteligente no artifício utilizado para obter a informação); pode ser uma justificativa para desculpar sua ignorância em determinados assuntos; como podem ser as duas coisas ao mesmo tempo. O autor aproveita para criticar aqueles que o criticam através da expressão “não se cansam”.

“Por exemplo: tenho várias teses profundas sobre o “Big Brother Brasil” (esse “Brasil” não deveria ser com “z”?) e o que ele revela sobre o caráter nacional e a atual conjuntura, apesar de ser provavelmente o único brasileiro que nunca viu o programa.”

AP: ato assertivo que informa ter o autor teses sobre o Big Brother Brasil - *Reality show* de grande audiência no país.

ALI: ato assertivo de crítica e constatação. Embora seja alta a audiência do *Reality Show* Big Brother Brasil, Veríssimo diz que nunca viu o programa. O autor, entretanto, afirma ser possível desenhar o perfil desse telespectador e da atual conjuntura do país. O leitor entende o implícito do autor, reforçado pela pergunta sobre a grafia da palavra Brasil: para ele o programa não é educativo ou interessante, e revela a pobreza da programação da tv aberta e sua falta de

criatividade visto ser uma cópia de modelo estrangeiro; o telespectador também não está preocupado com a qualidade do programa: a ausência de senso crítico leva a população a acompanhar uma programação vazia e destituída de sentido.

“(esse “Brasil” não deveria ser com “z”?)

AP: ato de pergunta dirigida ao leitor.

ALI: ato de crítica: “O país está tão americanizado que deveria adotar a grafia inglesa Brazil”.

“Mas se há um assunto sobre o qual eu peço humildemente licença para não ter uma opinião é esse que esteve nos noticiários até quinta-feira, quando morreu a Terri Schiavo. Não sei o que eu penso sobre prolongar ou não a vida de um ser naquele estado, e espero nunca ter que descobrir.”

O operador argumentativo mas direciona para a tese do autor. O cronista para tudo tem uma opinião, e até mesmo quando não domina o assunto, acaba por dar um palpite. Aqui, no entanto, o autor encontra-se profundamente sensibilizado. As circunstâncias que envolveram a morte de Terri Schiavo, americana que viveu por muitos anos com a ajuda de aparelhos e os teve desligados a pedido de seu marido, deixaram-no aturdido. Já que sempre opina, mesmo quando não detém conhecimento suficiente para isso, seria de se esperar que opinasse mais uma vez. Não é o que acontece. O cronista pede humildemente que dêem licença para que, desta vez, não seja obrigado a tomar uma posição. E aqui ele termina dizendo “Não sei o que eu penso sobre prolongar ou não a vida de um ser naquele estado, e espero nunca ter que descobrir.”

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A riqueza da linguagem humana e a complexidade dos mecanismos lingüísticos, que inúmeros teóricos tentam explicar, é tal que parece inesgotável a fonte que os abastece.

O mais simples dos textos está repleto de fenômenos discursivos a serem estudados. A crônica jornalística gênero ambíguo com suas implicações, tornou-se um grande filão para análise dos atos indiretos, visto que sua própria ambigüidade permite que o enunciador jogue com os sentidos implícitos e se apóie na observação de subentendidos que dependem não só do conhecimento lingüístico como da situação discursiva e das variantes contextuais.

O presente trabalho procurou demonstrar que as pesquisas direcionadas, no sentido de entender e interpretar aspectos do discurso, devem se apoiar em teorias discursivas que se ocupam de uma ligação entre o extra-lingüístico com o lingüístico e se baseiam na análise de pistas discursivas, que sejam capazes de se mostrarem relevantes para a compreensão do mundo que nos cerca.

O estudo aqui proposto, com base nas teorias semiolingüísticas, nas teorias da lingüística do texto e na teoria da relevância, permitiu analisar os atos indiretos, freqüente no *corpus*, segundo regras de restrição do contrato discursivo do gênero crônica jornalística, verificando-se a ação do sujeito enunciador sobre o sujeito destinatário, no sentido de conduzir seu raciocínio para uma determinada conclusão, em relação às teses apresentadas nos textos.

Além da importância dos atos indiretos, a análise dos operadores argumentativos, nos textos, sobretudo os restritivos, foi fundamental, visto ficar claro que, quaisquer que sejam os textos, eles estão direcionando o raciocínio em

uma determinada direção, por oposição a uma outra conclusão. Foi também relevante observar os mecanismos da implicitude textual, o que somente uma análise interpretativa do texto como discurso pode propiciar, ou seja, uma análise que leve em conta a situação comunicacional, os papéis dos atores do discurso e as operações lingüístico-discursivas realizadas por eles.

A busca pelo entendimento do outro é constante em qualquer sociedade, em qualquer língua natural. Uma grande parte da vida do ser humano é dedicada à argumentação e, em especial, àquela que tenha a ver diretamente com sua vida social. Considerando esse aspecto, é fundamental que se queira entender essa prática, presente nos vários tipos de texto, a qual, a escola, não pode e não deve negligenciar no trato com os educandos, sobretudo no ensino da leitura. A pesquisa em questão tem como um de seus objetivos contribuir para o ensino da leitura e da produção textual.

Como a leitura é interacional, ao EU comunicante/sujeito enunciador cabe provar sua tese e ao TU interpretante/destinatário cabe aceitá-la ou não. A partir da análise das crônicas, podem ser propostos diversos questionamentos, como os seguintes: A governadora do Rio de Janeiro, no ano de 2005, foi assim tão relapsa? A quem interessa fazer uma campanha tão positiva pelo Rio de Janeiro quando sabemos que a situação do Estado está tão distante do ideal? Estamos mesmo tão dependentes de serviços como os oferecidos pela telefonia celular? Existe toda essa complacência para com a desordem por parte das autoridades competentes? Ou ainda, está, de fato, acontecendo uma mudança radical no entendimento do que seja o uso da língua portuguesa? Há, realmente, uma certa divergência entre cariocas e paulistas? Muitas outras perguntas poderiam ser incluídas nessa lista.

As ironias, sugestões, críticas e denúncias aqui mostradas através dos atos de linguagem indiretos revelam a capacidade do ser humano em dizer mais do que diz. O cronista, em especial, pratica a arte de dizer sem dizer; utiliza-se com freqüência dos atos de linguagem indiretos para sugerir e convencer seu leitor.

Em suma, a análise aqui feita propõe que em todo texto sempre há um objetivo apresentado de forma explícita e outros tantos, de forma implícita. Considerando-se a situação de comunicação, prevista no contrato comunicativo de cada tipo de texto e os papéis dos co-enunciadores, pode-se afirmar que cada texto carrega parte de um projeto de influência do sujeito enunciador visando a convencer os sujeitos destinatários. Torna-se necessário, portanto, observar esses processos capazes de trazer à tona os sentidos implícitos dos enunciados, e a análise dos mecanismos operados pelos atos indiretos mostrou-se bastante útil a esse objetivo. Sem pretender esgotar as possibilidades de análise das crônicas, esta pesquisa apenas se contenta em analisar o processo do dizer “implícito”, presente nos “atos indiretos”, considerando-se que é fundamental estabelecer ferramentas de análises dos discursos, essenciais para um ensino de leitura mais reflexivo e crítico.

5. Referências bibliográficas

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Paris: Seuil, 1970. (1ª ed. How to do things with words, Oxford, 1962).

BENDER, F. C. & LAURITO, I. **Crônica: história, teoria e prática**. São Paulo: Scipione, 1993.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral**. Paris: Gallimard, 1966. t. I.

BUYSSENS, E. **Da conotação ou comunicação implícita**. Acts du X Congrès International de Linguistes, Bucareste, 1970, t. II.

CHARAUDEAU, P. **Langage et discourse**. Étude de sémiolinguistique. Paris: Hachette, 1984.

_____. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris, Hachette, 1992.

_____. Prefácio. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & GAVAZZI, Sigrid. (ORGS). **Texto e Discurso. Mídia, Literatura e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & GAVAZZI, Sigrid (org.). **Da língua ao discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. **Discurso das Mídias**. CORREA. Angela M. S. (trad.). São Paulo: Contexto, 2006.

CHIERCHIA, G. **Semântica**. Trad. PAGANI, A. *et alli*. Campinas: Unicamp, 2003.

CORRÊA, A. M. S. & CUNHA, T. R. Trabalhando a leitura em sala de aula. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & GAVAZZI, Sigrid (orgs.) **Texto e Discurso. Mídia, Literatura e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

DUCROT, O. La valeur argumentative de la phrase interrogative. In: **Logique, argumentation, conversation**. Actes de colloque de Pragmatique. Berne: Peter Lang, 1980.

GARDINER, A. H. **Langage et acte de langage**. Aux sources de la pragmatique. Lille: Presse Universitaires de Lille, 1989.

GORDON, D. & LAKOFF, G. **Postulados de conversação**. Paris, 1973.

GOUVÊA, L. H. M. Operadores argumentativos: uma ponte entre a língua e o discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e SANTOS, L. W. dos (org.) **Estratégias de leitura: texto e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

GRICE, H.P. **Logique et conversation. Communications**. Paris, 1979.

GRUNIG, B. N. **La fuite du sens**. La construction du sens dans l'interlocution. Paris: Hatier-Crédif, 1985.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Os atos de linguagem no discurso**. Trad. ALMEIDA, F. *et al.* Niterói: EdUFF, 2005.

KLEIMAN, A. **Texto & leitor: Aspectos Cognitivos da Leitura**. 6. ed. São Paulo: Pontes, 1999.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Argumentação e Linguagem**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____ & ELIAS, V. M. **Ler e Compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, D. **Discurso Literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Análise de textos de comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Termos-Chave da Análise do Discurso**. 1. Reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

_____. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1997.

_____. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996

MARTINET, A. **Le langage**. Gallimard, La Pléiade, 1968.

OLIVEIRA, H. F. **Descrição do Português à Luz da Lingüística do Texto**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

_____. Análise de discurso. In: ORLANDI, E. & LAGAZZI-RODRIGUES (ORG.) **Discurso e Textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

PAZ, F. S. Ato Assertivo, verdade e crença na *Teoria dos Atos de Fala*. In: MACHADO, I. L.; MARI, H.; MELLO, R. (org.). **Ensaio em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

PÊCHEUX, M. **Analyse automatique de Discours**. Paris: Dunod, 1969.

PORTELLA, E. Visão prospectiva da literatura brasileira. In: **Vocabulário técnico da literatura brasileira**. Rio de Janeiro, Tecnoprint (ED. Ouro), 1979.

REYES, G.; URIOS, E. & BAENA, E. **Ejercicios de pragmática I**. Cuadernos de Lengua Española. Madrid: Arco Libros, 2003.

_____, G. **El abecé de la pragmática**. Cuadernos de Lengua Española. Madrid: Arco Libros, 2003.

SEARLE, J. **Les actes de langage**. Paris: Hermann, 1972.

_____. **Sens et expression**. Paris: Minuit, 1982.

SILVA, G. A. P. **Pragmática: a ordem dêitica do discurso: as representações do EU e seus efeitos de sentido**. Rio de Janeiro: ENELIVROS, 2005.

SPERBER, D. & WILSON, D. **La relevancia**. Madrid: Rógar, 1994.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)